www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2026

NÚMERO 23.259 • 34 PÁGINAS • R$ 5,00



Divulgação

A beleza de **Renoir**

Exposição reúne 11 obras do pintor impressionista francês no Centro Cultural do TCU. Pinturas, que fazem parte de um circuito por cidades brasileiras, pertencem ao Masp. O artista que gostava de pintar mulheres, fez diversos registros em situações cotidianas.

PÁGINA 22

Coração em alerta no turno da noite

Quem trabalha no período noturno deve redobrar a atenção com a saúde. Estudo feito com mais de 42 mil pessoas identificou diferenças importantes nos indicadores cardiovasculares .

PÁGINA 12

Cesar Greco/Palmeiras



Torcida que canta **e vibra**

Torcida empurra Palmeiras do CT na Barra Funda ao embarque para Montevidéu, palco da final da Libertadores neste sábado. **Correio** mostra como a discrepância nas premiações da CBF e da AFA favorece os times brasileiros contra os argentinos.

PÁGINA 20

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Reconhecimento internacional

Gerente de Capitalização do Sebrae nacional, Valdir Oliveira falou ao *CB.Poder* sobre o Acredita Sebrae, programa de crédito assistido que foi finalista do Prêmio Global SME Finance Forum, em Singapura, e atendeu a 200 mil brasileiros desde 2024.

PÁGINA 16

Celina diz que saída para crise do BRB está próxima

Num fim de novembro com boas e más notícias para o Banco de Brasília (BRB), a governadora Celina Leão (PP) afirmou, ontem que, em duas semanas haverá uma "solução definitiva" para a instituição financeira do DF, mergulhada numa crise após as negociações com o Master, liquidado por fraudes. "Eu não vou comentar isso porque o mercado financeiro é muito sensível, mas o que eu posso falar para toda a imprensa e para os nossos correntistas é que o BRB terá uma saída com tranquilidade, para que as pessoas não se preocupem, porque nós temos alternativas", disse. Celina citou que uma aquisição pela Caixa Econômica Federal é uma possibilidade. No entanto, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, negou que haja conversas para a participação da União no socorro ao BRB. Na segunda-feira, a Comissão de Valores Mobiliários suspendeu a operação do BRB no mercado, paralisando a negociação de ações. Em outra decisão negativa, o ministro Luiz Fux, do STF, vetou a prorrogação de contratos do banco com o Tribunal de Justiça da Bahia para gestão de precatórios. A boa notícia veio com o pedido de Edson Fachin, também do Supremo, para que o BC analise a liberação de créditos sob guarda da autoridade monetária.

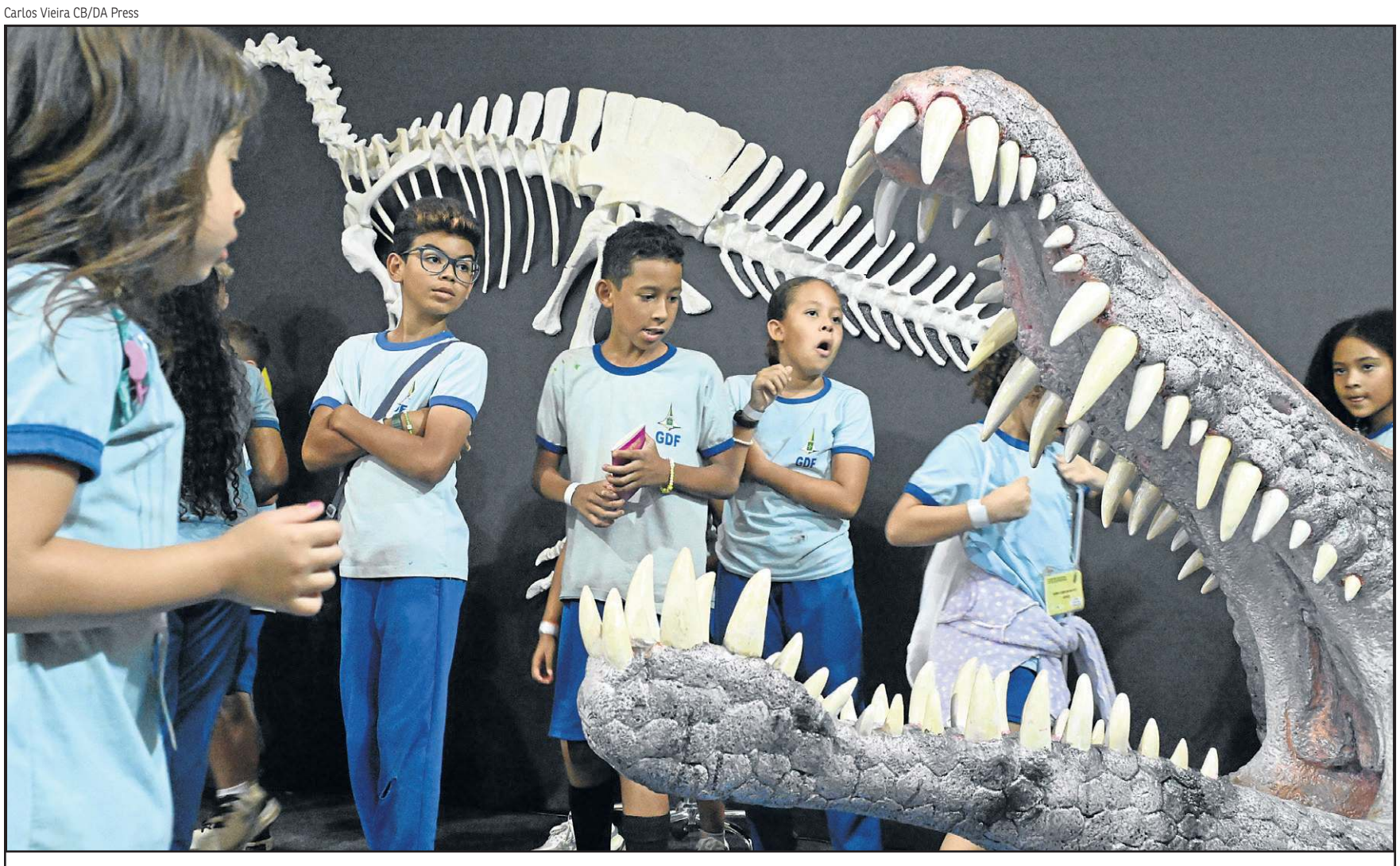
Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Senado acelera PEC para fortalecer o FCDF

PÁGINA 13

Carlos Vieira CB/DA Press



A ciência é passado, presente e futuro! / Uma viagem pelo conhecimento na Esplanada. Num amplo corredor, estudantes do DF passeiam por entre fósseis de dinossauros e, na sala seguinte, brincam com robôs moderníssimos. A 23ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que vai até domingo, mostra a mais avançada produção do país em diversos segmentos, numa aula para todas as gerações. A programação é de graça. PÁGINA 18

Novo tarifaço dos EUA atinge aviões e açúcar do Brasil

Governo brasileiro protestou, ontem, contra o anúncio de tarifas adicionais dos Estados Unidos a exportações. Em nota, Palácio do Planalto disse ter recebido com "indignação" a medida. A possível taxação atingiria principalmente a Embraer.

PÁGINA 8

Corpo de Bombeiros Militar do Paraná/Divulgação



Destruição e morte / Temporais deixaram seis mortos no Paraná. Segundo o Inmet, há perigo potencial no estado e alerta de tempo instável no Sul e Sudeste. PÁGINA 5

Governo nega PEC, mas admite novos ajustes

Um dos idealizadores do pacote de corte de gastos e aumento de arrecadação aprovado pelo Congresso, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, disse, ontem, que não haverá proposta de emenda à Constituição com medidas para as contas públicas. No entanto, ele afirma que o governo tem um "estudo contínuo" para controle fiscal.

PÁGINA 2

Pastor é assassinado a facadas aos pés do altar

Num ato covarde, Bruno Marcelo (D), 48 anos, atacou pelas costas e matou José Bezerra, 71, que comandava a oração matinal em uma igreja evangélica na Cidade Ocidental (GO). O criminoso, que está preso, era obreiro da congregação religiosa. PÁGINA 15

Direito & Justiça



Georges Seigneur faz balanço após quatro anos à frente do MPDFT

Modernização, o caminho do MPDFT

Procurador-geral Gorges Seigneur faz balanço da gestão. Cláudia Tomelin vai substituí-lo no cargo.

ISSN 1808-2661

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

CONTAS PÚBLICAS

Moretti nega PEC, mas fala em novos ajustes

Ministro do Planejamento diz que levará ao presidente Lula medidas para ampliar o controle fiscal, sem "mexer em direitos sociais"

» RAPHAEL PATI

Gabriela Pires/MPO



Moretti (E) com Ceron: "Há espaço para avançar e medidas adicionais que dão mais segurança ao cumprimento das metas de resultado primário"

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, negaram que o governo esteja elaborando uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para ampliar o controle fiscal, mas reforçaram haver um estudo "contínuo" sobre novos ajustes.

"Não tem a PEC. É uma discussão contínua de medidas que nós achamos que há espaço ainda para avançar e medidas adicionais que dão mais segurança ao cumprimento das metas de resultado primário", enfatizou Moretti, durante a coletiva de apresentação do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) referente ao 5º bimestre.

Ele destacou que tanto o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), quanto o da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já teriam se colocado à disposição para pautar novos projetos. Ele frisou, ainda, ser "importante" que as matérias sejam colocadas na pauta do Legislativo ainda neste ano, antes das mudanças na composição das duas casas do Congresso Nacional.

"Tem uma janela de oportunidades para isso, então é importante que seja feito este ano e, de novo, nós estamos em discussões internas, não tem 'o instrumento,' 'o dia,' 'a bala de prata.' Caso o governo entenda e, em última instância, o presidente Lula entenda que é preciso tomar medidas considerando esse cenário econômico, nós vamos fazê-lo", salientou.

Moretti ainda ressaltou que o governo "sempre discute" medidas para reduzir o crescimento das despesas obrigatórias. Disse debater com Lula a importância de controlar a trajetória de crescimento das despesas obrigatórias e promover ajustes nos mecanismos de controle fiscal.

O titular do Planejamento ressaltou que novas medidas não devem causar impactos em programas sociais e em direitos básicos da população, como teria destacado o presidente nas conversas com a equipe econômica. "Nós temos duas premissas: de um lado, melhorar o nosso resultado primário; e, do outro, preservar os direitos da população", frisou.

Também presente na entrevista coletiva, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, reforçou haver um "cardápio" de opções à mesa da equipe econômica e que uma nova medida poderia ser feita por meio de qualquer instrumento. "Pode ter PLP, pode ter uma PEC, pode ter um PL ordinário e, assim, sucessivamente", afirmou.

> **Tem uma janela de oportunidades para isso, então é importante que seja feito este ano. Estamos em discussões internas, não tem 'o instrumento', 'o dia', 'a bala de prata'. Caso o presidente Lula entenda que é preciso tomar medidas considerando esse cenário econômico, nós vamos fazê-lo"**
>
> ***Bruno Moretti,*** *ministro do Planejamento e Orçamento*

Receitas

Dentro do governo, há incerteza sobre quais seriam as medidas adotadas para ampliar o esforço fiscal sobre as contas públicas já no início do quarto mandato de Lula.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, disse que uma nova iniciativa nesse sentido não deve mexer nos pisos constitucionais da saúde e educação, que são gastos obrigatórios. Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, o chefe da pasta citou o enfrentamento a emendas parlamentares, gastos tributários injustificados e privilégios, como os supersalários, em um possível novo pacote.

Pelo lado das despesas, o mestre em finanças Marcos Sarmento, professor do Ibmec Brasília, avalia que novas medidas deveriam incluir ajustes estruturais, como uma revisão do sistema previdenciário, com mudança da idade mínima para obter os benefícios, além de identificar quais categorias seriam injustamente mais contempladas que outras.

Ele também cita a questão da folha do funcionalismo público — o segundo maior gasto do governo federal atualmente. "É importante revisar o plano de remuneração, extinguir os supersalários, revisar o plano de cargos, de automação do serviço público visando melhoria da qualidade e redução de custos e outros aspectos", ressalta o especialista.

Para o analista Jean Lucas Paiva Athayde Coelho, contador, sócio e diretor comercial da Consult Seven, a lei complementar de ajuste fiscal, sancionada na terça-feira, ainda não entrega o que a "matemática" das contas públicas exige. "Na prática, o governo aprovou um pacote que estanca a sangria imediata do caixa e abre margem de manobra para o curto prazo, mas não desarma as bombas-relógio do Orçamento", afirma o especialista. Ele defende um corte estrutural para reduzir os juros e baratear o crédito.

Contenção

Após aprovar um pacote fiscal que pode abrir um espaço de até R$ 56 bilhões no próximo ano, a equipe econômica do governo conseguiu reduzir em R$ 3,4 bilhões a contenção de gastos do Orçamento federal de 2026, no relatório bimestral detalhado ontem pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

No relatório anterior, o governo elevou a contenção de gastos para R$ 16,1 bilhões, enquanto que, neste último, reduziu para R$ 12,6 bilhões. Esse valor é separado entre valores contingenciados (que têm o objetivo de atingir o centro da meta fiscal prevista para o ano) e bloqueados (serve para controlar as despesas quando há uma alta inesperada nas discricionárias).

O valor bloqueado pelo MPO caiu de R$ 2,4 bilhões para R$ 0,3 bilhão, o que representa uma queda de cerca de R$ 2,1 bilhão em relação ao bimestre anterior. Já pelo lado do contingenciamento, a equipe econômica decidiu reduzir em R$ 1,3 bilhão esse valor, de R$ 13,6 bilhões para R$ 12,3 bilhões.

Esse último ainda considera uma dedução de R$ 10,5 bilhões da meta, que está prevista na lei de ajuste fiscal aprovada nesta semana pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula. Até o quinto bimestre, há uma deficit de 0,57% do PIB no resultado primário cheio, ao que a meta para 2026 prevê um superavit de 0,25%.

Entre as despesas primárias sujeitas ao limite do arcabouço fiscal, houve uma queda de cerca de R$ 3,5 bilhões do montante previsto aos benefícios previdenciários, além de redução de R$ 2,3 bilhões de subsídios, subvenções e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), além de menos R$ 2,1 bilhões com pessoal e encargos sociais. Por outro lado, houve crescimento de R$ 5,7 bilhões das despesas obrigatórias, com destaque para a saúde.

» Na Bolsa, o efeito Trabuco

Após quatro pregões seguidos em queda, o Ibovespa registrou um dia de recuperação, de volta ao patamar dos 166 mil pontos. Profissionais de mercado atribuem o movimento às especulações em torno dos possíveis nomes para o Ministério da Fazenda, depois da notícia de que o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, teria sido cotado para o posto, ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin e do atual ministro da pasta, Dario Durigan. No fechamento, o principal índice da B3 subiu 1,58%, aos 166.684,61 pontos. Na visão dos investidores, a indicação de um banqueiro para o cargo representaria um potencial alinhamento com uma política fiscal mais dura, em que seja possível avançar com novas medidas para melhorar o nível de endividamento.

Previsão de receitas sobe para R$ 37,1 bilhões

» LUÍZA ALTOÉ

Saulo Cruz/Agência Senado



Hoje, a CMO analisa o relatório com regras para despesas e emendas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório com as estimativas de receitas da União para 2027. O texto reestimou as receitas do próximo ano em R$ 37,1 bilhões, o que resultará em ganho líquido da arrecadação de R$ 17,6 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2027.

Segundo o relatório, a mudança corresponde a um aumento de pouco mais de 1% sobre a estimativa de R$ 3.459,3 bilhões da proposta orçamentária para 2027. A revisão busca acomodar as novas legislações com impacto orçamentário aprovadas pelo Congresso e editadas pelo Executivo desde o envio da PLOA, no fim de agosto.

Além disso, o relator, deputado Neto Carletto (Avante-BA), explicou que levou em consideração a redução de 2,5% para 1,8% na projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2027. As mudanças, conforme o relatório, indicam que a Receita terá uma redução de R$ 12 bilhões do montante administrado pela pasta.

O principal fator de alta na arrecadação foi a previsão de royalties e compensações financeiras, que subiu de R$ 176,3 bilhões para R$ 214,8 bilhões. O relatório inicial enviado pelo governo adotava, por exemplo, o barril do tipo Brent a US$ 71,03, enquanto no novo texto considera US$ 86 em 2027.

Segundo o relatório, as leis sancionadas em 2026 que alteraram as custas do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e criaram novos fundos elevaram a previsão de receitas em R$ 3,3 bilhões.

Deve reduzir a arrecadação em R$ 1,1 bilhão a legislação que ampliou o limite de faturamento para enquadramento do microempreendedor individual (MEI) e concedeu remissão integral dos créditos de titularidade da União.

A lei que fixou alíquotas de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e regras para sociedades resseguradoras deve diminuir a arrecadação prevista em R$ 254,4 milhões. Da mesma forma, a medida provisória (MP) que proibiu as apostas de quota fixa, as chamadas bets, reduziu em R$ 6,7 bilhões a expectativa de receita.

Por outro lado, elevou a previsão de arrecadação em R$ 15,4 bilhões a ampliação de 10% para 20% no corte linear de incentivos fiscais aprovado pelo Congresso no PLP do ajuste fiscal.

As receitas decorrentes dos impostos criados pela reforma tributária não foram reestimadas no relatório, tendo em vista que a alíquota da CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) ainda não foi fixada, além da edição tardia da MP das alíquotas do Imposto Seletivo, que será cobrado somente a partir de fevereiro de 2027.

Hoje, a comissão analisa o relatório preliminar do PLOA de 2027 do senador Eduardo Braga (MDB-AM), com regras para despesas e emendas. A expectativa do governo e dos parlamentares envolvidos na articulação do Orçamento de 2027 é votar a matéria até 17 de dezembro, antes do recesso parlamentar.

CONGRESSO

Senado decide se inclui FCDF na Constituição

Votação da PEC sobre Fundo que financia polícias e bombeiros está marcada para terça

» LUÍZA ALTOÉ

Ton Molina/Agência Senado



Demos um grande passo para garantir a verdadeira independência do Distrito Federal. Com essa mudança, a governadora e os próximos governadores não precisarão mais solicitar autorização do governo federal e do Congresso Nacional para realizar concursos ou conceder reajustes às forças de segurança"

Izalci Lucas (PL-DF), *senador, autor da PEC*

O Senado deve analisar na próxima terça-feira a proposta que inclui na Constituição o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Os parlamentares aprovaram a matéria ontem pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, avalizaram em plenário um calendário especial, possibilitando uma tramitação mais célere da matéria. A proposta de emenda à Constituição (PEC) explicita na Carta Magna que cabe à União financiar o Distrito Federal na organização e na manutenção das polícias Civil, Penal e Militar e do Corpo de Bombeiros militar, bem como na prestação de assistência financeira para a execução de serviços públicos, por meio do FCDF.

A PEC, de autoria do senador Izalci Lucas (PL-DF), inicialmente também constitucionalizava que os recursos transferidos ao FCDF seriam corrigidos anualmente pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União. O trecho, no entanto, foi retirado pelo relator, senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Ele argumentou que a proposta apresentava imprecisão e omissão quanto à definição de um valor de partida para a correção dos valores do fundo. "A falta desse valor de partida certamente levará a interpretações dúbias quanto à aplicação de futuro dispositivo constitucional, podendo, inclusive, suscitar conflitos com a lei já existente", avaliou o relator.

A correção dos recursos destinados ao Fundo já são previstos na Lei 10.633/2002. No entanto, sucessivas tentativas de mudar esse cálculo impulsionaram o senador a apresentar a proposta. Portanto, ao constitucionalizar, é garantido maior segurança ao FCDF, tendo em vista que as alterações ficariam mais difíceis. Para ser aprovada, uma PEC precisa de, no mínimo, 49 votos favoráveis em dois turnos.

Em agosto, o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei que, entre outros pontos, alterava o cálculo do Fundo. Posteriormente, a mudança — que poderia reduzir em R$1,8 bilhão os recursos destinados ao DF em 2027 — foi revertida pelos senadores, em novembro, por meio do projeto de lei complementar (PLP) de ajuste fiscal das contas públicas.

Izalci enfatizou que a matéria traz autonomia para o governo do DF para realizar concursos e conceder reajustes às forças de segurança. "Hoje (ontem), demos um grande passo para garantir a verdadeira independência do Distrito Federal. Com essa mudança, a governadora e os próximos governadores não precisarão mais solicitar autorização do governo federal e do Congresso Nacional para realizar concursos ou conceder reajustes às forças de segurança", explicou.

Durante a votação na CCJ, o senador Omar Aziz (PSD-AM) também defendeu a apreciação da matéria. "O custeio de um estado e do Distrito Federal é muito alto. A remuneração e a valorização dos servidores públicos é pequena; é uma luta constante desses servidores. A gente espera, dessa forma, dar tranquilidade para quem estiver no GDF", disse.

Foi construído um acordo com o governo para que a matéria seguisse para votação na Casa na próxima semana. Em plenário, Izalci relembrou os termos ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que se comprometeu a pautar a PEC na terça-feira.

Compromisso com pautas femininas

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

Reprodução redes sociais



Alcolumbre: "Reafirmei às senadoras que podem contar integralmente comigo na defesa de suas pautas"

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), reuniu-se, ontem, com integrantes da bancada feminina para discutir as prioridades das parlamentares para os próximos anos. Entre os assuntos abordados estavam a participação das mulheres nas discussões sobre o Código de Processo Civil (CPC), possíveis mudanças no Código Eleitoral e destinação de recursos no Orçamento da União. Entre as participantes estava a senadora Tereza Cristina (PP-MS), que também disputa a Presidência do Senado contra Alcolumbre.

Durante o encontro, o chefe do Senado reafirmou o compromisso com as pautas femininas e disse que, caso seja reeleito, dará continuidade às demandas de interesse das parlamentares. Das 18 integrantes da bancada, 14 participaram da reunião.

"Reafirmei às senadoras que podem contar integralmente comigo na defesa de suas pautas e de suas prerrogativas parlamentares, pois sempre estarei com disposição para ouvi-las, dialogar, construir consensos e assegurar o pleno exercício de seus mandatos", disse Alcolumbre. "Sei da grande responsabilidade de presidir o Senado Federal e tenho muito orgulho de, na nossa gestão, termos assegurado um espaço físico à bancada feminina", completou.

Diálogo

A presidente da bancada feminina, senadora Dorinha Seabra (União Brasil-TO), declarou que uma das reivindicações foi a realização periódica de encontros entre as parlamentares e o presidente do Senado. A intenção é garantir um espaço permanente de diálogo sobre temas de interesse das mulheres. Além das pautas femininas, a possível mudança no Código Eleitoral e a participação feminina na elaboração do Orçamento público estão entre as preocupações das senadoras.

"Não queremos ser surpreendidas com uma proposta de mudança no sistema eleitoral, que já está sendo discutida na Câmara e que nos afeta. Precisamos entender como isso pode afetar a representação e a presença das mulheres", afirmou.

Dorinha também ressaltou a importância de garantir recursos para políticas voltadas às mulheres no Orçamento da União. "Quando falamos que as pautas e as questões das mulheres são importantes, olhamos para o Orçamento e não vemos a destinação de recursos. Isso não se traduz em prioridade", enfatizou.

A parlamentar acrescentou que bancada tem múltiplos interesses: "Temos pautas ligadas à questão da violência contra a mulher, à saúde, mas, também, interesse em discutir questão tributária, financiamento, relatorias de medidas provisórias."

18

Número de integrantes que a bancada feminina terá no Senado em 2027, com as 12 eleitas neste ano. Será a maior composição da história, o equivalente a 22,2% das 81 cadeiras da Casa

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Da rampa à Esplanada, Lula tem 40 dias para dar o rumo ao quarto mandato

Até a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 5 de janeiro, o presidente tem 40 dias para montar uma equipe que dê cara nova ao governo. Se gastar esse tempo acomodando aliados e remanejando ministros sem definir o que cada um terá de entregar, seu quarto mandato corre o risco de começar como um "mais do mesmo". Passada a consagração da vitória, cuja repercussão internacional Lula acompanhou de corpo presente nas viagens recentes, chegou a hora de aterrissar. Alguns problemas ainda são herança do bolsonarismo, porém, as escolhas feitas desde 2023 já são de sua inteira responsabilidade.

Lula está diante da suíte do próprio governo. Parece que a ficha caiu. O presidente voltou a discutir o comando da economia e chamou três ex-ministros da Justiça para desenhar uma política de segurança à altura do avanço do crime organizado. Na conversa de terça-feira com Fernando Haddad, Lula levantou a hipótese de criar uma secretaria de investimentos, ligada à Presidência e com status de ministério. Segundo interlocutores, Haddad desaconselhou a ideia pelo risco de esvaziar a Fazenda e a Casa Civil. A objeção pôs o dedo na ferida. Em vez de criar mais um centro de decisão, com risco de aumentar os conflitos internos no governo, Lula precisa fazer com que as duas pastas trabalhem juntas. Cabe à Fazenda dizer quanto o governo pode gastar e à Casa Civil cobrar a execução das prioridades que couberem nesse limite.

Prioridades

Quando as duas divergem em público, há um jogo de perde-perde: a arbitragem consome o tempo e atrasa o investimento que a nova secretaria supostamente destravaria. O tempo é o recurso mais escasso de qualquer governo. No começo do mandato, Lula ainda pode usar a força das urnas para negociar medidas difíceis com o Congresso, mas seu caminho das pedras é apresentar, até março, uma trajetória fiscal que preserve os compromissos sociais e dê previsibilidade ao investimento.

O pacote de Bruno Moretti, já sancionado, amplia os instrumentos para perseguir o superavit primário de 0,5% do PIB em 2027. Entretanto, economistas como Eduardo Giannetti propõem chegar de 1,5% a 2% em 2028, patamar que o ministro Dario Durigan projeta só para 2030. A diferença de dois anos traduz o tempo que o governo tem para convencer quem decide se investe, contrata ou espera. Mesmo que o ministro da Fazenda viesse a ser o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, como se especulava ontem nos bastidores do Palácio do Planalto.

Apesar do ajuste muito aquém do que o mercado desejaria, o fogo amigo da esquerda do governo já começou. O secretário-geral da Presidência, Guilherme Boulos, diz que o governo deve buscar economia nas renúncias tributárias injustificadas, nas emendas parlamentares e nos supersalários, preservando os pisos da saúde e da educação. Rever benefícios fiscais exige enfrentar setores organizados. Disciplinar emendas exige negociar com os mesmos parlamentares que votarão o ajuste e não querem renunciar a uma fatia no Orçamento. O ministro joga mais para a plateia do que para o governo.

Além disso, Lula não pode brigar em todas as frentes, precisa escolher aquelas que valem a pena. Para quem vive do salário, a ligação entre as contas públicas e o cotidiano aparece no preço dos alimentos e no custo do crédito. É aí que um ajuste ganha ou perde sustentação política. Essa é a primeira prioridade.

A segunda é o investimento voltar a produzir emprego e renda. Um programa enxuto de obras de saneamento, logística e energia, com financiamento definido e prazo de entrega, vale mais para o crescimento do que um programa inexequível para aceleração da economia. Na agenda social, o mesmo critério recomenda concentrar esforços em proteger a renda das famílias mais pobres e manter os jovens na escola. O reajuste do Bolsa Família e o Pé-de-Meia têm objetivos que o governo pode enunciar e medir. Já a redução da jornada 6x1 exige que se leve em conta a capacidade de adaptação dos pequenos negócios.

A terceira prioridade é a segurança, que está no colo de Lula. Na reunião com os ex-ministros da Justiça Tarso Genro, Ricardo Lewandowski e Flávio Dino, apareceu uma atribuição que justifica maior protagonismo federal. As redes criminosas atravessam fronteiras, lavam dinheiro e financiam a violência nas cidades. O Ministério da Segurança Pública terá função de articular investigações com os estados, integrar inteligência e atingir o patrimônio das facções. O cidadão julgará os resultados pela redução da violência e pela capacidade de o Estado recuperar territórios onde o crime dita as regras.

O recorte pós-eleitoral da Quaest ajuda a entender a razão dessa agenda. Conservadores cristãos, classes D e E e pessoas ligadas ao agronegócio somam 61% do eleitorado na tipologia da pesquisa. É gente que vota por razões diferentes, mas tem interesse em comida a preço suportável, emprego e segurança. A melhora da aprovação abre a Lula a oportunidade de trabalhar sobre esses interesses e reconstruir alguma coesão social. Além da educação e da saúde, um programa minimalista passar por previsibilidade e prioridade às contas, destravar o investimento que gera emprego e proteger a população da violência.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Discurso da hora

Já tem muita gente rouca de tanto afirmar que os relatórios da Polícia Federal sobre o caso Master e os ministros do Supremo Tribunal Federal representam um tapa na cara da sociedade. Congressistas de diversos matizes vão reclamar, mas é difícil a indignação mudar algo no STF.

Setor prestigiado

Com a mineração na moda e presente na geopolítica internacional, a festa de 50 anos do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) reuniu deputados das mais diversas matizes. Nos bastidores, as apostas sobre o Ministério de Minas e Energia dividiram as excelências, com as mais fichas colocadas na permanência de Alexandre Silveira no cargo.

Por falar em ministério...

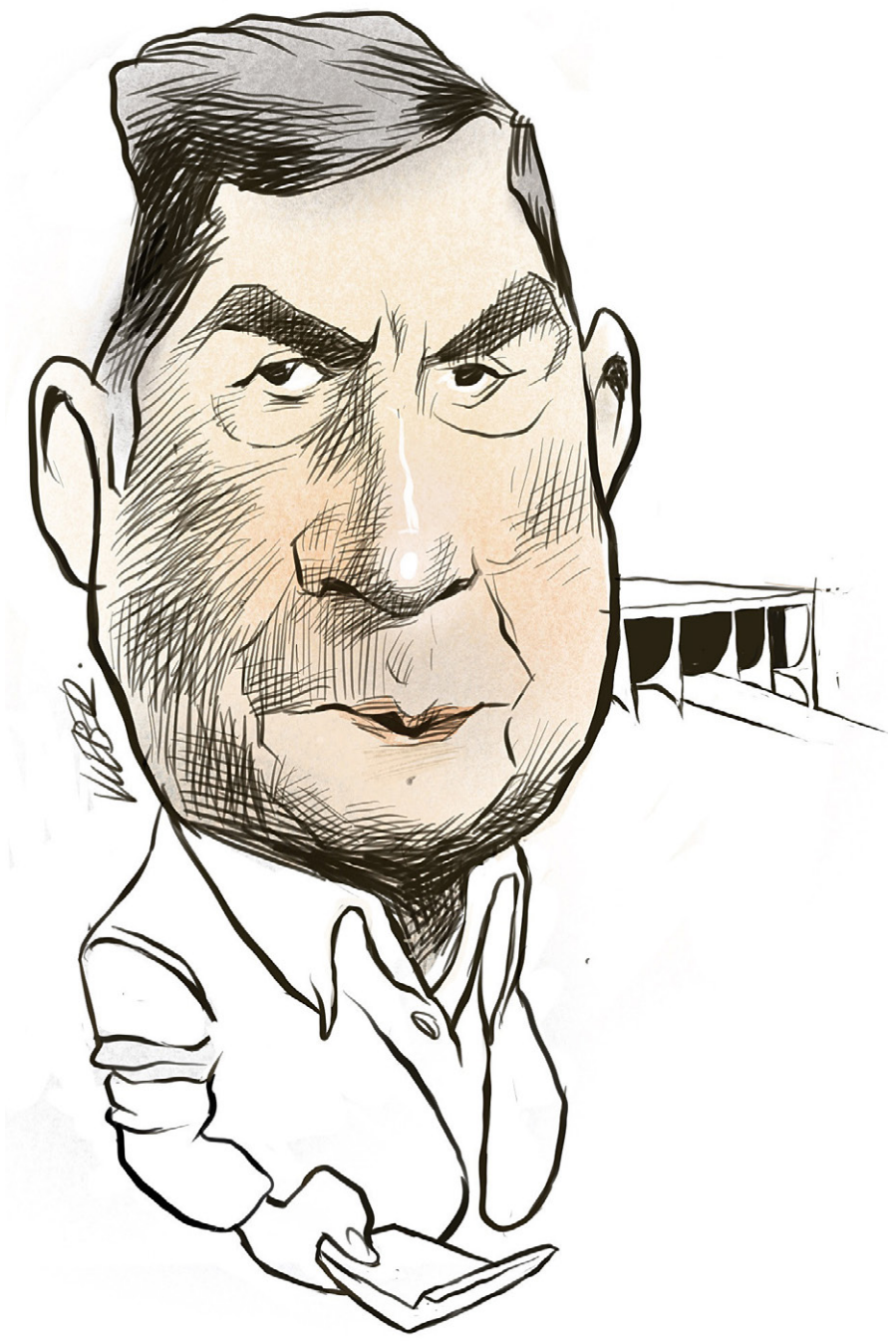
Se nesta quadra houve uma profusão de paraibanos no governo e em postos chaves da administração, para o Lula 4 vislumbra-se um acúmulo de cearenses. São oito cotados, incluindo Camilo Santana para a Casa Civil.

O quarteto quase quinteto

Camilo, aliás, é quem está no núcleo mais próximo de Lula, junto com o governador do Piauí, Rafael Fonteles; o presidente do PT, Edinho Silva; e o senador eleito Rui Costa. Há petistas que incorporam a esse grupo Fernando Haddad. Outros, não.

Trabuco na área

A conversa entre o presidente Lula e o presidente do Conselho de administração do Bradesco e do Movimento Brasil Competitivo, Luiz Carlos Trabuco, foi uma sondagem para a Fazenda, mas ainda sem um desfecho. Quer saber o que cada um pensa e avaliando reações. Nesses três dias depois da conversa com Trabuco descobriu que, se o executivo do mercado for ministro, correrá o risco de ser fritado pelo PT. Tal e qual ocorreu com o ministro Joaquim Levy no governo Dilma Rousseff. O perfil, avisam os integrantes do PT, tem que ter jogo de cintura político. Em outras palavras, o PT sabe que a escolha é de Lula, mas, se puder opinar nessa seara, dirá não à nomeação de Trabuco.



» » »

Música para os ouvidos/ O discurso de Trabuco na última segunda-feira, porém, quando assumiu o Comando do Movimento Brasil Competitivo, substituindo José Gerdau, mirou no alto custo do capital para os empresários. Leia-se, taxas de juros. Ainda que não esteja nada confirmado, Trabuco na Fazenda poderia representar uma aproximação com o mercado avesso ao PT. Mas, assim como os "yuppies da Faria Lima", teria dificuldades de convivência com o PT.

CURTIDAS

Danandra Rocha/CB/DA.Press



Do café ao jantar/ Pré-candidata à Presidência do Senado, Tereza Cristina (PP-MS/foto) fez questão de comparecer ao café da manhã do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), com a bancada feminina. À noite, estava na festa de aniversário do senador Rogério Marinho (PL-RN), no Club Marina, às margens do Lago Paranoá. Nas duas oportunidades, cuidou da própria campanha.

Ajuda aí/ No café, ao declarar que era candidato a mais dois anos no comando da Casa, Alcolumbre lembrou que Tereza também estava no páreo: "Bom saber que você está pedindo votos pra mim", brincou a senadora.

Tempo de reunião/ A bancada do PSD abriu a temporada de confraternizações políticas em Brasília com um jantar para a bancada. O presidente Gilberto Kassab; o presidente do PSD do Distrito Federal, Paulo Octávio; e líder, Antonio Brito, foram ladeados por demais parlamentares.

A visão dele/ O deputado Alberto Fraga (PL-DF) tem insistido na ideia de evitar que o STF interfira nas posições políticas: "Seja direita, seja esquerda, não pode ser calado pelo STF", afirma.

GOVERNO

Lula põe foco na segurança

Presidente ouve ex-titulares da pasta da Justiça. Nos bastidores, aliados incluem Alckmin na lista de possíveis ministros

» ARMANDO HOLANDA

Em meio às costuras para a composição do primeiro escalão de seu quarto mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começou a discutir com maior profundidade a estruturação do Ministério da Segurança Pública. O petista reuniu, ontem, no Palácio da Alvorada, três ex-ministros da Justiça: Tarso Genro, Ricardo Lewandowski e Flávio Dino, atualmente ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), para colher contribuições sobre a configuração da nova pasta. Paralelamente, aliados do chefe do Executivo nacional apostam no vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) para capitanear o ministério. O nome dele também é aposta do mercado e preferido por membros do partido socialista para a Fazenda.

A criação da pasta, após a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública pelo Congresso Nacional, impõe ao presidente duas missões: definir o desenho administrativo do ministério, incluindo a distribuição de órgãos estratégicos, e escolher um nome de peso político para conduzir uma das áreas mais sensíveis do próximo governo. A segurança pública esteve no centro das discussões durante a corrida presidencial deste ano e foi um dos principais pontos de embate entre Lula e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Além dos três ex-ministros, participaram da reunião Alckmin; a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior; e o titular da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva. O encontro, segundo Genro, serviu para que cada um dos convidados apresentasse ao presidente sua avaliação sobre as atribuições que devem ser incorporadas à nova estrutura. Não houve, contudo, deliberações sobre o destino de órgãos ou a escolha de quem comandará a pasta.

Em conversa com jornalistas após a reunião, Genro afirmou que houve convergência sobre a necessidade de ampliar a atuação do governo federal no enfrentamento ao crime transnacional. A avaliação é de que a configuração do ministério deve levar em consideração as transformações geopolíticas e a internacionalização das organizações criminosas.

"O novo Ministério da Segurança Pública tem que ter uma ocupação também nas suas tarefas das questões geopolíticas", defendeu. O ex-ministro ponderou que parte dos delitos registrados nas grandes regiões metropolitanas do país constitui a etapa final de uma cadeia criminosa que extrapola as fronteiras brasileiras.

Na avaliação de Genro, a estrutura a ser montada pelo governo precisa contemplar tanto o enfrentamento ao tráfico de drogas, que envolve países do Cone Sul, quanto os crimes ambientais na Amazônia e o tráfico internacional de pessoas. Para o ex-ministro, a dimensão territorial da segurança pública já não é suficiente para compreender a complexidade da atuação das organizações criminosas.

Aposta em Alckmin

Embora a escolha do futuro ministro não tenha sido objeto da reunião, o nome de Alckmin desponta entre as apostas de aliados de Lula. A eventual ida do vice-presidente para a Segurança Pública também passa pelas discussões sobre o espaço que será destinado ao PSB na Esplanada dos Ministérios. Atualmente, o socialista acumula a Vice-Presidência com o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Uma eventual mudança de pasta representaria um deslocamento do vice para uma área na qual também acumula experiência administrativa. Alckmin governou São Paulo por quatro mandatos, período em que esteve à frente da gestão das forças de segurança do estado. O peso político do cargo que ocupa também poderia favorecer a interlocução com governadores, independentemente da coloração partidária.

A aposta, contudo, não significa que o martelo esteja batido. Questionado sobre a possibilidade de terem sido ventilados nomes ou discutido o perfil — político ou técnico — do futuro titular da Segurança Pública, Genro negou que o assunto tenha entrado na pauta.

"Não, não, absolutamente", respondeu. O ex-ministro classificou como impróprio que os convidados fizessem indicações naquela ocasião, embora não tenha descartado que o presidente possa ter tratado do tema individualmente com interlocutores.

Outro ponto que carece de definição, segundo interlocutores, é a distribuição dos órgãos entre as estruturas do governo. Durante o encontro, chegou-se a discutir o destino do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), responsável pela produção de inteligência financeira, mas não houve consenso formalizado.

DIREITOS DA MULHER

O avesso do avesso de Chiquinha Gonzaga

» RAFAELA BOMFIM

A entrega da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à deputada estadual eleita por São Paulo Eduarda Campopiano (PL), mulher mais votada do estado nas eleições de 2026, provocou manifestações de parlamentares, entidades e movimentos feministas. A cerimônia, inicialmente prevista para 3 de dezembro, foi antecipada para terça-feira (24/11) pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em meio à pressão contra a homenagem.

Campopiano recebeu 1.956.238 votos no pleito de outubro. Aos 23 anos, tornou-se alvo de críticas por declarações contra o movimento feminista e por questionar publicamente a existência do feminicídio. A concessão da medalha também foi contestada por um abaixo-assinado que ultrapassou 500 mil assinaturas.

Conhecida nas redes sociais por se apresentar como "a maior inimiga das feministas de SP", a parlamentar já publicou declarações contrárias à atuação do movimento.

João Bernardo/CMRJ



Eduarda Campopiano e Lucas Pavanato: homenageados no Rio de Janeiro

Em 2021, escreveu: "Não devo nada ao feminismo. Nenhuma mulher deve". Em março deste ano, classificou o feminicídio como uma "armadilha retórica" e afirmou que um homem não mata uma mulher pelo fato de ela ser mulher.

As manifestações voltaram ao centro do debate durante a solenidade, quando Campopiano questionou a associação de Chiquinha Gonzaga à militância feminista. "Falam de Chiquinha Gonzaga como se Chiquinha Gonzaga tivesse sido uma militante feminista escandalosa, gritando no meio da rua. Chiquinha Gonzaga foi uma guerreira de muita classe", declarou. A deputada também atribuiu as conquistas da compositora ao mérito individual e ironizou as mulheres que participaram da mobilização contra a homenagem: "Se organizem melhor na próxima. Quem sabe assim vocês conseguem o título de mulher mais votada do Brasil".

A escolha foi criticada pela antropóloga Débora Diniz, que apontou contradições entre o discurso da parlamentar e a história da artista. Chiquinha Gonzaga rompeu convenções sociais do século 19, enfrentou a autoridade marital, conquistou independência financeira por meio da música e participou da luta abolicionista. Para a pesquisadora, a trajetória da personagem histórica está relacionada à emancipação feminina e à resistência às estruturas patriarcais.

A deputada federal Anielle Franco (PT-RJ), ex-ministra da Igualdade Racial, também criticou a concessão da medalha. "A Câmara Municipal do Rio conceder a Medalha Chiquinha Gonzaga a uma parlamentar que se declara inimiga do feminismo e já questionou a existência do feminicídio é uma afronta à história de luta das mulheres", escreveu. Anielle ainda questionou a homenagem concedida a Lucas Pavanato (PL-SP), deputado federal eleito, que recebeu o Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto.

CLIMA

Chuvas persistem no Sul e Sudeste

Inmet alerta para tempo instável, com chuvas e trovoadas. No Paraná, seis pessoas morreram desde segunda-feira

» CAETANO YAMAMOTO*

Corpo de Bombeiros Militar do Paraná/Divulgação



Temporais deixam seis mortos e 2.454 desabrigados no Paraná. Mais de 11 mil pessoas foram afetadas pelos temporais no estado

As fortes chuvas continuam assolando as regiões Sul e Sudeste do Brasil, alerta o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) . Segundo o órgão, o tempo segue instável com pancadas de chuvas e trovoadas, especialmente nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

No Paraná, há perigo potencial para chuvas intensas, entre 20 e 30 mm/h ou até 50 mm/dia e ventos intensos (40-60 km/h), queda de galhos de árvores, alagamentos e de descargas elétricas.

De acordo com a Defesa Civil do estado, seis pessoas morreram desde o temporal de segunda-feira. As duas primeiras mortes foram registradas em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, na segunda-feira. Um casal de idosos, identificado como Antonio Ferreira, de 81 anos, e Clotilde Ferreira, de 76, morreu afogado durante um alagamento na própria casa. Anteontem, outras duas mortes foram registradas em Nova Esperança do Sudoeste. Ainda anteontem, um trabalhador morreu após ser arrastado por uma enxurrada na área rural de Mato Rico, na região central do Paraná.

Até a tarde de ontem, 50 municípios foram atingidos (36 com ocorrências formalizadas e 14 com relatos preliminares). Segundo o coordenador Executivo da Defesa Civil Estadual, Ivan Ricardo Fernandes, a defesa civil estadual em conjunto a defesas municipais, estão trabalhando juntas para atendimento da população e mapeando as necessidades de cada cidade.

De acordo com o relatório publicado pela Defesa Civil, 10.837 pessoas foram afetadas pelas chuvas, 2.454 foram desalojadas, 242, desabrigadas, 1.655 imóveis danificados e 13 casas destruídas.

No Rio Grande do Sul, entre domingo e ontem, foram registradas 11 ocorrências em 10 municípios distintos. Houve registro de danos humanos ou materiais em 10 municípios. Predominaram chuvas intensas, subsidências e colapsos e enxurradas. Mas não foi confirmado ou está sendo investigado nenhum óbito. De acordo com a Defesa Civil do RS, 463 pessoas foram afetadas, 12 pessoas desalojadas, 6 casas danificadas e 31 casas alagadas.

Os municípios com mais pessoas afetadas foram: Severiano de Almeida — Chuvas intensas afetaram 250 pessoas; Dois Lajeados — Enxurrada afetou 100 pessoas e Maximiliano de Almeida — Chuvas intensas afetaram 40 pessoas.

> **Nós tomamos a decisão, conjuntamente, de priorizar o plano de ajuda humanitária e de aquisição de telhas para auxiliar nas coberturas, onde fosse possível"**
>
> ***Waldez Góes,*** *ministro da Integração*

Tupanciretã

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, detalhou, no programa *Bom Dia, Ministro* de ontem, as ações realizadas em Tupanciretã (RS), cidade gaúcha em estado de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal após ser atingida por forte tempestade na madrugada da última sexta-feira. Os primeiros planos de ajuda à cidade somam mais de R$ 8,5 milhões. Desse total, R$ 4,7 milhões foram destinados à ajuda humanitária e outros R$ 3,8 milhões para ações de limpeza urbana e aquisição de telhas.

Segundo o ministro, os recursos para a reconstrução serão definidos a partir dos levantamentos que estão sendo realizados. "O que o presidente Lula sempre diz é o que for necessário", afirmou Waldez. Ele ressaltou ainda que os planos podem ser aprovados diariamente e que, nas ações que forem de responsabilidade do Governo Federal, "todos os recursos a serem empregados para corrigir os efeitos e, logicamente, melhorar a vida e a sociedade serão empregados".

"Lá não tinha local e não tem para as pessoas se abrigarem. Então, tudo ficou comprometido, a prefeitura, as quadras esportivas e escolas. Por isso nós tomamos a decisão conjuntamente de priorizar o plano de ajuda humanitária e de aquisição de telhas para auxiliar nas coberturas, onde fosse possível", afirmou

Hoje o ministro irá novamente a Tupanciretã. De acordo com Waldez, a viagem vai levar uma força-tarefa do Governo Federal para discutir as medidas necessárias para a região. "A educação, por exemplo, está suspensa por 30 dias. Mas daqui a 30 dias a gente não tem escolas reconstruídas. O ano escolar vai ficar comprometido. Então, toda essa estratégia, o ministro da Educação, com secretários municipais e estadual, estão avaliando", afirmou.

Ele destacou ainda a importância de debater todas as ações com a comunidade e autoridades locais para definir as medidas que devem ser aplicadas em cada situação.

São Paulo

O Inmet, hoje tem alerta laranja (perigo) para chuvas intensas em São Paulo. O volume previsto está entre 30 e 60 mm/h ou 50 e 100 mm/dia, ventos intensos (60-100 km/h). Há risco de corte de energia elétrica, queda de galhos de árvores, alagamentos e de descargas elétricas.

Em São Paulo, entre quarta-feira e ontem, 12 municípios foram atingidos, duas pessoas morreram e 10 foram feridas. Além disso, 114 pessoas foram desalojadas, três desabrigadas, e 26 imóveis foram atingidos e/ou interditados. A informação foi divulgada pela defesa civil do estado.

Entre as ocorrências mais graves estão o deslizamento de terra seguido de queda de alambrado em Monte Alegre do Sul, registrando dois óbitos, e queda de árvore de grande porte sobre área de recreação de uma escola estadual em Itaquera, na capital, com oito crianças feridas.

Sumaré concentra o maior número confirmado de pessoas fora de casa (104 desalojados e 3 desabrigados após alagamentos na Vila Diva e Rua Crenac), seguida pela capital, onde 17 imóveis tiveram interdição total na Vila Maria.

SANEAMENTO

Três em cada 10 cidades ainda têm lixões

» PEDRO JOSÉ BORGES
» MARIANA GARCIA*

Leopoldo Silva/Agência Senado



Os vazadouros a céu aberto estão em quase 29% dos municípios

A coleta seletiva avançou no Brasil nos últimos 16 anos, mas a destinação inadequada de resíduos ainda é um problema em boa parte do país. Em 2024, quase três em cada 10 municípios brasileiros registravam a presença de lixões, locais onde o lixo é descartado a céu aberto, sem tratamento adequado.

Os dados são da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento identificou vazadouros a céu aberto em 28,9% dos municípios. A situação é mais grave na Região Norte, onde o percentual chega a 69,2%. Centro-Oeste e Nordeste também apresentam índices próximos em metade das cidades. No Sul, a presença de lixões é bem menor.

A pesquisa também identificou aterros sanitários, estruturas adequadas para receber resíduos, em 15,1% dos municípios. Já os aterros controlados, que não oferecem o mesmo nível de proteção ambiental, foram registrados em 10,2%.

Em 2008, o serviço de coleta seletiva estava presente em 17,9% dos municípios que informaram oferecer serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Em 2024, a proporção chegou a 48,1%, o equivalente a 2.675 cidades. O Sul lidera, com coleta seletiva em quase três quartos dos municípios, enquanto no Norte o serviço não chega a um quarto das cidades.

Embora os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos estejam presentes em quase todos os municípios, atividades, como a coleta seletiva e a compostagem, ainda têm alcance limitado.

Drenagem

A PNSB 2024 mostra também que o serviço de drenagem e manejo de águas pluviais está presente em 97,4% dos municípios brasileiros, o equivalente a 5.424 cidades. Em 2000, o percentual era de 78,6%.

Segundo o levantamento, 134 municípios não registraram nenhum serviço de drenagem. Outros oito se recusaram a responder à pesquisa e quatro não apresentaram informações.

Entre as estruturas disponíveis, a microdrenagem é a mais disseminada: está presente em 98,1% dos municípios que possuem o serviço, ou 5.320 cidades. A macrodrenagem é adotada em 76,3%, o equivalente a 4.138 municípios.

As chamadas infraestruturas verdes, que utilizam soluções baseadas na natureza para absorver ou conduzir a água da chuva, aparecem em 33,3% das cidades atendidas, ou 1.806 municípios. Entre as práticas identificadas estão a renaturalização ou restauração de cursos d'água (12,6%), os pavimentos permeáveis (10%) e as bacias de infiltração (8,6%).

Nos municípios com mais de 500 mil habitantes, a presença dessas estruturas é maior. A macrodrenagem está presente em 95,8% deles, enquanto as infraestruturas verdes são utilizadas em 70,8%.

A pesquisa também aponta baixa presença de estruturas específicas para retenção de água e controle de inundações. Apenas 11,9% dos municípios com serviço de drenagem, ou 648 cidades, possuem estruturas de retenção e detenção, utilizadas para armazenar temporariamente a água e reduzir o impacto das enchentes.

***Estagiários sob a supervisão de Edla Lula**

GARIMPO ILEGAL

PF investiga esquema de mineração ilegal

» ALÍCIA BERNARDES

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem,uma operação para desarticular um esquema de mineração ilegal em Minas Gerais que teria movimentado cerca de R$ 2 bilhões. Batizada de Húbris, a ação investiga uma organização criminosa suspeita de utilizar obras de terraplanagem, estabilização de encostas e recuperação ambiental como fachada para a extração clandestina de minério de ferro em diferentes regiões do estado.

Foram cumpridos oito mandados de prisão preventiva, dois de prisão temporária e ordens de busca e apreensão em mais de 50 endereços residenciais e empresariais. A operação mobilizou 230 policiais federais e 20 servidores da Controladoria-Geral da União (CGU). Fuzis, munições, dinheiro em espécie e equipamentos foram apreendidos durante as diligências, que contam com apoio do Ministério Público Federal (MPF) e da Receita Federal.

As investigações identificaram atividades suspeitas em áreas próximas à BR-040 e em localidades como Olhos d'Água, Rancho do Boi, Água Limpa, Vale do Sol, Serra da Piedade e Mina Várzea do Lopes. O esquema também teria atuado em municípios como Nova Lima, Itabirito, Caeté, Sabará, Morro do Pilar, São Gonçalo do Rio Abaixo, Passa Tempo, Catas Altas e Alvinópolis, onde intervenções em propriedades e empreendimentos eram utilizadas para dissimular a exploração mineral.

Levantamentos periciais apontam que aproximadamente 5,74 milhões de toneladas de minério de ferro podem ter sido extraídas ou beneficiadas de maneira irregular. O volume representa um potencial econômico estimado em R$ 2 bilhões. Diante da dimensão financeira do esquema, a Justiça autorizou o sequestro e o bloqueio de bens, direitos e valores dos investigados até esse limite, com o objetivo de impedir a movimentação do patrimônio e assegurar eventual ressarcimento.

A PF apura suspeitas de lavagem de dinheiro e ocultação patrimonial por meio de empresas e pessoas utilizadas para disfarçar a origem dos recursos.

20º PRÊMIO

LÍDERES DO BRASIL® 2026

30 DE NOVEMBRO – 19h30 ÀS 22h
HOTEL W - SÃO PAULO

ASSISTA À TRANSMISSÃO AO VIVO EM:
AOVIVO.LIDE.COM.BR

PATROCÍNIO

bradesco · BYD · CNI Confederação Nacional da Indústria · EMS · Grant Thornton · UB · wellhub · X-VIA

APOIO

CNC Sesc Senac · ELYTRON CYBERSECURITY · Magalu · Pax · MRV

MÍDIA PARTNERS

JOVEMPAN · Grupo CM Correio da Manhã · propmark · Correio Braziliense · LIDE .com.br · Revista LIDE · TV LIDE · Brasil Confidencial

FORNECEDORES OFICIAIS

3 Corações · Mistral · Vero Latte Gelato · Helbor

LIDE® GLOBAL

MAIS INFORMAÇÕES

A MAIOR PREMIAÇÃO EMPRESARIAL DO BRASIL



EMPRESÁRIO DO ANO
MARCUS SANCHEZ
EMS



EMPRESA DO ANO
ALEXANDRE BALDY
BYD



GRUPO EMPRESARIAL DO ANO
JOSÉ AURIEMO NETO
JHSF



INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
ITAÚ UNIBANCO
MILTON MALUHY



COMÉRCIO ELETRÔNICO
MERCADO LIVRE
FERNANDO YUNES



CARTÕES DE CRÉDITO
BRADESCO CARTÕES
FERNANDO AMARAL



VAREJO
MAGAZINE LUIZA
LUIZA TRAJANO



VEÍCULOS PESADOS
VOLKSWAGEN
CAMINHÕES E ÔNIBUS
ROBERTO CORTES



MINERAÇÃO
VALE
GUSTAVO PIMENTA



INDÚSTRIA
GERDAU
GUSTAVO WERNECK



HOSPITAL E COMPLEXO HOSPITALAR
REDE D'OR
PABLO MENEZES



FARMACÊUTICA
EMS
MARCUS SANCHEZ



INOVAÇÃO
ENTER
MATEUS COSTA RIBEIRO



LOGÍSTICA E TRANSPORTE
JSL
GUILHERME SAMPAIO



PAPEL, PAPELÃO E CELULOSE
SUZANO
BETO ABREU



PETRÓLEO E GÁS
SHELL
JOÃO SANTOS ROSA



INDÚSTRIA QUÍMICA
BASF
PRISCILA CAMARA



CONSTRUÇÃO CIVIL
MRV
EDUARDO FISCHER



INFRAESTRUTURA
ACCIONA
ANDRÉ DE ANGELO



SAÚDE – SERVIÇOS
DASA
RAFAEL LUCCHESI



TELECOM
TIM BRASIL
ALBERTO GRISELLI



SIDERURGIA
USIMINAS
MARCELO CHARA



ELETROELETRÔNICOS
INTELBRAS
HENRIQUE FERNANDEZ



ENERGIA
NEOENERGIA
EDUARDO CAPELASTEGUI



ESG
NATURA
FABIO BARBOSA



EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE BRASIL
FERNANDO COSTA



TURISMO
CVC CORP
GUILHERME PAULUS



INOVAÇÃO EM BEM-ESTAR
TECHNOGYM
RICARDO ROCHA



SERVIÇOS
LOCALIZA
BRUNO LASANSKY



TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA
PAX
DAVID PEIXOTO



SEGURANÇA CIBERNÉTICA
ELYTRON
JOÃO LUCAS BRASIO



WELLNESS
WELLHUB
RICARDO GUERRA



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
X-VIA
ROBERTO FLORENTINO JR



TECNOLOGIA
DECADE
VITOR OLIVIER



AGRONEGÓCIOS
CARGILL
PAULO SOUSA

Bolsas
Na quarta-feira
1,58% São Paulo
0,33% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
167.538 — 166.684
19/11 23/11 24/11 25/11

Na quarta-feira
R$ 5,816
(-1,59%)

Dólar

	Últimos
17/novembro	5,782
18/novembro	5,866
19/novembro	5,934
23/novembro	5,926
24/novembro	5,910

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 6,386

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,68%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82
Outubro/2026	0,14

COMÉRCIO EXTERIOR

Brasil se diz indignado com nova tarifa

Após ameaça dos EUA de taxar aviões e açúcar, governo afirma, em nota, que Washington pressiona para interferir no Pix

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RENATO SOUZA

Tom Williams/AFP



O escritório de comércio recomendou uma modificação da sobretaxa de 25% aplicada desde julho, que deixou a brasileira Embraer de fora

O governo brasileiro reagiu, ontem, a uma declaração dos Estados Unidos com a ameaça de impor tarifas adicionais a aviões e ao açúcar produzidos no Brasil. Em nota, divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o governo declarou que recebeu a decisão com "indignação". A possibilidade de nova taxação foi divulgada pelo embaixador Jamieson Greer, representante do Escritório de Comércio dos Estados Unidos (USTR).

Greer defendeu novas tarifas a produtos importados do Brasil em relatório publicado ontem. O governo de Donald Trump pretende abrir uma consulta pública sobre a possibilidade de aumento de tributação sob argumentos de que, para os EUA, o Brasil não estaria disposto a negociar premissas estabelecidas na Seção 301, que coloca o país governado por Luiz Inácio Lula da Silva como adepto a práticas consideradas nocivas ao funcionamento do livre-mercado.

O embaixador Jamieson Greer declarou que, sob essa perspectiva, aeronaves produzidas no Brasil e exportadas aos EUA deveriam ser tarifadas com 10%. Atualmente, a transação desse produto ocorre com zero de sobretaxa. Além disso, segundo os argumentos levantados pelo embaixador, os Estados Unidos deveriam discutir maiores taxações à compra de açúcar do Brasil.

"A imposição de uma tarifa adicional e específica sobre as importações de açúcar do Brasil e uma tarifa adicional de 10% sobre as exportações de aeronaves acabadas do Brasil visa ajudar a levar o Brasil à mesa de negociações. Em consonância com a Seção 301 da legislação, também proponho aumentar a tarifa sobre as importações de açúcar fora da cota de forma não discriminatória para evitar um aumento repentino das importações de açúcar de outros países, cujo mercado o Brasil poderia suprir", destaca um trecho do relatório.

Ameaça

Em nota, a Secom se posicionou sumariamente contra qualquer nova taxa. "O governo brasileiro expressa indignação com a decisão do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos de recomendar a imposição de novas tarifas para a importação de aeronaves e açúcar", diz a nota.

O governo Lula informou que o Brasil vem negociando há mais de um ano, de "boa-fé", a situação das taxas e lembrou que no dia 21 de agosto, os presidentes Lula e Donald Trump se falaram por telefone e acertaram constituir um grupo de trabalho entre os dois países sobre temas comerciais. Também declarou que não vai promover alterações no Pix e chamou o relatório de ameaça. "Fica evidente que a nova recomendação é feita como o objetivo de pressionar o governo para que haja alterações em medidas regulatórias nacionais relacionadas ao sistema de pagamentos Pix, comércio digital, acordos preferenciais, dentre outros, como consta do anúncio de hoje. A decisão unilateral do USTR constitui uma ação inaceitável dentro do processo negociador bilateral em curso. O Brasil não cederá a esse tipo de ameaça", acrescentou o governo.

As autoridades nacionais pretendem manter o questionamento à política tarifária dos Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC). "O Brasil seguirá buscando uma saída negociada, sem prejuízo de ações no âmbito da OMC e sem descartar a possibilidade de adoção de medidas de reciprocidade frente à aplicação ilegal e injusta de tarifas contra produtos brasileiros", completa o texto.

Caem ações da Embraer

» PEDRO JOSÉ BORGES

As ações da Embraer registraram queda, ontem, após o governo dos Estados Unidos propor a aplicação de uma tarifa de 10% sobre aeronaves prontas fabricadas no Brasil. Os papéis da fabricante brasileira chegaram à mínima de R$ 97,82, por volta das 10h25, com recuo superior a 9%. No fim da sessão, houve recuperação e a queda no dia foi de 4%, valendo R$ 103,20.

O anúncio ocorreu um dia depois de o Barclays iniciar a cobertura dos papéis com recomendação overweight (equivalente a compra).

A recomendação foi apresentada pelo escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) como uma modificação da sobretaxa de 25% aplicada desde julho a parte dos produtos brasileiros, que deixou as aeronaves de fora.

Em posicionamento oficial, a Embraer afirmou que está analisando o relatório divulgado pelo governo dos Estados Unidos. A empresa destacou que o documento trata da possibilidade de uma nova tarifa de 10% sobre a importação de aeronaves acabadas brasileiras e ressaltou que, atualmente, seus produtos exportados para o mercado norte-americano não são tarifados.

"A empresa continua acreditando e defendendo firmemente a manutenção do regime de tarifa zero para a indústria aeroespacial global, vigente desde a década de 1980", informou a companhia.

A fabricante também destacou sua presença nos Estados Unidos, onde mantém investimentos há mais de 45 anos. Segundo a empresa, são US$ 3,5 bilhões em ativos.

SISTEMA FINANCEIRO

Novas regras para conter endividamento das famílias

Reprodução/Invest News



Uma das medidas prevê a redução do limite do rotativo quando o cliente usar com frequencia o rotativo

O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central aprovaram, ontem, novas regras para conter o endividamento da família. Entre as medidas adotadas, está a redução do limite dos clientes que recorreram de forma frequente ao crédito rotativo.

De acordo com o que foi estabelecido, a limitação será imposta quando o cliente deixar de pagar três ou mais faturas, em meses diferentes, dentro de um período de seis meses, e financiar parte dos valores pelo rotativo.

No entanto, o consumidor deverá ser avisado antes da aplicação da medida. O objetivo é evitar o endividamento excessivo. Os clientes afetados sairão da limitação quando pagarem seis faturas seguidas, em dia, ou sanar toda a dívida com o rotativo do cartão. As novas regras entram em vigor em 1º de julho de 2027.

Outra alteração diz respeito à contratação de operações de crédito, que deverá ocorrer somente por ambiente seguro, como aplicativo do banco, internet banking ou por atendimento presencial nas agências. No entanto, ainda poderão ocorrer ofertas e negociações por meio de aplicativos de mensagens, telefone e outros meios.

Venda de dívidas

As novas regras também garantem a proteção dos consumidores quando empréstimos e financiamentos forem transferidos para fundos de investimento, securitizadoras (empresas que convertem dívidas em outros papéis) ou outros compradores fora do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A venda da dívida não poderá reduzir os direitos do cliente. A instituição que concedeu originalmente o crédito continuará responsável pelo atendimento e, em última instância, pela prestação de informações sobre o saldo devedor e pagamentos realizados; juros e demais encargos; antecipação da quitação; portabilidade e quitação da dívida. Também haverá regras para estabelecer prazo mínimo antes da transferência do crédito e exigir que a instituição vendedora mantenha parte da exposição ao risco.

Transparência

Os bancos deverão aprimorar os mecanismos de avaliação de risco, considerando o nível de endividamento e a capacidade de pagamento de pessoas físicas e jurídicas durante todo o ciclo do crédito.

Outra proposta, que será submetida à consulta pública, prevê a padronização do Comprometimento Financeiro Individual (CFI). O indicador mede quanto da capacidade mensal de pagamento de uma pessoa está comprometido com dívidas e outras obrigações financeiras.

A iniciativa busca uniformizar os cálculos entre instituições e facilitar a identificação de consumidores em situação de vulnerabilidade.

Também será discutida a ampliação da transparência, com divulgação de informações sobre critérios de gerenciamento de riscos e distribuição das operações de crédito conforme o comprometimento financeiro dos clientes.

O pacote ainda amplia as exigências para instituições que investem em operações de securitização, incluindo Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). Essas instituições deverão conhecer os ativos que dão origem aos créditos como se estivessem registrados em seus próprios balanços. Quem não cumprir os requisitos ficará sujeito a exigências de capital mais rigorosas, que poderão incluir a dedução do valor do ativo do capital regulatório. (**RS, com Agência Brasil**)

ESTADOS UNIDOS

Ao fim de semanas de disputas judiciais com moradores e ambientalistas, militares detonam, sob controle, estoques de azida de chumbo, para prevenir um acidente catastrófico. Análises posteriores afastaram risco de contaminação

Exército detona explosivos tóxicos

A despeito dos protestos de moradores e ambientalistas, e depois de conseguir reverter uma ordem judicial contrária, o Exército dos Estados Unidos anunciou como "um enorme sucesso" a detonação controlada de 4,5 toneladas de explosivos tóxicos armazenados em uma pequena cidade agrícola do estado de Iowa, no centro do país. Os habitantes foram orientados a deixar suas casas, devido ao risco de contaminação.

Os 68 tambores de azida de chumbo — que representavam a totalidade da reserva desse material degradado — corriam o risco de explodir espontaneamente, o que tornava necessária sua destruição na fábrica de munições do Exército em Middletown, onde estavam armazenados havia quase 20 anos. A explosão, realizada às 9h locais (12h em Brasília), produziu uma espessa nuvem de fumaça. Segundo o jornal *The New York Times*, a detonação foi ouvida em um raio de 15km.

Cerca de 350 propriedades rurais poderiam ser afetadas pelas emissões tóxicas, segundo o Departamento de Agricultura. "Os primeiros relatos de Iowa indicam que os esforços de mitigação do Exército superaram amplamente as expectativas", escreveu o presidente Donald Trump em sua plataforma, a Truth Social. Nenhum vestígio de chumbo foi detectado no ar uma hora após a explosão, afirmou a Agência de Proteção Ambiental (EPA), em um comunicado.

"A detonação controlada e supervisionada pelo Exército superou todas as expectativas e foi um enorme sucesso", comemorou no X o secretário interino do Exército, Adam Telle. "Estamos monitorando de perto a imensa rede de sensores da EPA, instalada em toda a região", acrescentou. "Até agora, nenhuma medição ultrapassou 0,0."

Diante da preocupação com os riscos potenciais para a saúde da população próxima, Trump havia suspendido na segunda-feira a explosão programada, à espera de uma decisão judicial, mas um tribunal de apelações acabou autorizando a operação. O Exército informou que as pessoas retiradas de suas casas seriam notificadas por telefone sobre quando poderiam retornar.

A exposição a resíduos de chumbo não é considerada segura, por mínimos que sejam os índices. Crianças e gestantes são apontadas como as pessoas mais vulneráveis aos efeitos tóxicos. A azida de chumbo é um explosivo primário entre os mais usados para a confecção de detonadores para explosivos como o TNT. A substância é sensível a calor e congelamento, além de impactos ou atrito. Quanto mais tempo passa armazenada, maior o risco de uma explosão espontânea e descontrolada.

US Army/AFP



Militares preparam a detonação controlada dos explosivos no estado de Iowa, sob protestos de moradores e ambientalistas

US Army/AFP



Preparativos finais para a operação: militares festejaram os resultados

O prefeito de Middletown, Rodney Johnson, disse à imprensa que se sentia "aliviado" após o sucesso da detonação, à qual assistiu de uma fábrica a 12km do local. "Não sentimos nada nem vimos nada", declarou. Autoridades dos estados vizinhos de Illinois e Missouri acompanharam todo o processo e, como em Iowa, orientaram os moradores a permanecer em casa, com portas e janelas vedadas, até ordem em contrário.

Cameron Hilton, responsável pela Agência Federal de Gerenciamento de Emergências (Fema), informou que o monitoramento ambiental seguirá pelos próximos dias e semanas, para assegurar a população quanto a riscos eventuais de contaminação. Antes de executar a detonação controlada, o Exército adotou medidas preventivas, inclusive a delimitação de uma zona de retirada e a instalação de abrigos, em caso de necessidade.

> **Os primeiros relatos de Iowa indicam que os esforços de mitigação do Exército superaram amplamente as expectativas"**
>
> ***Donald Trump,*** *presidente dos EUA*

> **A detonação controlada e supervisionada pelo Exército superou todas as expectativas e foi um enorme sucesso"**
>
> ***Adam Telle,*** *secretário (interino) do Exército*

Acerto político

A controversa detonação dos explosivos colocou em linha direta o presidente republicano Donald Trump, que apoiou a decisão do Exército, e o recém-eleito governador do estado de Iowa, Rob Sand, do Partido Democrata (de oposição). Pelas redes sociais, Trump pediu a Sand que desse sua aprovação à medida, mas o político respondeu que cabia às autoridades federais a responsabilidade pelo caso e a consulta a especialistas para a determinação dos riscos.

Depois de realizada a explosão, Rob Sand voltou a cobrar "mais testes" das condições ambientais e "transparência completa" sobre a situação, além de explicações detalhadas sobre por que a condução da crise foi "tão caótica e obscura". Uma das preocupações dos ambientalistas, levada à Justiça, diz respeito ao rumo que as condições atmosféricas poderiam imprimir à nuvem de fumaça tóxica resultante da detonação da azida de chumbo.

IGREJA CATÓLICA

Diário de Francisco revela medo, tentações e crise espiritual

» RODRIGO CRAVEIRO

Humanidade, medo, sede de Deus, tentações e visões do inferno e do demônio. Vinte e um anos antes de se tornar o papa Francisco, o argentino Jorge Mario Bergoglio começou a escrever reflexões sobre a fé e sobre autojulgamento. Entre 2013 e 2024, um ano antes de sua morte, Francisco manteve o hábito. As anotações foram editadas pelo cardeal Victor Manuel Fernández e deram origem ao livro *O diário privado do papa Francisco*, depois da anuência do papa Leão XIV. Nas 160 páginas, se sobressai a humanidade do líder católico e o medo de não estar à altura do pontificado ou de causar danos a terceiros. Mas o que talvez mais chama a atenção é a crise espiritual vivenciada por Bergoglio.

Especialista em Vaticano e doutor em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Gregoriana (em Roma), Filipe Domingues explicou ao **Correio** que muitos dos santos relatam algo semelhante. "A Madre Teresa de Calcutá tem escritos contando sobre como ela viveu um período de escuridão. No Evangelho, há a passagem em que Jesus Cristo é tentado pelo demônio. Essa parte do deserto integra o percurso espiritual de uma pessoa. Quanto mais profunda a vida espiritual, maior é a consciência de se estar vivendo isso", comentou. Segundo ele, esse sentimento se reflete em não receber respostas na vida espiritual, um indício da crise vocacional. "A grande novidade é o fato de o livro ter sido publicado. O conteúdo não muda a nossa percepção sobre Francisco, pois ele se apresentava como homem de fé profunda e de um misticismo acentuado."

Domingues destaca que o diário sugere algo comum na espiritualidade inaciana (o caminho de fé cristã criado por Santo Inácio de Loyola): buscar, no fim do dia ou em algum momento do dia, a presença de Deus. "Francisco não escrevia diariamente e, às vezes, demorava meses para retomar as reflexões. Elas foram feitas nesse contexto da espiritualidade inaciana, de rever, refletir, anotar e retornar aos escritos para refletir sobre a presença de Deus."

"Muito simples"

O argentino Adrián Pallarols, ourives de 55 anos que desenvolveu uma amizade com Francisco desde 1998, contou ao **Correio** ter ficado impressionado com a grande capacidade de Bergoglio de não se deixar inebriar pelo poder. "O papa sempre foi uma pessoa muito simples e aberta. Em algumas de nossas conversas ao longo dos 13 anos de pontificado, ele me comentou que sentia que ficaria à frente da Igreja enquanto percebesse que ainda tinha algo a oferecer. Também dizia que o conforto e a segurança não são bons conselheiros. Ele próprio confessa em seus escritos o receio de se sentir confortável demais, sem desafios ou necessidades concretas. É aí, segundo ele, que o diabo encontra facilidade para conduzir a pessoa pelo caminho da tentação", afirmou.

Alberto Pizzoli/AFP

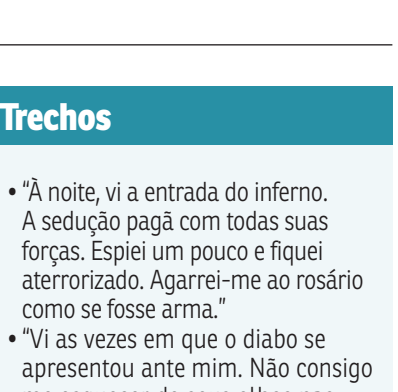


Jorge Mario Bergoglio reuniu anotações entre 1992 e 2024 que deram origem ao livro

Richard Raho — teólogo, vaticanista e professor do Departamento de Teologia da DePaul College Prep (Chicago) — disse ao **Correio** que o que mais choca no diário de Francisco é o "contraste gritante entre sua pessoa pública e suas batalhas místicas privadas". "Para o mundo, Bergoglio era um pastor pragmático e com grande vivência prática. Alguém que se expressava em uma linguagem simples, em vez de recorrer a uma teologia esotérica. Seu diário revela uma experiência intensa e visceral de batalha espiritual, incluindo três episódios nos quais ele sentiu a presença física do mal, além de uma visão aterrorizante, em junho de 2018, da 'entrada para o inferno' — tudo isso no auge da crise de pedofilia na Igreja do Chile", avaliou. "É surpreendente descobrir que aquele 'papa do povo', de semblante jovial, recorria, na intimidade, ao seu rosário, utilizando-o como arma."

Trechos

- "À noite, vi a entrada do inferno. A sedução pagã com todas suas forças. Espiei um pouco e fiquei aterrorizado. Agarrei-me ao rosário como se fosse arma."
- "Vi as vezes em que o diabo se apresentou ante mim. Não consigo me esquecer de seus olhos nas duas primeiras ocasiões: no carro, quando regressava para casa, e no coral, durante a missa. (...) Peço à Virgem que cuide de mim e que me ajude."
- "Na capela, enquanto conversava com o Senhor, eu Lhe disse que havia me afastado de Sua presença por causa de distrações. Ele sorriu."
- "Essa atitude de autossuficiência e de 'resolver tudo' me deixou às portas do inferno. Não consigo esquecer o dia em que o vi."
- "Não posso me esquecer do ronco potente de sua voz (diabo)."



Reprodução

Os manuscritos de Francisco reunidos pelo cardeal Fernández

VISÃO DO CORREIO

Desafio diplomático na vizinhança imediata

O desconvite formal ao presidente Javier Milei para a posse do presidente Lula para o próximo mandato, em 5 de janeiro, ilustra em cores berrantes o estado precário das relações entre Brasil e Argentina. As embaixadas respectivas seguem sem titulares, e o Itamaraty vem de confirmar que o representante brasileiro está removido em caráter permanente, até segunda ordem — a mudança dos pertences do embaixador está em andamento.

Mais do que o mal-estar aparente, o que o episódio evidencia é o momento delicado nas relações bilaterais mais importantes para o país, de vários pontos de vista. Não apenas a Argentina é, como país individual, o principal destino das nossas exportações. Pela vizinhança direta e pelo peso específico de cada um, são os dois carros-chefes econômicos e políticos da América do Sul.

Na formulação de política externa para o Brasil, a despeito das diferenças de orientação entre governos, o acerto histórico fechado com os hermanos nos anos de 1980, que resultou na criação do Mercosul, é uma espécie de cláusula pétrea. Nenhum presidente — ou mesmo candidato que pretenda ser levado a sério — acenaria com outro status quo. Há quatro décadas, a amizade firmada com Buenos Aires significou, entre outras coisas, que ambos os países renunciavam a qualquer projeto armamentista atômico, o que permitiu declarar a América do Sul área desnuclearizada.

Desde então, coincidências e diferenças políticas e ideológicas entre o Planalto e a Casa Rosada ditaram tons mais ou menos afins na condução das relações bilaterais. A novidade, desde que Milei chegou ao governo, em 2023, tem sido as repetidas ofensas do presidente argentino ao governo brasileiro e a seu titular. Foi em resposta às mais recentes que Lula decidiu por chamar de volta o embaixador em Buenos Aires, e o Itamaraty formalizou o "rebaixamento" das relações institucionais ao nível de encarregados de negócios.

O desconvite para a posse formaliza, em tintas fortes, a compreensão, por parte do Brasil, de que está bloqueado o espaço para o contato fluido que se espera entre parceiros com esse grau de intimidade. Naturalmente, com prejuízos para ambas as partes, notadamente no setor privado: empresários e cidadãos em geral, argentinos e brasileiros, são os prejudicados pela crise de maneira mais imediata.

Pela perspectiva de Estado, no entanto, e ainda que a situação presente não comporte alternativa, a quase ruptura se afigura, desde logo, como desafio de política externa para o mandato Lula 4. O comando do Itamaraty, nos próximos quatro anos, segue por ser definido — mas trabalhar pela normalização das relações bilaterais com a Argentina estará, obrigatoriamente, no alto da pauta.

O presidente tem à frente da pasta, hoje, um diplomata com passagem pela estratégica embaixada em Buenos Aires. Mauro Vieira conviveu com as turbulências políticas do vizinho entre 2004 e 2010, período no qual a Casa Rosada esteve sob comando do casal Kirchner. Javier Milei, com seu discurso ultradireitista e "antissistema", é fenômeno recente. Enfrentará as urnas no fim de 2027, em condições internas ainda incertas: por ora, sua política econômica ultraliberal teve impacto marcante nas condições sociais.

Como chegará às urnas é pergunta ainda prematura, mas terá de ser feita nos próximos meses. Até lá, pelo interesse próprio do Brasil, o próximo titular da política externa terá como missão permanente e incontornável encontrar caminhos para que, à parte o contencioso entre os Estados, as relações econômicas e humanas com nosso principal vizinho possam fluir com o mínimo possível de prejuízos.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Combate ao casamento infantil

Na 2ª Conferência Ministerial Global pelo Fim da Violência contra Crianças, em Manila — evento que mencionei neste espaço na semana passada —, o Brasil assumiu, novamente, compromissos de combate à violência contra crianças e adolescentes. Entre as promessas, estão medidas de enfrentamento ao casamento infantil, uma chaga persistente no país.

O Censo de 2022 mostrou que mais de 34 mil meninas e meninos, de 10 a 14 anos, vivem alguma forma de casamento no Brasil. Conforme o IBGE, 7% estavam casados no civil e no religioso; 4,9% só no civil, e 1,5% só no religioso. Os demais viviam em outro tipo de união. As principais vítimas são meninas: 77% dos registros.

O casamento infantil acontece, especialmente, em contexto de pobreza, menor acesso à educação, desigualdade de gênero e vulnerabilidade social. A atrocidade rouba a infância, aumenta o risco de violência sexual e de mortalidade materno-infantil, provoca abandono escolar e pode perpetuar a pobreza — já que, com estudos limitados, as vítimas se sujeitam a subempregos na idade adulta.

Apesar de perversa e danosa, a prática continua a ser naturalizada por aqui. Para lançar luz sobre o problema e ampliar o conhecimento da sociedade, o Fundo de População da ONU lançou, em agosto, a campanha "Casamento é coisa de adulto". Para ser signatário da mobilização, basta acessar brazil.unfpa.org/pt-br/casamentoinfantil.

Em outra ação, em caráter mundial, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em setembro, a resolução que estabelece 27 de novembro como o Dia Internacional para a Eliminação do Casamento Infantil, Precoce e Forçado. A data, segundo a entidade, "busca ampliar a mobilização internacional para prevenir e eliminar uma prática que viola direitos humanos e afeta desproporcionalmente meninas".

O Brasil é um dos apoiadores da medida. Da mesma forma, é signatário dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também da ONU. Um dos ODS, o de número 5.3, sobre igualdade de gênero, fala em erradicação de "todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças" até 2030. Parecemos bastante distantes de cumprir o compromisso.

A falta de combate efetivo a essa violência colocou o país em posições vergonhosas: primeiro lugar na América Latina em número absoluto de matrimônios antes dos 18 anos, e sexta posição no mundo. Levar o tema a debate público, envolver toda a sociedade na busca por soluções e adotar políticas públicas de prevenção e proteção são caminhos de enfrentamento à barbárie.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail:** *sredat.df@dabr.com.br.* O **Correio** reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Insegurança na Asa Norte

Há muito tempo, os prédios na Asa Norte tinham porteiro na entrada e, claro, havia rondas nas proximidades. Hoje em dia, o pessoal só pensa em reduzir os gastos, deixando a segurança em segundo plano e apostando nessa tal segurança eletrônica. Câmeras, sozinhas, não impedem a ação de criminosos. Esta na hora de voltar ao modelo antigo, com porteiro presencial e rondas preventivas. Segurança de verdade exige presença humana, prevenção e investimento!

» **José Silva**
Brasília

Aumento no IPTU

O secretário de Economia do DF informou que a governadora Celina Leão enviou à Câmara Legislativa a Proposta Orçamentária para 2027 e que o documento prevê, entre outros ajustes, um aumento médio da ordem de 20% do IPTU. Disse o secretário que sua equipe realizou estudo técnico e concluiu que essa majoração tributária é necessária, pois os valores venais dos imóveis estão defasados, comparativamente com os preços praticados pelo mercado. Alegou também que a defasagem decorre do fato de que as atualizações de anos anteriores foram realizadas com base apenas nos índices oficiais de inflação. Os motivos apresentados podem até ser pertinentes. Mas não é justo que a medida seja implementada de uma só vez e com um percentual muito acima dos indicadores econômicos e sociais vigentes. Até porque implicará significativo aumento de despesa para quem vai pagar a conta. A situação orçamentária do GDF agravou-se em decorrência da negociação fraudulenta realizada entre o BRB e o Banco Master, que, até o momento, encontra-se pendente de solução. Portanto, mesmo reconhecendo a importância do BRB para o desenvolvimento do DF, não é razoável que a governadora queira repassar para os contribuintes os prejuízos causados pela gestão temerária no uso do dinheiro público.

» **José Leite Coutinho**
Sudoeste

Insenção do IPI

Cabe um alerta e um apelo às autoridades. Os deficiente auditivos com perdas severas e graves têm seus direitos reconhecidos nos concursos públicos e em todas as áreas — menos ao comprar veículos, pois não são reconhecidos como PCD tanto no IPI como nos IPVA aqui no DF. É uma grave injustiça! Já existem leis inclusive considerando deficiência a perda auditiva em apenas um dos ouvidos, mas a legislação de isenção de PCD não contempla os deficientes. Há quem recorrer?

» **Erica Maria Holanda**
Asa Sul

Pizza no STF

A cada dia, as dúvidas sobre a conduta de autoridades do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso Master aumentam. A população tem esperado apurações rigorosas, transparentes e sem privilégios. Entretanto, algumas autoridades do Judiciário parecem mais iguais que os cidadãos comuns perante a lei. Sabe como é, o ano está acabando, o Natal vem aí, que tal uma bela pizza para comemorar? A Justiça deveria, no mínimo, parecer imparcial.

» **Paccelli M. Zahler**
Sudoeste

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Espero que o BRB não seja privatizado. O Banco de Brasília é público e do povo do Distrito Federal!

Ana Victória — Brasília

Relatório da PF sobre STF: que se encaminhe ao Vaticano para a abertura do processo de canonização dos envolvidos.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

Enquanto algumas cidades estão em calamidade pelos estragos provocados por ações climáticas, o governo federal, do povo, vai torrar dinheiro público para a festa da posse.

José Serra — Brasília

Novo tarifaço: Donald Trump está prejudicando o Brasil e os próprios importadores.

Matheus Sousa — Brasília

» correiobraziliense.com.br

ARTIGO

Em *Como o planejamento urbano e a mobilidade influenciam a qualidade de vida nas cidades*, Manuel Oliveira Lemos Alexandre, professor do curso de administração da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, articula sobre fatores que devem ser considerados em decisões sobre mobilidade, como a garantia de segurança nos percursos percorridos. Confira no site do **Correio**.

BLOCO DE NOTAS

O jornalista Carlos Alexandre de Souza conta como o debate sobre o feminismo tem incendiado Casas legislativas no Brasil. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro e a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados enfrentam polêmicas envolvendo parlamentares do PL.

Aponte a câmera e confira o vídeo na íntegra

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

ASSINATURAS*
SEG a DOM
R$ 1.187,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: *dapress@dabr.com.br* Site: *www.dapress.com.br*

Inteligência climática para decidir onde investir



» IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Assessora da Presidência da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

» HENRIQUE VASQUEZ
Gerente do Departamento de Indústria de Base Extrativa da Finep

A COP31, em Antália, na Turquia, recoloca um desafio central da agenda climática: transformar conhecimento e compromissos em decisões de investimento. Sem dados integrados e contínuos, não há como orientar a implementação nem avaliar seus resultados.

Ao lançar, em 3 de novembro, os dois mapas do caminho da presidência brasileira da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago observou que o clima muda mais rápido do que as negociações. Um documento trata do afastamento dos combustíveis fósseis; o outro, de parar e reverter o desmatamento até 2030. Voluntários e voltados à implementação, ambos começam pela necessidade de conhecer melhor a realidade sobre a qual se pretende agir.

O mapa de energia propõe que cada país avalie, até 2028, sua exposição aos combustíveis fósseis e sua capacidade de transição. O de florestas tem como primeira proposta aprimorar os sistemas de informação e monitoramento. Nos dois casos, produzir e usar dados é condição para definir prioridades e acompanhar mudanças.

O Brasil tem base para isso. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) lançou em junho o DataClima+, que integra a informação climática em um Sistema Nacional de Transparência Climática e acompanha a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Mantém também o Sinapse, que simula o efeito de políticas setoriais sobre as emissões. É o que chamamos de inteligência climática: a cadeia que vai da observação e integração dos dados à simulação e à decisão. Sua utilidade deve alcançar as escolhas de investimento, além dos relatórios enviados à Convenção do Clima.

Integrar essas informações permite identificar territórios mais vulneráveis, orientar chamadas de pesquisa e priorizar tecnologias com potencial de reduzir emissões e ampliar a capacidade de adaptação. Permite também reconhecer lacunas de conhecimento que precisam ser enfrentadas para melhorar as próprias decisões.

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) está dos dois lados dessa cadeia. Financia a infraestrutura que produz informação, como a ampliação do monitoramento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), com R$ 147,8 milhões, e o AmazonFACE, com R$ 32 milhões. Esse último investiga como a floresta amazônica responde ao aumento da concentração de dióxido de carbono na atmosfera. Ao mesmo tempo, a instituição precisa dessa informação para orientar o financiamento e avaliar os resultados que ele ajuda a produzir.

Os cientistas reunidos nos seminários da Finep em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) apontaram caminhos: métricas que relacionem o investimento em ciência à redução de emissões, fomento dirigido às lacunas do inventário nacional, chamadas territorializadas e continuidade das séries de observação, que perdem valor quando interrompidas. Trata-se de combinar a ampliação dos recursos com uma orientação cada vez mais estratégica.

O tema é global. Segundo o mapa do caminho para parar e reverter o desmatamento até 2030, lançado pela presidência da COP30 com dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Puma), 88,3% do financiamento florestal registrado em 2023 veio de orçamentos públicos nacionais. O documento aponta a necessidade de ampliar esse volume de US$ 84,5 bilhões para mais de US$ 300 bilhões por ano até 2030. Esses números evidenciam o peso dos recursos nacionais. Nesse esforço, instituições como a Finep têm uma contribuição específica: financiar a pesquisa, o monitoramento e o desenvolvimento tecnológico que sustentam as decisões.

A cooperação internacional, por sua vez, ganha força quando ajuda cada país a formar pessoas e instituições capazes de produzir e usar os próprios dados. Essa capacidade amplia a autonomia para definir prioridades e acompanhar os efeitos das políticas adotadas.

O próximo ciclo do governo Lula atravessará o segundo Balanço Global, em 2028, e chegará à meta florestal de 2030. O Brasil saberá demonstrar como seus investimentos em ciência e inovação contribuíram para reduzir emissões e preparar o país para os impactos da mudança do clima? A resposta exige que a inteligência climática oriente a escolha dos investimentos e a avaliação de seus resultados.



Orange the World: acabar com a violência baseada em gênero é uma responsabilidade de todos os homens

» ANTTI KASKI
Embaixador da Finlândia

» EVA BISGAARD PEDERSEN
Embaixadora da Dinamarca

» KJETIL ELSEBUTANGEN
Embaixador da Noruega

» KARIN WALLENSTEEN
Embaixadora da Suécia

A violência baseada em gênero continua sendo um grave desafio para os direitos humanos e para a segurança pública. Apesar dos avanços em muitas áreas da igualdade de gênero, a violência contra mulheres e meninas persiste em todos os lugares. Nenhum país pode afirmar que resolveu esse problema. Isso também é verdade para os países nórdicos. Apesar de nossos sistemas de bem-estar social, dos elevados níveis de igualdade de gênero e das amplas proteções legais, a violência baseada em gênero continua afetando dezenas de milhares de mulheres e meninas todos os anos. De acordo com a experiência dos países nórdicos, um fator fundamental para acabar com a violência contra mulheres e meninas é reconhecer que a responsabilidade por erradicar a violência baseada em gênero não pode recair apenas sobre mulheres e meninas. Homens e meninos devem fazer parte da solução, pois também têm o poder de transformar as normas e os comportamentos que a sustentam.

Elogiamos o Brasil por seu foco no combate à violência contra mulheres e meninas, incluindo a assinatura do pacto nacional contra o feminicídio. Compartilhamos a convicção de que todos devem trabalhar juntos por todas as mulheres — todos juntos por todas. Enquanto muitos permanecerem em silêncio diante do sexismo, dos abusos e da violência, a violência baseada em gênero continuará existindo.

A persistência da violência praticada por parceiros íntimos, da violência sexual, do controle coercitivo e dos abusos facilitados pela tecnologia demonstra que a igualdade legal, por si só, é insuficiente. O investimento contínuo em prevenção, apoio às vítimas e responsabilização dos agressores continua sendo essencial.

Neste ano, a campanha global Orange the World concentra-se em garantir justiça, proteger as sobreviventes e acabar com a impunidade em casos de violência baseada em gênero. As sobreviventes devem ter acesso a proteção eficaz, serviços de apoio e justiça, e os agressores devem ser responsabilizados. A campanha é um importante lembrete de que a violência contra mulheres e meninas continua sendo uma das violações de direitos humanos mais difundidas e persistentes do mundo. Ela compromete a saúde, a segurança e as oportunidades das mulheres, enfraquece a democracia, as sociedades e as economias, e impede que mulheres e meninas usufruam plenamente de seus direitos humanos. Esse é um desafio comum que enfrentamos globalmente, e precisamos encontrar soluções juntos.

Responder à violência faz parte do tratamento do problema: com abrigos, serviços de apoio e mecanismos de proteção são essenciais, mas devem caminhar lado a lado com esforços para enfrentar as causas profundas da violência. Isso exige uma ênfase maior na prevenção, incluindo o enfrentamento de estereótipos de gênero prejudiciais, a promoção da igualdade e a garantia de que toda criança cresça compreendendo que a violência nunca é aceitável. Somente ao abordar as causas estruturais da violência baseada em gênero poderemos construir sociedades em que tais serviços sejam necessários com menos frequência no futuro.

Os homens têm um papel especial na prevenção da violência contra as mulheres. Não basta simplesmente abster-se de cometer violência. A verdadeira responsabilidade está na coragem de intervir diante de casos de violência, comportamentos abusivos, atitudes prejudiciais e assédio on-line. Conclamamos todos os homens e meninos, brasileiros ou nórdicos, a desafiar normas destrutivas, responsabilizar uns aos outros e agir antes que a violência aconteça.

Para referência, a campanha Orange the World é a iniciativa global da ONU Mulheres para combater e eliminar a violência contra mulheres e meninas, acontecendo todos os anos de 25 de novembro a 10 de dezembro, durante os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

O exército que não dorme: a campanha permanente e seus perigos

Poucas expressões traduzem tão bem o espírito do tempo político brasileiro quanto o chamado "Exército do Lula". Criado em abril deste ano pelo deputado André Janones como canal de WhatsApp, o grupo chegou, segundo informações divulgadas, a cerca de 10,9 milhões de participantes e foi celebrado por aliados como peça decisiva na vitória do presidente, que terminou a disputa com 51,79% dos votos válidos, contra 48,21% de Flávio Bolsonaro. O êxito, porém, não torna a ideia inocente. Ao contrário: é justamente o sucesso que obriga o país a perguntar o que, afinal, se construiu ali, e a que serve.

Comecemos pelo nome. Ninguém batiza de exército uma comunidade de debate, uma associação de eleitores ou uma rede de voluntários. Exército pressupõe hierarquia, disciplina e comando. Pressupõe também um inimigo. Não por acaso, o próprio Janones falou em "general" e "marechal", e o presidente, em tom de pilhéria que revela mais do que esconde, comparou seus soldados virtuais ao Exército do Vietnã que derrotou os Estados Unidos, chamando o celular de "arma" da campanha.

A resposta oficial é que se trata do "exército da paz", do "maior exército democrático do mundo". A retórica da paz, porém, só convence quando as palavras e os atos caminham juntos. Um canal que opera por ordens do dia, que convoca vigílias, lives de 24 horas e "missões" coordenadas e que se define por metáforas bélicas cultiva um vocabulário de confronto, ainda que a intenção declarada seja outra. Em política, a linguagem educa o comportamento. Chamam o adversário de alvo e o eleitor de soldado.

Além do vocabulário

O que se vendeu como mobilização espontânea de cidadãos funciona, na prática, como uma estrutura centralizada de distribuição de mensagens. Milhões de pessoas recebem, de um único emissor, orientações prontas para replicar, impulsionar e atacar. Não há assembleia, não há estatuto, não há prestação de contas. Há um administrador, um canal e uma audiência treinada a reagir. É a lógica da propaganda de massas vestida com o figurino da participação popular, e o fato de a maquinaria operar em plataforma privada, longe do escrutínio que se exige de partidos e de campanhas formais, só agrava a questão.

Em canais fechados, sem contraditório e com audiência em estado de prontidão, o controle de qualidade do que circula depende apenas da boa-fé de quem comanda. A experiência recente do país ensina o que acontece quando a velocidade da mensagem supera a checagem: exageros viram certezas, promessas viram compromissos e ataques viram verdades. Que esse risco exista também do outro lado do espectro não o diminui; apenas indica que a ferramenta, por sua natureza, convida ao abuso.

É nesse ponto que o "Exército do Lula" revela o seu perigo maior, que não é tecnológico, mas moral. Ele normaliza a ideia de que a política é guerra e de que o cidadão comum é recruta. Alimenta a lógica da desconfiança mútua e do ressentimento, a mesma que corrói a vida pública brasileira há uma década. E faz isso com o apoio do Estado, representado na figura de um presidente que se diverte em ganhar um celular de presente em cerimônia de alistamento simbólico, como se o cargo mais alto da República fosse compatível com a patente de comandante de torcida organizada.

Na balança

A democracia depende de uma arquitetura invisível: regras iguais para todos, linguagem que não desumaniza o adversário, instituições que arbitram sem olhar o time, governantes que entendem a vitória como mandato para servir, e não como licença para mobilizar. Cada uma dessas colunas é abalada quando a disputa política se militariza, mesmo que as armas sejam apenas figuras de linguagem e aparelhos celulares. Metáforas, afinal, são o primeiro estágio das práticas.

Um país não precisa de generais de WhatsApp para ser defendido. Precisa de cidadãos livres, de instituições que funcionem e de líderes que saibam a hora de baixar as armas. Se o exército que se diz pacífico quiser provar a sua boa-fé, que comece pelo gesto mais simples: dispensar a tropa, recolher as armas, enfiar o ódio no saco de sair de fininho.

»» A frase que foi pronunciada

"A democracia, que outrora era a voz do povo, tornou-se uma demonstração de loucura, não de liberdade. Ela ecoa com ruído, não com sabedoria — um coro de caos abafando a razão."

Bhuwan Thapaliya

»» História de Brasília

A Campanha Nacional Contra o Analfabetismo, que o sr. Jânio Quadros lançou com tanto estardalhaço, somente agora está sendo estruturada pelo ministro Oliveira Brito, que tem, no seu chefe de Gabinete, sr. Demades Madureira um dos grandes entusiastas. ***(Publicada em 27/5/1962)***

Trabalho noturno pode afetar coração

Estudo com dados de mais de 42 mil mulheres e homens mostra que empregados do turno da noite têm estrutura e biomarcadores cardiovasculares diferentes, quando comparados aos da manhã

» PALOMA OLIVETO

Uma em cada cinco pessoas em todo o mundo tem emprego noturno, e isso pode estar afetando a estrutura do coração e o funcionamento do músculo cardíaco desses trabalhadores. Um estudo chinês com dados de mais de 42 mil pessoas é o primeiro em larga escala a combinar resultados de um sofisticado exame de imagem com análise de biomarcadores e constatou alterações capazes de interferir na saúde cardiovascular. O artigo foi publicado na revista *European Heart Journal — Cardiovascular Imaging*.

Pesquisas anteriores também encontraram associação estatística entre o trabalho noturno e risco aumentado de doenças e mortes por problemas no coração. Agora, os pesquisadores da Universidade de Zhengzhou, na China, resolveram investigar como trocar o dia pela noite com frequência afeta o órgão. Os participantes, cujos dados estavam disponíveis no UK Biobank, do Reino Unido, tinham idade média de 52 anos no início da pesquisa. Dos 42.671 homens e mulheres incluídos, 1.322 informaram que costumavam trabalhar no turno oposto ao da maioria das pessoas. Nenhum deles tinha enfermidades cardiovasculares no início.

Usando o exame de ressonância magnética cardíaca, os pesquisadores constataram que quem trabalhava frequentemente à noite apresentou alterações na estrutura e no funcionamento do coração em comparação com os empregados diurnos. Os primeiros tinham paredes mais espessas no ventrículo esquerdo — responsável por bombear o sangue para o corpo — e uma proporção maior entre a massa muscular e o volume dessa cavidade.

Além disso, os trabalhadores noturnos apresentavam menor volume sanguíneo bombeado pelo ventrículo direito a cada batimento e menor capacidade máxima de armazenamento de sangue no átrio direito. Os pesquisadores destacam que essas alterações não causam, necessariamente, problemas cardiovasculares. Porém, elas podem se associar a sintomas como cansaço e falta de ar, menor tolerância ao esforço, retenção de líquidos nos membros inferiores e, em casos graves e progressivos, insuficiência cardíaca.

Marcadores

O estudo também descobriu que o trabalho noturno frequente estava associado a diferenças em determinados marcadores sanguíneos. Foram observados níveis mais baixos de DHA, um ácido graxo ômega-3 que contribui para a saúde do coração e dos vasos sanguíneos, e de algumas medidas ligadas ao colesterol "bom" (HDL). Houve níveis mais altos de marcadores relacionados aos triglicerídeos, um tipo de gordura que pode aumentar o risco de doenças cardíacas quando as taxas estão muito altas, e de marcadores relacionados à inflamação.

"Nosso estudo descobriu que o trabalho noturno frequente está associado a um padrão de diferenças sutis na estrutura e função cardíacas. A pesquisa foi observacional, portanto, não pudemos estabelecer se o trabalho noturno frequente danifica diretamente o coração", comentou o principal autor do estudo, Muwei Li, da Universidade de Zhengzhou. "No entanto, sugerimos que as pessoas que trabalham regularmente à noite prestem atenção especial aos cuidados com a saúde cardiovascular. Isso inclui não fumar, manter-se fisicamente ativo, adotar uma dieta e peso saudáveis, dormir o suficiente e manter horários de sono o mais regulares possível, além de controlar bem a pressão arterial, o colesterol e a glicemia." Segundo o pesquisador, os médicos podem considerar o trabalho noturno como parte do histórico ocupacional e de estilo de vida do paciente, principalmente quando essa pessoa também apresenta fatores de risco cardiovascular estabelecidos.

Li destaca que o estudo avaliou a estrutura e a função cardíacas em um único momento; por isso, os autores não podem dizer o que aconteceria se um dos participantes reduzisse ou interrompesse o trabalho noturno. "Precisamos saber se as diferenças cardíacas se tornam mais pronunciadas com uma exposição mais longa ao trabalho noturno, se melhoram quando a exposição ao trabalho noturno é reduzida e se estão associadas a futuras doenças cardiovasculares", diz. Segundo o cientista, um próximo passo importante seriam estudos prospectivos — que acompanham as pessoas ao longo do tempo —, com avaliação repetida tanto da exposição ao trabalho noturno quanto de exames de imagem cardíaca.

Ritmo circadiano

Embora o estudo chinês não tenha investigado uma relação de causa e efeito, pesquisas anteriores sugerem que o trabalho noturno pode interromper repetidamente o alinhamento entre o ritmo circadiano do corpo (o "relógio biológico") e o ciclo normal de sono-vigília. Isso aumenta o risco de alterações no metabolismo, inflamação, regulação da pressão arterial e função vascular.

Segundo Marcelo Valadares, neurocirurgião funcional e médico responsável pela área de Neurocirurgia Funcional da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o ciclo sono-vigília é regulado por uma delicada interação de mecanismos químicos e neurais no cérebro, além de ajustes em diversos sistemas fisiológicos. "Dormir não é simplesmente desligar o cérebro. Durante o sono, ele entra em um dos períodos mais ativos de reorganização e manutenção do corpo humano, um processo fundamental para o equilíbrio do organismo", explica.



Wikimedia commons/Divulgação

Especialistas recomendam que trabalhadores noturnos façam acompanhamento preventivo e evitem outros fatores de risco cardiovascular, como tabagismo

Duas perguntas para

VAGNER VINICIUS FERREIRA, CARDIOLOGISTA DO HOSPITAL MANTEVIDA (DF)



Arquivo pessoal

Como o trabalho noturno e a alteração frequente do relógio biológico interferem no funcionamento do sistema cardiovascular?

O nosso organismo possui um relógio biológico que regula diversas funções, como pressão arterial, frequência cardíaca, produção hormonal e metabolismo. Naturalmente, ele está preparado para manter o corpo ativo durante o dia e em repouso durante a noite. Quando a pessoa trabalha frequentemente à noite, esse equilíbrio é prejudicado. O organismo precisa permanecer em atividade justamente no período em que deveria estar descansando. Isso pode provocar aumento da atividade do sistema nervoso, alterações da pressão arterial, piora da qualidade do sono e maior liberação de substâncias inflamatórias. Com o passar do tempo, essas alterações podem prejudicar o funcionamento dos vasos sanguíneos e aumentar a sobrecarga no coração. Portanto, não é apenas uma questão de cansaço, há também uma repercussão sobre a saúde cardiovascular.

Quais cuidados e medidas preventivas devem ser adotados por profissionais que trabalham durante a noite?

O primeiro cuidado é entender que quem trabalha à noite precisa ter uma atenção especial com a própria saúde. Muitas vezes, esses profissionais acabam negligenciando o sono, a alimentação e a atividade física em função da rotina de trabalho. É fundamental garantir, sempre que possível, de sete a nove horas de sono por dia, em um ambiente escuro e silencioso. Também é importante manter uma alimentação equilibrada, evitar refeições muito pesadas durante a madrugada, praticar atividade física regularmente e não utilizar estimulantes em excesso para combater o sono. Outro ponto essencial é controlar os principais fatores de risco cardiovascular, como pressão alta, diabetes, colesterol elevado, obesidade e tabagismo. Considero importante que esses profissionais tenham acompanhamento médico periódico. (**PO**)

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Papa diz estar preocupado com o fracasso da COP31

O fracasso da conferência climática COP31 preocupa o papa Leão 14. Após duas semanas de intensas negociações, o evento terminou no domingo em Antália, na Turquia, sem um texto político formal. Vários países rejeitaram o documento apresentado, que não incluía, como pede a ciência, o abandono progressivo dos combustíveis fósseis para conter o aquecimento global.

"Diante da crescente frequência de fenômenos climáticos extremos, é preocupante que a COP31 tenha terminado sem que a comunidade internacional alcançasse compromissos claros para enfrentar esta crise de maneira séria e responsável", afirmou o pontífice, ao encerrar a audiência geral na Praça de São Pedro, no Vaticano. Além da questão dos combustíveis fósseis, a reunião de cúpula do clima não encontrou um consenso a respeito de questões cruciais, como o financiamento climático e as tecnologias destinadas a remover dióxido de carbono da atmosfera.

Leão 14 tem reiterado a necessidade de proteger a natureza, seguindo a linha de seu antecessor, Francisco, autor de uma influente encíclica sobre o meio ambiente que vinculou explicitamente o uso de combustíveis fósseis às mudanças climáticas. O pontífice norte-americano afirma que o aquecimento global não é apenas um desafio ambiental, mas uma questão de justiça social, pois são os mais pobres que sofrem com maior intensidade diante das catástrofes naturais e das ondas de calor agravadas pela emissão de gases de efeito estufa.

"A crise climática exige um renovado senso de responsabilidade compartilhada, novas formas de solidariedade entre as nações e mudanças profundas em nossos comportamentos, nos sistemas socioeconômicos e na governança de nossas sociedades", afirmou o pontífice. Na COP, o bloco dos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, defendeu uma transição justa na matriz energética e pediu que os signatários do Acordo de Paris aceitassem traçar uma rota de eliminação dos combustíveis fósseis. Os grandes produtores de petróleo, encabeçados pela Arábia Saudita e Emirados Árabes, porém, rejeitaram a proposta.

AFP

Papa: crise climática exige um renovado senso de responsabilidade compartilhada

Recorde

O planeta registrou, pela primeira vez, seis dias consecutivos com temperaturas médias globais mais de 2°C acima dos níveis pré-industriais. A sequência, que ainda estava em andamento, foi registrada em novembro e representa um novo alerta sobre o avanço do aquecimento global.

Segundo reportagem publicada pelo jornal britânico *The Guardian*, a temperatura média global da superfície atingiu 2,24°C acima do patamar pré-industrial em 23 de novembro, o maior valor já registrado. O recorde anterior era de 2,05°C, em 2023.

A elevação é atribuída, principalmente, ao aquecimento provocado pela queima de combustíveis fósseis, combinado com um El Niño de grande intensidade, que deve atingir seu pico entre o fim deste ano e janeiro de 2027. Apesar do recorde, os seis dias de temperaturas acima de 2°C não significam que o limite superior do Acordo de Paris tenha sido ultrapassado. O compromisso internacional prevê manter o aquecimento global bem abaixo de 2°C e buscar esforços para limitá-lo a 1,5°C, em comparação com os níveis pré-industriais.

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br



"Solução definitiva para o BRB em duas semanas"

Governadora garantiu que correntistas e servidores não têm com o que se preocupar e falou em possibilidade de negociação com a Caixa. Governo federal nega interesse na aquisição do banco regional e diz que "não irá se envolver"

» CARLOS SILVA
» ALÍCIA BERNARDES

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), afirmou que o governo trabalha para apresentar, nas próximas duas semanas, uma "solução definitiva" para o Banco de Brasília (BRB). A declaração foi dada durante visita às obras do Terminal do BRT de Santa Maria, ontem, quando a chefe do Executivo local foi questionada por jornalistas sobre o futuro da instituição financeira e a possibilidade de privatização.

"Eu não vou comentar isso porque o mercado financeiro é muito sensível, mas o que eu posso falar para toda a imprensa e para os nossos correntistas é que o BRB terá uma saída com tranquilidade, para que as pessoas não se preocupem, porque nós temos algumas alternativas — alternativa A, B, C", declarou a governadora.

Sobre uma possível aquisição do banco regional pela Caixa Econômica Federal, Celina disse que "é uma possibilidade, como com qualquer outro banco também que tem interesse". "O BRB é um ativo muito poderoso. Ele aguentou todos esses ataques durante um ano. É um banco sólido, tem o amor dos brasilienses. Não só a Caixa, vários outros bancos têm interesse no BRB", completou.

O governo federal, porém, descartou, ontem, qualquer movimento para se envolver na crise financeira do BRB. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou que não há tratativas em andamento para participação da União na solução dos problemas enfrentados pelo banco do Distrito Federal.

"Não há nenhum movimento em curso no governo federal para se envolver nesse assunto", declarou Ceron durante entrevista coletiva no Ministério do Planejamento, na qual foram apresentadas projeções sobre a execução do Orçamento de 2026. O secretário voltou a reforçar que, naquele momento, não existia iniciativa do governo federal para assumir qualquer compromisso relacionado ao BRB.

A Caixa não se manifestou oficialmente sobre a possibilidade de assumir o BRB. Uma eventual operação poderia resultar na federalização da instituição, com a transferência do controle atualmente exercido pelo Governo do Distrito Federal para a União. Pessoas próximas ao Executivo afirmaram que o banco federal não seria o responsável por conduzir uma eventual operação, cuja decisão dependeria da articulação entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central.

Reunião

Segundo a governadora, também ontem a Presidência do BRB realizou uma reunião virtual com cerca de 2 mil servidores para apresentar os caminhos avaliados pela gestão. "Estamos caminhando para uma solução definitiva", reforçou. Ela, porém, não detalhou o teor da reunião.

De acordo com uma fonte próxima ao governo, Nelson de Souza, o presidente do banco, colocou três caminhos para o futuro do BRB: a capitalização, a federalização ou a privatização. Ainda segundo o relato, não houve sinalização de preferência entre os cenários apresentados.

Indagada diretamente sobre uma eventual privatização, a governadora não descartou o cenário, mas manteve sigilo sobre as tratativas. "Existem muitas possibilidades, mas a gente não vai adiantar nada, porque nós temos várias delas em curso", concluiu.

Precatórios

Em decisão assinada na terça-feira, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), encerrou a prorrogação excepcional do contrato que sustenta a operação bilionária de custódia de precatórios do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e apontou que o banco descumpriu as condições impostas para manter o acordo de pé.

O BRB é o responsável pela prestação de serviços de captação e administração dos depósitos judiciais, administrativos e fianças, bem como dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) no âmbito da jurisdição do TJBA.

Na prática, isso significa que o banco guarda, movimenta e administra o dinheiro que entra e sai das contas judiciais de processos que tramitam na Bahia. A operação é viabilizada por uma ferramenta específica: o BRBJUS.

O sistema é descrito pelo tribunal como "gestor e controlador dos depósitos judiciais oriundos de processos vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, responsável por gerenciar as tratativas financeiras referentes às contas judiciais e cumprimentos de ordens que demandem levantamento de valores depositados no Banco de Brasília S.A. (BRB)".

O contrato previa a exclusividade do BRB na custódia e administração desses recursos. Foi justamente essa cláusula de exclusividade que o estado da Bahia tentou afastar na Justiça, em ação que chegou ao STF e culminou na decisão desta semana.

A decisão

O BRB administra, hoje, uma operação de custódia de R$ 2 bilhões em recursos extraordinários do TJBA, originados de um empréstimo destinado ao pagamento de precatórios. Esse contrato tinha prazo original para terminar em 27 de agosto de 2026.

Em agosto, Fux concedeu uma prorrogação excepcional de 90 dias — até 27 de novembro — para evitar o que classificou como risco de "impacto grave, imediato e substancial" à liquidez do BRB. Como o banco vive de um fluxo contínuo de entradas e saídas de centenas de milhões de reais por mês, se o contrato acabasse de repente, a entrada de novos depósitos cessaria, mas as saídas continuariam. O resultado, segundo o ministro, poderia inviabilizar a recomposição dos índices de capital exigida pelo Banco Central e até levar à liquidação da instituição.

Fux, porém, determinou que o banco teria que comprovar, de tempos em tempos, que estava cumprindo sua parte no acordo que viabilizou o aporte de capital no BRB pelo Distrito Federal. Além disso, a decisão estava condicionada ao envio de "informação e documentação periódicas nestes autos quanto às providências empreendidas e em curso pertinentes àquele mister".

"[...] o Banco de Brasília S.A. — BRB não fez acostar aos autos nenhum elemento documental atinente à comprovação da obrigação de demonstrar a continuidade das tratativas havidas na ACO 3.755, tampouco demonstrou qualquer outra providência empreendida ou em curso para o desiderato em tela", escreveu Fux na decisão.

Beatriz Mascarenhas/CB/D.A Press



Durante visita a obras em Santa Maria, ontem, a governadora Celina Leão (PP) falou em alternativas

Ed Alves/CB/D.A Press



Além da crise com o TJBA, instituição teve o registro de companhia aberta suspenso pela CVM

> **O BRB é um ativo muito poderoso. Ele aguentou todos esses ataques durante um ano. É um banco sólido. Não só a Caixa, vários outros bancos têm interesse no BRB"**
>
> ***Celina Leão,***
> *governadora do DF*

Para o ministro, o descumprimento dessa condição significa que a vigência do contrato se encerra "ipso facto" (consequência direta e inevitável de um fato prévio) em 27 de novembro de 2026. "Como se percebe, não cuidou a instituição financeira de cumprir a condição judicialmente consignada para a prorrogação por 90 (noventa) dias do ajuste".

Com o contrato encerrado e os autos do processo de origem remetidos ao STF, Fux julgou a reclamação prejudicada por perda de objeto. A exclusividade do BRB na captação e administração dos recursos deixa de existir com o fim do instrumento contratual.

O que diz o TJBA

Em nota divulgada após a decisão do STF, o Tribunal de Justiça da Bahia confirmou ter tomado conhecimento do teor da decisão. "Foi fixado o dia 27 de novembro, sexta-feira, como termo final da vigência do contrato de depósitos judiciais com o Banco Regional de Brasília (BRB), indeferindo-se o pleito, da instituição financeira, de nova prorrogação judicial do negócio jurídico por mais 6 (seis) meses."

Diante desse cenário, o TJBA informou que a Presidência do Tribunal "retomou, de imediato, a implantação do projeto Depósito Seguro, que, dentre suas ações, inclui a contratação da Caixa Econômica Federal para assumir a prestação do serviço".

A nota prossegue: "As equipes técnicas do TJBA estão adotando as providências necessárias à transição com o menor impacto possível para a sociedade baiana." O tribunal também prometeu que "em breve será novamente disponibilizada a página informativa aos usuários internos e externos, com canal de suporte dedicado".

Suspensão

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) suspendeu, na segunda-feira, o registro de companhia aberta da instituição e de mais quatro empresas. A decisão foi tomada pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) devido ao descumprimento, por mais de 12 meses, das obrigações periódicas de divulgação de informações ao mercado.

Com a suspensão, o BRB fica impedido de ter seus valores mobiliários negociados em mercados regulamentados, incluindo a bolsa de valores e os mercados de balcão — o mercado fora da bolsa —, organizados ou não. A restrição permanece em vigor até que a instituição regularize as pendências junto à autarquia.

O banco está, desde agosto do ano passado, sem divulgar os balanços financeiros. Em comunicado, a CVM informou que as companhias com registro suspenso não podem ter seus valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados. A medida tem como fundamento o Artigo 57 da Resolução CVM 80 e não se limita às negociações em bolsa.

Na prática, a decisão significa que as ações do BRB negociadas na B3 ficam congeladas até que o banco volte a publicar seus resultados e cumpra as exigências da CVM. Além do BRB, tiveram os registros suspensos a Ambipar Participações e Empreendimentos S.A., a Environmental ESG Participações S.A., a K-Infra Rodovia do Aço S.A. e a Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., conhecida como Refit.

Mesmo após a suspensão, o banco diz que segue sem alterações. "O BRB permanece em pleno funcionamento, mantendo a prestação regular de seus produtos e serviços, o atendimento a seus clientes e o cumprimento de suas obrigações perante depositantes, fornecedores e demais parceiros comerciais, preservada a continuidade de suas operações."

No comunicado, o BRB reconheceu a "relevância da situação" e reafirmou o compromisso com o cumprimento das obrigações legais e regulatórias. A instituição atribuiu o cenário a um "contexto de circunstâncias extraordinárias e adversas", relacionado à liquidação de instituições integrantes do conglomerado Banco Master pelo Banco Central.

Procurado pelo **Correio**, o banco não se manifestou, até o fechamento desta edição, sobre o fim do contrato com o TJBA. O presidente do BRB, Nelson de Souza, também não retornou as tentativas de contato da reportagem.

Liberação de recursos

Na segunda-feira, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, determinou que os responsáveis pela liquidação do Banco Master avaliem a possibilidade de liberar recursos do Banco de Brasília (BRB) bloqueados no âmbito das investigações sobre as operações entre as duas instituições. O ministro estabeleceu prazo de dois dias para a manifestação dos liquidantes e, posteriormente, outros dois dias para que o Banco Central (BC) se posicione sobre os pedidos de restituição. Apesar da tramitação em caráter de urgência, Fachin não autorizou a liberação imediata dos valores.

O bloqueio foi determinado em julho pelo ministro André Mendonça, relator do inquérito que apura possíveis crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. O BRB argumenta que a medida atingiu recursos próprios e de terceiros sem relação com as suspeitas e pede a devolução dos valores cuja titularidade possa ser comprovada, além da retomada dos repasses de carteiras de crédito adquiridas do Master.

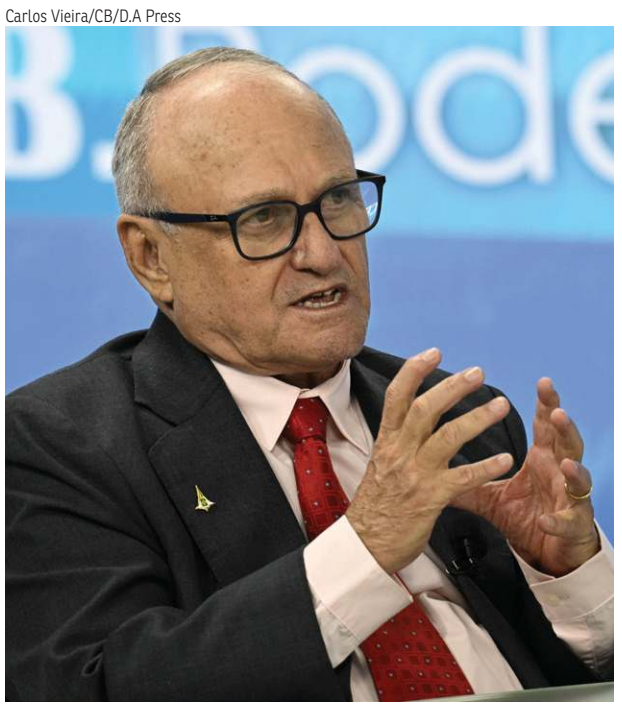
(Colaborou Beatriz Mascarenhas)

Eixo Capital



MILA FERREIRA (INTERINA)
milaneivaf@gmail.com

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Sem fomento

Emendas parlamentares destinadas a despesas de custeio e fomento não estão sendo liberadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF). Segundo a Secretaria de Economia, a execução das emendas parlamentares em 2026 está sendo conduzida de acordo com as condições fiscais e orçamentárias do DF, com o compromisso de manter o equilíbrio das contas públicas. Diante do atual cenário fiscal, o governo adotou como estratégia priorizar a execução de emendas destinadas a investimentos, deixando de executar, neste momento, aquelas voltadas a despesas de custeio e fomento.

"A decisão busca assegurar o cumprimento das metas fiscais, a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dos parâmetros estabelecidos pelo artigo 167-A da Constituição Federal, além de melhorar os indicadores fiscais do Distrito Federal para recuperação da Capacidade de Pagamento (Capag)", disse a pasta.

Aos deputados que têm ido ao gabinete questioná-lo sobre a liberação, o secretário Valdivino de Oliveira tem dito que, para novembro e dezembro, foram cortadas as concessões de fomento para qualquer atividade, "com exceção daqueles autorizados expressamente pela governadora".

Valdivino vai à CLDF

O secretário de Economia do Distrito Federal, Valdivino de Oliveira, vai à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) na próxima terça-feira, para conversar com os deputados distritais e esclarecer dúvidas referentes à questão das emendas. A ida do chefe da pasta foi articulada pelo líder do governo na Casa, deputado Pepa (PP).

Desfile Beleza Negra não vai acontecer

Minervino Junior/CB/D.A Press



Entre os projetos que ficaram sem verba e não aconteceram está o Desfile Beleza Negra (DBN), que é realizado desde 2012. O evento, idealizado pela psicóloga, atriz e ativista Dai Schmit, seria realizado com emenda parlamentar destinada pela deputada distrital Doutora Jane (Republicanos). No entanto, apesar de ter sido desbloqueada, a verba não foi liberada pela Secretaria de Economia, impossibilitando a realização do evento. "O DBN nunca foi apenas sobre moda. É sobre identidade, memória, autoestima, representatividade, trabalho e resistência. É sobre pessoas que, muitas vezes, precisam lutar muito mais para ter acesso às mesmas oportunidades e aos mesmos espaços. Por isso, quando um projeto como esse deixa de acontecer, o impacto ultrapassa o palco, a passarela e a programação cultural", ressalta Dai Schmit.

"A deputada lamenta a não realização do evento, que tem um papel importante na valorização da cultura, da identidade e da representatividade negra. Reitera, ainda, seu compromisso com o projeto e esclarece que a destinação da emenda foi realizada, cabendo ao Poder Executivo a efetiva execução dos recursos", disse nota enviada pela assessoria da deputada Doutora Jane.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Infraestrutura e iluminação pública

Emendas destinadas pelo deputado Max Maciel (PSol) para infraestrutura, assistência social e iluminação pública também não foram desbloqueadas. "Infelizmente, temos diversas emendas não executadas, em diversas áreas, totalizando mais de R$ 20 milhões. O grande problema para nós é que emendas de execução impositiva não foram executadas e sequer desbloqueadas. Por conta dessa lentidão, existe um risco enorme que esse dinheiro seja perdido e que a população deixe de receber melhorias como reformas em escola e até mesmo iluminação de faixas de pedestre", disse o parlamentar à coluna.

Ed Alves CB/DA Press



PT pede aprofundamento de investigação de Ibaneis no caso BRB-Master

O Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal (PT-DF) vai representar junto ao Ministério Público Federal (MPF) e à Polícia Federal para exigir o aprofundamento das investigações sobre a participação, as responsabilidades e os possíveis benefícios recebidos pelo ex-governador Ibaneis Rocha no escândalo envolvendo o BRB e o Banco Master. A direção regional defende que Ibaneis seja investigado com o mesmo rigor aplicado aos demais envolvidos e, diante dos elementos apontados na resolução, cobra sua prisão. "O PT-DF reafirma que não pode haver privilégios nem impunidade: os responsáveis devem ser punidos e os recursos desviados precisam ser devolvidos ao BRB e, consequentemente, ao povo do Distrito Federal", disse o partido, em nota.

Ed Alves/CB/D.A Press



Repúdio

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal, Thales Mendes, repudiou a declaração do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, na última terça-feira no programa *Bom Dia, Ministro*. O ministro afirmou que "ninguém vai morrer se o comércio fechar um dia". Para o secretário, a opinião "é infeliz e demonstra uma visão simplificada de uma questão que possui profundas implicações econômicas e sociais". Para Thales, "fechar o comércio aos domingos não significa simplesmente interromper as atividades por um dia. Significa impactar o faturamento de empresas, especialmente dos pequenos e médios empreendedores, reduzir oportunidades de trabalho, comprometer a renda de trabalhadores e provocar consequências em toda uma cadeia econômica que envolve fornecedores, prestadores de serviços, consumidores e diversos outros segmentos."

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

ORGANIZAÇÃO / Estudo aponta que a facção brasiliense possui 75 núcleos operacionais, lava dinheiro em cinco setores empresariais e contém o avanço do PCC e do CV na capital, em um cenário marcado pela ausência de domínio territorial

Comboio do Cão lidera crime no DF

» IAGO MAC CORD

PCDF/Divulgação



A estrutura financeira e operacional do grupo brasiliense contém a expansão de outras organizações

O Distrito Federal vive uma dinâmica criminal singular, com protagonismo da facção local Comboio do Cão (CDC), segundo o relatório Cenários do Crime Organizado no Brasil, elaborado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a partir de dados recolhidos em junho de 2025. Classificada com alta relevância local na capital federal e média relevância nacional, a organização atua em várias cidades do DF e em municípios do Entorno, sendo alvo de investigações por tráfico de drogas, homicídios, tortura e lavagem de dinheiro por meio de empresas de fachada.

Para dissimular recursos ilícitos em Brasília, o levantamento aponta que o CDC recorre a cinco setores empresariais específicos na capital federal — distribuidoras de bebidas, construtora, transportadora, tabacaria e supermercado — num movimento que combina infiltração em mercados formais e ocultação de ativos.

"O CDC obteve avaliações destacadas nos elementos relacionados à lavagem de capital e à atuação em mercados lícitos. A facção possui histórico de utilização de distribuidoras de bebidas, construtora, transportadora, tabacaria e supermercado para lavagem de capitais da facção", registrou o estudo.

Com ao menos 75 núcleos operacionais e o maior contingente mapeado no DF, a facção local mantém estrutura robusta o suficiente para conter o predomínio de grandes grupos de fora, ainda que tenha tentado aproximar-se do Comando Vermelho (CV) — articulação frustrada por ações de inteligência policial que prenderam os supostos intermediários entre as lideranças.

"Apesar de o CV e o PCC se declararem rivais no Distrito Federal, confrontos ostensivos entre as facções não são comuns na capital do país. Os principais grupos criminosos que atuam na capital federal costumam adotar estratégia pragmática de prioridade nos lucros, evitando confrontos", apontou o relatório.

Mesmo após a tentativa frustrada de alinhamento, o CDC segue com postura pragmática focada em ganhos financeiros, evitando embates diretos e mantendo neutralidade em relação aos demais grupos, enquanto a Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF) afirma acompanhar essas dinâmicas e atuar em operações permanentes para descapitalizar as organizações.

Mercado e facções

Esse cenário se desenvolve em uma unidade federativa de cerca de 2,82 milhões de habitantes, segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e com a maior renda per capita entre as capitais brasileiras, atrativo econômico que desperta o interesse do crime organizado na exploração do mercado consumidor de entorpecentes. O estudo classifica o DF como um cenário bipolar, no qual CDC e Primeiro Comando da Capital (PCC) figuram como organizações relevantes, sem que nenhuma delas exerça controle territorial sobre as comunidades.

Entre 2023 e 2024, as forças de segurança apreenderam cerca de 14,8 toneladas de drogas no DF — sendo 13,9 toneladas de maconha e 923 quilos de cocaína —, numa dinâmica que também envolve depósitos locais, como na operação conjunta da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Civil (PCDF), em janeiro de 2023, que interceptou 6,5 toneladas de maconha e skunk na BR-040, carga que seria estocada em Planaltina para abastecer o consumo local.

No recorte das facções nacionais, o PCC surge como o segundo maior grupo em número de integrantes mapeados em Brasília, mas com atuação reduzida no varejo e baixa capacidade financeira e operacional no DF, respondendo de forma vertical à Sintonia Final Geral, em São Paulo, e priorizando rotas de atacado em vez do domínio de pontos de venda.

"Embora tenha realizado algumas tentativas de estruturação de forma mais consistente na capital federal na década de 2010, porém não obteve êxito em se estabelecer de forma significativa na capital federal", destacou o estudo sobre a trajetória da facção paulista em Brasília.

O CV, por sua vez, mantém presença limitada e pulverizada na capital, com poucos membros e pontos de venda dispersos desde ao menos 2010, sem se estabelecer de forma relevante no DF, mas com atuação marcante nos municípios de Goiás que compõem o Entorno, o que influencia regiões administrativas fronteiriças e exige atenção constante das forças de segurança.

"Apesar de não se enquadrar nos critérios de admissibilidade do presente trabalho, a atuação do Comando Vermelho nos municípios do entorno do Distrito Federal influencia o cenário das facções da capital federal, sendo fenômeno de acompanhamento dos órgãos de segurança distritais", informou o documento.

Origem

Na reconstituição histórica, o estudo aponta que as primeiras organizações criminosas do DF surgiram no início dos anos 2000, quando Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, principal liderança do PCC, esteve preso na capital, o que incentivou a criação das facções locais Partido, Liberdade e Direitos e, em seguida, Partido, Liberdade e Justiça, ambas já extintas.

Aquele período também concentrou rebeliões no Complexo Penitenciário da Papuda, com 11 mortos em 2000 e dois mortos e 11 feridos em 2001, sem novos eventos desestabilizadores desse porte no sistema prisional desde então, num contexto favorecido pelo fato de o DF ter um dos maiores efetivos policiais por 100 mil habitantes do país.

"As diversas operações de órgãos de segurança pública têm desmantelado o crescimento das organizações criminosas e limitado o seu controle territorial", concluiu o relatório.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

A vingança do inefável

Nós estamos vivendo sob o império dos números. Quase todas as decisões de ordem política ou econômica são tomadas com base em argumentos exclusivamente quantitativos. Não existem mais pessoas; só planilhas, estatísticas e projeções contábeis. O número venceu, pelo menos provisoriamente.

Não me refiro ao sensato equilíbrio de contas que deve reger a vida das nações, das empresas, das famílias e dos indivíduos, sem o qual não chegam a lugar nenhum. Mas a economia não pode ser um fim em si mesma; ela deve ser um instrumento para a promoção do desenvolvimento, da justiça social, da educação, das utopias ou da felicidade.

O uso exclusivo dos números para nortear a nossa vida empobrece, obscurece e aliena. Nos deixa cegos para outros aspectos essenciais da realidade. Por exemplo, os economistas costumam louvar, em prosa e verso, automaticamente e acriticamente, as estatísticas da produção agrícola sem atentar, em nenhum momento, para os impactos no meio ambiente. No entanto, os cientistas têm alertado que as monoculturas afetam o ciclo das águas e contribuem para o acirramento da crise hídrica.

O mercado tornou-se uma entidade divina com suas leis implacáveis. Para quê? Oito bilionários detêm o bolo maior da riqueza do mundo enquanto nações inteiras agonizam na linha da pobreza ou da miséria. Estou sentindo a solidão terrível do algarismo. Isso me deu uma absurda nostalgia do humano, do transcendente, do utópico, do inefável e do erro.

Em 1967, Clarice Lispector escreveu uma crônica proclamando, a plenos pulmões, que era um número. No entanto, logo em seguida, ela própria se insurgiu contra a sentença proferida e resolveu fazer nova crônica retificando a declaração insensata.

Depois de meditar um pouco sobre o tema, chegou à conclusão de que não, definitivamente, não era um número. Na pressa para entregar o texto, ela mesma sentiu-se ultrajada pelas próprias palavras. Farejou no ar que havia desagradado e incomodado muita gente.

A nova crônica foi uma insurreição contra a frieza e a desumanização do número. Encontrei em suas palavras um oráculo para a minha aflição atual com o pesadelo de um mundo regido soberanamente pelos algarismos: "Não. Você não é um número. Nem eu", sentencia Clarice, com a velocidade de sua intuição fulminante.

E continua: "Porque há o inefável. O amor não é um número. A amizade não é. Nem a simpatia. A elegância é algo que flutua. E se Deus tem número – eu não sei. A esperança também não tem número. Perder uma coisa é inefável: nunca sei dizer onde as coloquei. Inclusive perco até a lista de coisas a não perder. Morte é inefável. Mas a vida também o é. Inclusive ser é de um provisório impalpável".

VIOLÊNCIA

Pastor é morto por obreiro no altar

José Bezerra, 71 anos, foi esfaqueado por um membro da igreja, ontem, durante uma oração no templo, na Cidade Ocidental (GO). O autor foi preso em flagrante

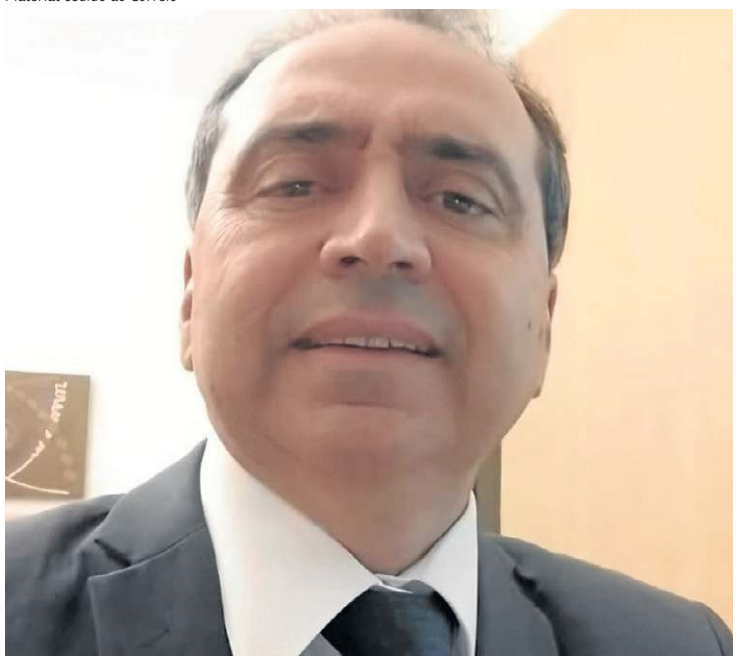
» DARCIANNE DIOGO

Sob o sereno e o céu cinzento que encobria a Quadra 13 da Cidade Ocidental, no Entorno do Distrito Federal, dois fiéis amparavam-se na parede recém-pintada da Igreja Evangélica Pentecostal Luz e Vida. Estavam com o semblante abatido de quem recebera, seis horas antes, a notícia de uma tragédia. As portas de ferro do templo permaneciam trancadas, e na grade da entrada um pedaço de TNT preto balançava ao vento. Há 12 anos, o pastor José Bezerra, 71 anos, conduzia, com brio, mais de 180 membros daquela comunidade. Na manhã de ontem, sua trajetória encerrou-se de joelhos enquanto orava de olhos fechados.

Pouco antes das 8h de ontem, Bruno Marcelo, 48, esperava, com outros cinco fiéis, a abertura do templo para a quarta-feira de oração. Começava às 8h e durava uma hora. Em ponto, José Bezerra destrancou a igreja e posicionou-se no lugar de sempre: ao lado do instrumento de bateria. Cada um dos presentes escolheu um canto para ajoelhar-se. Bruno sentou-se e esperou todos se curvarem. Dez minutos depois, tirou da cintura uma faca do tipo punhal e atacou o pastor.

Os gritos do religioso interromperam os clamores. Desesperados, alguns tentaram intervir. Uma missionária sofreu um corte profundo na mão. Um fiel que havia acabado de chegar para a oração presenciou a saída do agressor do templo. Bruno dirigiu-se a ele: "Não se envolve, não. Você não sabe o que está acontecendo". Mas o homem não entendeu o recado. Quando entrou, encontrou o pastor caído, ensanguentado e já morto.

Material cedido ao Correio



José Bezerra liderava a Igreja Evangélica Pentecostal Luz e Vida

Redes sociais



Autor do crime foi consagrado a obreiro pelo pastor em julho de 2025

Motivação

Bruno não era um estranho. Era um dos frequentadores da igreja. Congregou no templo de José Bezerra por cerca de quatro anos. Nesse tempo, o pastor o ungiu com óleo ao alçá-lo ao posto de obreiro. Bruno registrou o momento em foto e publicou nas redes sociais. No registro, aparece vestido com terno e gravata, de joelhos, com os olhos fechados e mãos erguidas ao céu.

Há oito meses, todavia, deixou a congregação e passou a frequentar uma outra igreja evangélica da cidade. Sob condição de anonimato, um fiel, braço-direito do pastor, descreve o comportamento de Bruno enquanto membro da Pentecostal Luz e Vida. Discreto e comedido, Bruno não dava espaço para perguntas sobre a vida pessoal. Mas o recato vinha acompanhado do desejo de protagonismo.

"Ele sempre queria oportunidades para falar no púlpito. Quando não concedia, achava ruim, fechava a cara. Meu pastor não tinha inimigos. Pelo contrário, tratava a todos com respeito e tinha uma educação que nunca vi antes. Se uma pessoa almeja um cargo, ela se prepara para trilhar aquele caminho. Ele (Bruno) queria a todo custo a atenção", narrou.

Bruno mudou de visual pelo menos três vezes durante o período na igreja. Chegou no estilo rocker, com barba branca abaixo do queixo. Não demorou e raspou a cabeça, tirou a barba e mudou o traje para o social. A terceira versão foi registrada no cubículo da viatura da Polícia Militar ontem: calça jeans, tênis esportivo, óculos de sol, barba escura, cabelo e uma tatuagem que começa no peito esquerdo e fecha todo o braço. "Não conhecíamos essa versão dele. Era completamente o oposto", frisa o fiel.

Bruno foi preso em flagrante horas depois do crime pela Polícia Militar do Estado de Goiás. O sargento Renato Martins disse ao **Correio** ter recebido o chamado às 8h10. No trajeto do quartel para o templo, viu um homem próximo ao lago Jacob com as mesmas características informadas pelo denunciante. Era Bruno. Ele foi abordado, afirmou ter lançado a faca na água e negou o crime.

Humilde e devoto

Nascido no sertão do Ceará, José Bezerra deslocou-se cedo para Brasília para trabalhar. Dedicou a juventude e a vida adulta como garçom de restaurantes de alto padrão da capital federal e mordomo de autoridades. Depois de aposentado, decidiu zelar pelo evangelismo e fundou uma igreja.

José casou-se, teve três filhos e morava no residencial Morada das Garças, na Cidade Ocidental. O fiel entrevistado pela reportagem descreve o líder religioso como uma pessoa humilde, atenciosa e que empenhava-se aos pobres e necessitados. "Ele anunciou que voltaria a trabalhar na prefeitura, mesmo depois de aposentado, para doar 50% do salário à compra de mantimentos para aqueles que precisavam", disse.

Uma vez ao mês, nos cultos de Santa Ceia, aos domingos, o pastor organizava uma ação de doação de alimentos para a montagem de cestas básicas. Os mantimentos eram entregues a fiéis mais carentes e a pessoas em situação de rua. "Ele era tão calmo e manso que eu mesmo o chamava atenção por tamanha bondade. Nunca o vi destratar ninguém."

Aos integrantes homens mais próximos na igreja, José Bezerra os chamava de "príncipe de Jesus". Alimentava, mesmo idoso, o sonho de construir uma catedral para pastorear.

Neste sábado e domingo, estava previsto para ocorrer um congresso no templo. Agora, com o pano preto sobre a grade, fiéis se dizem desolados e sem saber o que fazer. "Não sei como vai ser. Quem vai pastorear, como serão os cultos. A ficha não caiu", finalizou.

» ASA NORTE

PRESA POR MANTER CASA DE PROSTITUIÇÃO

Uma mulher de 55 anos foi presa em flagrante por suspeita de manter uma casa de prostituição disfarçada de clínica de massagens no subsolo de um prédio comercial na CLN 411, na Asa Norte. Segundo a 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte), responsável pela investigação, o espaço funcionava há pelo menos dez anos e cobrava parte do lucro obtido pelas mulheres que atuavam no local. Uma denúncia anônima apontou que o endereço comercial — registrado formalmente como empresa desde 2012 — era usado para programas sexuais. Os policiais localizaram anúncios do estabelecimento em sites especializados na oferta de serviços sexuais, além de relatos de clientes em fóruns na internet publicados desde 2016. O telefone usado para os agendamentos estava cadastrado em nome da proprietária, detida em seu apartamento, também na Asa Norte, e levada para a 2ª DP.

» ASA NORTE

ADOLESCENTES SÃO ASSALTADOS EM PILOTIS

Dois adolescentes de 13 anos foram assaltados enquanto conversavam no pilotis de um prédio na Quadra 103 da Asa Norte. Imagens de câmeras de segurança do edifício, cedidas ao **Correio**, flagraram a abordagem do suspeito, que levou os celulares e documentos pessoais das vítimas. O crime ocorreu por volta das 21h20 do último sábado. Na gravação do circuito interno, uma menina e um menino aparecem sentados no chão do pilotis, encostados próximos a uma das pilastras do bloco, quando um homem surge caminhando tranquilamente pelo corredor. O suspeito para diante da dupla e anuncia o assalto. As imagens mostram o momento em que os jovens se levantam intimidados e entregam ao criminoso os celulares, carteira de identidade, um cartão bancário e a carteirinha de sócio de um clube pertencente a um dos garotos. A polícia não informou se o autor foi preso.

» RECANTO DAS EMAS

Divulgação/PCDF



HAXIXE COM ADESIVOS DE GTA VI É APREENDIDO

Placas de haxixe identificadas com adesivos do jogo eletrônico "GTA VI" foram apreendidas pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) durante a prisão de dois jovens de 21 anos no Recanto das Emas. Segundo as investigações, a dupla operava um esquema de entrega rápida (delivery) de entorpecentes de alto valor utilizando um carro alugado e mantinha uma casa na Quadra 300 exclusivamente como depósito e centro de fracionamento das drogas. A ofensiva da 27ª Delegacia começou há cerca de uma semana, a partir de uma denúncia anônima sobre a movimentação suspeita no imóvel do Conjunto 26. Policiais passaram a monitorar o endereço e flagraram a chegada de um Fiat Fastback cinza ocupado pelos dois suspeitos — um deles já havia sido detido pelo mesmo crime em março de 2025.

Obituário / Sepultamentos realizados em 25 de novembro de 2026

» Campo da Esperança

Adalberto Pontes Gomes, 85 anos
Antônio Cezar de Paiva Benetti, 60 anos
Claudio Mesquita Cafe, 76 anos
Geraldo Azarias, 91 anos
Irani Santana Guimarães Amaral, 88 anos
João Victor Gonçalves da Silva, 18 anos
José Francisco de Araújo, 67 anos
Lidia Cardoso da Costa, 83 anos
Lilian Gonçalves de Deus, 55 anos
Lindacy Batista de Oliveira, 41 anos
Luiz Carlos Moura, 62 anos
Luiz Alfredo Borges de Freitas Junior, 66 anos
Luiz Geraldo Rocha Faria de Oliveira, 68 anos
Maria Benedita da Silva, 73 anos
Maria de Nazaré Pedroza, 89 anos
Meriele da Silva Rodrigues Costa, 45 anos
Nanako Enoki Gonçalves, 81 anos
Sonia Maria Batista Pereira, 72 anos
Vangelito de Souza Prado, 68 anos

» Taguatinga

Claudio Quaresma Dourado, 52 anos
Diones Soares de Lima, 39 anos
Francisco Paulo de Melo, 88 anos
Gyong Jae Gim, 56 anos
Marcus Vinicius Silva Barroso, 20 anos
Maria Conceição e Silva Leite, 83 anos
Maria das Gracas de Lima, 47 anos
Maria do Ceo Ramos da Silva, 86 anos
Maria Joana Nunes Cordeiro, 70 anos
Maria Julia Martins da Mata, 75 anos
Pedro Henrique Araújo Silva, 20 anos
Rogério Godin de Oliveira, 51 anos

» Gama

Antonia Pereira Alves, 92 anos

» Planaltina

Iracema Fernandes dos Santos, 78 anos
Maria do Socorro Ramalho Fernandes, 76 anos

» Brazlândia

David Oliveira dos Santos, 74 anos
Natanael Matias Avelino, menos de 1 ano
Valdete Arruda Soares da Mota, 81 anos

» Sobradinho

Francisca Nascimento Rocha, 82 anos
Maria Aparecida Cabral, 58 anos
Osmar Batista de Araújo, 68 anos

» Jardim Metropolitano

Eustáquio dos Reis Guimarães, 81 anos (cremação)
Fernanda Daniela Fernandes Pereira, 49 anos (cremação)
Inês Felix da Silva, 64 anos (cremação)

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br

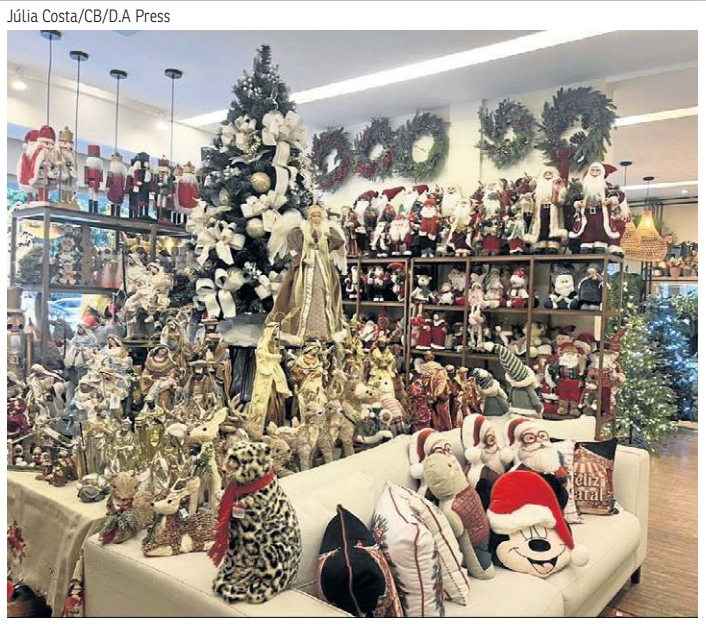


Para ganhar conhecimento, adicione coisas todos os dias. Para ganhar sabedoria, elimine coisas todos os dias.
Lao-Tsé

Assista à playlist da Capital S/A no YouTube

Otimismo dos lojistas do DF para o Natal é o maior desde 2017

Júlia Costa/CB/D.A Press



O comércio do Distrito Federal chega ao Natal de 2026 com o maior nível de otimismo da série histórica iniciada em 2017. Segundo pesquisa do Instituto Fecomércio-DF, 86,7% dos lojistas entrevistados esperam vender mais do que no Natal passado, ante 76,6% em 2025. Na média das respostas, a expectativa é de crescimento de 12,1% nas vendas, acima dos 7,9% projetados no levantamento anterior.

Queda no gasto dos presentes

Entre os consumidores, 88,5% pretendem comprar pelo menos um presente, alta de 9,7 pontos percentuais em relação a 2025. Ao mesmo tempo, o valor médio que os entrevistados pretendem gastar com presentes caiu de R$ 294,01 para R$ 163,15. Quem planeja presentear, no entanto, pensa em comprar, em média, 2,8 produtos, com gasto total estimado de R$ 437,83 por consumidor.

Endividamento

"A melhora do emprego favorece o consumo, mas os juros e o endividamento ainda pesam no orçamento das famílias. A mudança nas escolhas dos presentes devido ao preço, em relação a 2025, mostra que o consumidor está mais atento", analisa José Aparecido Freire, presidente da Fecomércio.

Mais roupas, menos eletrônicos

Os eletrônicos, por terem maior valor agregado, recuaram de 6,3% para 1,8% das intenções de compra, enquanto roupas e acessórios, com preços mais acessíveis, avançaram de 23,9% para 32,1%. Já os cosméticos e perfumes dobraram sua participação, alcançando 19,8%.

Nome do mercado para Ministério da Fazenda

Miguel Schincariol/AFP



O presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, passou a ser cotado para assumir o Ministério da Fazenda no quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A especulação ganhou força após o executivo se reunir com Lula fora da agenda oficial no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência, na última segunda-feira. É um nome que agrada a Faria Lima. Ao longo da trajetória, presidiu os Conselhos Diretor e Consultivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Conselho de Representantes e a Diretoria Executiva da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), e a Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaúde).

Divulgação



UK Music Hall reabre unindo novidades à tradição

Uma das casas de rock mais tradicionais retorna à cena da capital. Após ficar quase três meses fechada para reforma, o UK Music Hall, na 411 Sul, reabre as portas para o público, nesta quinta-feira, a partir das 19h. Comandam a festa duas bandas que fazem parte da trajetória de 25 anos do pub: Magoo e Zero10. "Mas é claro que chega o momento que a gente precisa se reinventar. Fizemos uma reforma para deixar a casa ainda mais bonita e aconchegante. Trocamos equipamentos de som e luz e melhoramos o palco. Tudo isso para que tanto o público quanto os artistas se sintam ainda mais bem recebidos do que sempre foram", conta Marcelo Barbosa, um dos sócios do UK.

Carreira internacional e empreendedorismo

Marcelo também mantém uma carreira de sucesso como guitarrista da banda Angra — uma das formações de heavy metal brasileiro com maior projeção internacional. Ele também é fundador do GTR Instituto de Música, hoje com unidades na Asa Norte e na Asa Sul. Também criou a MB Guitar Academy, sua escola on-line de guitarra.

Fibra faz levantamento sobre atuação dos parlamentares do DF

A Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) está na fase de produção da quinta edição do *Perfil dos Parlamentares do DF*, publicação que reúne as posições e propostas dos representantes que ocuparão assento na Câmara Legislativa, na Câmara dos Deputados e no Senado nos próximos quatro anos. Nas 35 entrevistas, os parlamentares falam sobre temas de interesse do setor que compõem documentos como a Pauta da Indústria e a Agenda Legislativa da Indústria do DF.

Divulgação/ Fibra



Lançamento em janeiro

O lançamento da publicação está previsto para 6 de janeiro de 2027, durante a sessão de posse da nova legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal. "Com o *Perfil dos Parlamentares do DF*, a Fibra pode conhecer projetos e objetivos dos deputados distritais, federais e senadores eleitos para os próximos quatro anos. Esse trabalho reforça o trabalho transparente e baseado no diálogo que a Fibra faz tradicionalmente com o Poder Legislativo", afirma o presidente da Federação, Jamal Jorge Bittar.

» *CB.Poder* | **VALDIR OLIVEIRA** | GERENTE DE CAPITALIZAÇÃO E SERVIÇOS FINANCEIROS DO SEBRAE NACIONAL

Sebrae ganha reconhecimento

Especialista falou sobre o Acredita Sebrae, programa de crédito assistido que foi finalista do prêmio Global SME Finance Forum, em Singapura

» MANUELA SÁ*

O Sebrae foi finalista do prêmio Global SME Finance Forum, em Singapura, com um programa que facilita o acesso ao crédito. Em entrevista ao *CB.Poder* — parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília — ontem, Valdir Oliveira, gerente de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae Nacional, celebrou o reconhecimento. Às jornalistas Denise Rothenburg e Adriana Bernardes, ele também falou sobre ferramentas da instituição para ajudar pequenos negócios a se adaptar ao fim da escala 6x1 e à reforma tributária.

Oliveira contou que o Acredita Sebrae foi lançado em 2024, dentro do programa Acredita. Foi estruturado um modelo que pudesse garantir até R$ 30 bilhões em crédito. O diferencial é que, nesse modelo, há um acompanhamento. Trata-se do crédito assistido. "Entendemos que o jeito certo de dar o crédito é o crédito assistido. É aquele que orienta como você pode utilizá-lo da melhor forma", disse.

O programa atendeu a 200 mil brasileiros nessa modalidade. O evento do qual o prêmio faz parte é vinculado ao Banco Mundial e à International Finance Corporation (IFC). Dos 77 finalistas, a instituição brasileira ficou a 1,5 ponto do primeiro lugar. "Quase fomos campeões, mas foi um vice-campeonato com gostinho de vitória, porque o crédito assistido foi reconhecido pelo sistema financeiro internacional como um modelo adequado", celebrou.

Em relação ao fim da escala 6x1, aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado e sancionado pelo presidente Lula e que passa a valer a partir de 16 de dezembro, ele reafirmou que a medida traz impactos positivos para os pequenos negócios. Para ajudar as empresas a fazerem a transição para essa nova escala de trabalho, o Sebrae criou um simulador para que empresários possam medir o tamanho da mudança em diferentes setores. "O que a gente percebe é que esse 5x2 já é uma realidade em muitos segmentos. Então, nós acreditamos que o Brasil já estava preparado para isso", afirmou.

Na plataforma, é possível ver a emenda constitucional e quais são as novas regras. Em seguida, há opções para o empresário escolher qual setor deseja ver, como indústria, hospedagem e turismo. A partir das escolhas feitas e informações inseridas, a pessoa trilha um caminho para corrigir o impacto da transição. Na avaliação de Oliveira, é importante entender que a nova escala traz uma melhora para a produtividade. "Você vai dar uma condição melhor para esses funcionários, e a gente sabe, a própria teoria da administração diz isso, que essa satisfação acaba melhorando a sua produtividade", destacou o gerente.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

Ainda de acordo com Oliveira, a reforma tributária também vai ter grande impacto sobre os pequenos negócios. Ele considerou que o fim da 6x1 já foi absorvido e está sendo incorporado pela sociedade. No entanto, ele disse acreditar que a reforma tributária vai ser o grande desafio dos próximos quatro anos. Para ele, a primeira dificuldade é entender o alcance da reforma. "Vamos reduzir todos os tributos em tamanho e em complexidade para ter dois específicos, um voltado para estados e municípios, outro voltado especificamente para os federais. Precisamos entender como vai ficar o Simples", comentou.

Na avaliação do gerente, essas duas novidades alteram o fluxo de caixa das empresas, ou seja, todas as entradas e saídas de dinheiro em determinado período. No caso da 6x1, em algumas situações, o aumento de pessoal vai ser responsável por esse impacto. Em relação à reforma tributária, com o split payment, o recolhimento do imposto vai ser feito na hora da venda, direto na nota. "Você normalmente tinha cerca de 30 dias ou algum tempo a mais para fazer o pagamento. Como isso vai influenciar no fluxo de caixa?", questionou.

Oliveira falou que os ajustes necessários virão de capital de giro, o crédito rotativo destinado a pequenas empresas, que vai ter uma demanda adicional. "Temos uma máxima, em que dizemos que crédito é como remédio. Se ele não for dado na posologia certa, ele vai trazer problemas para o paciente", comparou. "Então é importante que, primeiro, seja feito o diagnóstico adequado para compreender o caminho a ser tomado".

Para ajudar no processo de adaptação, o Sebrae desenvolveu uma planejadora. A plataforma calcula as necessidades de cada empreendedor de capital de giro com base no cálculo de custos e de perspectiva de faturamento. "Não é porque o banco está liberando R$ 100 mil que você tem que pegar R$ 100 mil. Você tem que pegar aquilo que atende a sua necessidade. Para entender o que atende a sua necessidade, você precisa conhecê-la", enfatizou.

***Estagiária sob supervisão de Tharsila Prates**

GESTÃO PÚBLICA

Mais diversidade em chefias

Norma anunciada pela estatal HU Brasil prevê medidas para ampliar a presença de grupos sub-representados — como mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e LGBTQIAPN+ — em cargos de liderança nos hospitais universitários

» LUIZ FELLIPE ALVES

Pedro Paulo Cardoso/CB/D.A Press



O anúncio da nova norma ocorreu, ontem, no auditório do Hospital Universitário de Brasília (HUB-UnB)

A HU Brasil — estatal responsável pela gestão de hospital públicos no país — anunciou, na tarde de ontem, uma nova norma para ampliar a representatividade de minorias em chefias de estatais. O anúncio foi feito na 11ª Reunião do Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais, no auditório do Hospital Universitário de Brasília (HUB-UnB).

De acordo com a norma, o quadro de funcionários de cada hospital universitário será analisado antes da publicação dos editais para as vagas de chefia, permitindo que medidas para a equidade sejam adotadas, garantindo a ampliação de participação de grupos sub-representados: mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e LGBTQIAPN+.

"Nós estabelecemos um prazo de 120 dias a partir da publicação da norma para que haja a devida clareza dos procedimentos operacionais. Quando lançarmos o edital, a gente já vai conseguir saber qual é a representatividade e se cabe alguma diretriz orientativa para aquela unidade", explicou Luciana Gouvêa, diretora de Gestão de Pessoas da HU Brasil.

O presidente da estatal, Arthur Chioro, ressaltou que as escolhas das chefias não serão feitas sem analisar o caráter técnico dos profissionais. "É possível construir uma nova norma sem deixar de lado as qualificações profissionais exigidas. O que vamos fazer é permitir que as lideranças tenham mais a cara do Brasil", acrescentou.

Ele destacou que a norma é importante para "cuidar de quem cuida das pessoas". Para o presidente da instituição, em um contexto de mais de 93 mil trabalhadores nos hospitais universitários, é importante prezar por um olhar direcionado a eles. "Se não tivermos esse olhar, se não produzirmos no cotidiano melhores condições para que os trabalhadores possam ter dignidade, a nossa tarefa não vai estar completa", pontuou.

Renato Biggliazzi, diretor de Governança Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), assinalou que a norma não é mandatória, mas é uma experiência voluntária que será adotada pelas empresas. "Os representantes se juntaram e decidiram seguir a determinação por ser uma pauta muito legítima", comentou.

Biggliazzi frisou, ainda, que cada setor vai se adequar à norma de acordo com a sua realidade. "Ela compõe o normativo de cada empresa. Será implementada pela empresa e a gente, como ministério, coordenador das estatais, vai acompanhar os resultados", detalhou. Além do MGI, a reunião de ontem contou com a participação do Ministério da Educação (MEC), ao qual a HU Brasil é vinculada.

Representatividade

A fisioterapeuta e chefe da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do HUB, Janayna Bispo, aprovou a nova norma, sobretudo, por trazer representatividade em espaços de tomada de decisão. "Eu acho que assim como na sociedade como um todo, a gente precisa estar bem representado em todos os lugares. É importante que eu me veja representada, assim como é importante que haja iniciativas que incentivem a representatividade", afirmou.

Ela destacou que a promoção de políticas públicas identitárias pode render bons frutos na sociedade. "Elas são essenciais para que a gente consiga fazer uma reparação histórica. Desde o início, somos um país escravocrata, as políticas públicas vêm para incentivar a representatividade e reparar o que nos foi tirado desde o começo", disse

A gerente administrativa do HUB UnB, Gislaine Borges, ressaltou o empenho do hospital em cargos de lideranças ocupados por minorias. "Temos cargos de chefia em todo o hospital ocupados por mulheres e pessoas negras", citou

Com a nova norma, ela afirma que o trabalho da unidade será aprimorado para atender às novas determinações. "Reconhecemos a necessidade de respeitar e promover as minorias. O trabalho seguirá após a publicação da norma", disse Gislaine. Como a medida é adaptativa a cada hospital, o processo seletivo terá pontos específicos a serem tratados. "Iremos aguardar as diretrizes e, a partir delas, vamos seguir o que a HU Brasil trouxer para toda a instituição", acrescentou

A determinação também foi bem recebida por representantes da classe trabalhadora. Valdirlei Castagna, presidente da Confederação Nacional Dos Trabalhadores da Saúde (CNTS), determinou que foi um avanço. "Há muito tempo, os trabalhadores e entidades vêm conversando com a empresa sobre a necessidade de mais equidade, igualdade e mais oportunidades", defendeu

Castagna também ressaltou que o órgão terá um papel de monitoramento. "No dia a dia, iremos ver a prática da implementação. Com isso, teremos condições de avaliar os espaços de negociação. Caso haja necessidade, teremos toda a liberdade para corrigir eventuais falhas", destacou.

Pacto

A medida faz parte das políticas do Pacto pela Diversidade, lançado em 2024, que reúne 42 empresas públicas, incluindo Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e Petrobras, além dos hospitais universitários. A iniciativa tem o objetivo de promover a cooperação entre as empresas para combater diferentes formas de preconceito.

Arthur Chioro reforçou a importância de promover reuniões entre as estatais para alcançar esse objetivo. "Essas ações têm sido implementadas com muita prioridade, desde o início de 2023. Ao nos reunirmos periodicamente, conseguimos trocar experiências, apresentar ações que estão sendo exitosas e discutir as dificuldades que estão sendo encontradas em cada uma das estatais", disse.

SHELL APRESENTA:

PRÊMIO JK

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília tem histórias que merecem ser reconhecidas.

O Prêmio JK Correio Braziliense 2026 celebrou personalidades que, com suas trajetórias e contribuições, fazem a diferença no desenvolvimento da nossa capital.

ACESSE:

E conheça todos os homenageados que marcaram esta edição.

Patrocínio master: Shell

Patrocínio: Caixa, Governo do Brasil

Apoio: ADEMI DF, FIBRA

Realização: Correio Braziliense

Produção: CB Brands

Este é um evento que valoriza a igualdade, a inclusão e a pluralidade. Não toleramos qualquer manifestação de racismo, preconceito ou discriminação.



Fotos: Carlos Vieira/CB/D.A Press

Programação gratuita segue até domingo, na Esplanada dos Ministérios, e reúne pesquisas de ponta, divulgação científica e debates sobre equidade de gênero na ciência

ENTRE robôs E dinossauros





No estande Geoparques crianças experimentam escavação de fósseis e conhecem dinossauros brasileiros



» SYARA EVELLYN MENEZES*

Cachorros-robôs que caminham, saltam e interagem com os visitantes dividem o gramado central da Esplanada dos Ministérios com fósseis, planetário e exposição sobre os dinossauros brasileiros. As atrações gratuitas integram a 23ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), que segue aberta ao público até domingo. Promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o evento busca aproximar a pesquisa da população e dar protagonismo à produção científica liderada por mulheres.

Com o tema "Ciência Delas", a edição busca dar visibilidade à produção científica liderada por mulheres e enfrentar desigualdades históricas na área. Na segunda-feira, o ministério anunciou a nova edição do programa Futuras Cientistas, com previsão de atender 570 alunas e professoras da rede pública por meio de auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e assinou portarias voltadas à equidade de gênero nas políticas de ciência e tecnologia. Segundo dados do MCTI, apesar de as mulheres responderem por quase metade das publicações científicas brasileiras, elas representam, no máximo, 24% das autoras em áreas como engenharias, computação e matemática.

"Incentivar as meninas a fazerem ciência, a participarem das feiras e olimpíadas, faz com que elas enxerguem que existem muitas cientistas brasileiras fazendo trabalhos maravilhosos e que precisam ser conhecidas para servirem de referência. Eu sinto que aqui é um despertar. E a semana não acontece só em Brasília, mas no Brasil inteiro. E o que eu vi foram as meninas, todas elas empoderadas, falando: 'A ciência é delas.'" afirmou Juana Nunes, diretora de Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação do MCTI.

Entre os destaques distribuídos nos espaços da feira, o público encontra mostras científicas, robôs, experiência com óculos de realidade virtual, cinema, planetário e exposições. Um dos pontos mais movimentados do evento é o estande da Embaixada da China, que chama atenção especialmente das crianças com demonstrações de cachorros-robôs. Os equipamentos caminham, saltam e interagem com os visitantes, despertando a curiosidade do público infantil sobre robótica e inteligência artificial.

Nos demais estandes, pesquisadores apresentam projetos como o estande "Geoparques do Brasil na Era dos Dinossauros", que reúne os geoparques Uberaba (MG), Araripe (CE) e Quarta Colônia (RS), para divulgar a paleontologia brasileira. No espaço, o público vê fósseis nacionais, participa de oficinas e utiliza óculos de realidade virtual.

"Quando a gente pensa em paleontologia, em dinossauros, a gente sempre pensa nos filmes, tipo *Jurassic Park*, e essa exposição tem como objetivo mostrar que o Brasil também tem muita coisa legal. A gente organiza esse espaço em atividades interativas para todas as idades, mas com foco maior para crianças." explicou o paleontólogo Rafael Bidin, do Geoparque Uberaba.

A exposição conta com três atividades principais: "Seja um paleontólogo", em que as crianças experimentam escavação de fósseis; atividade interativa sobre como os dentes do animal podem indicar diferentes tipos de alimentação, na qual as crianças escovam os dentes dos dinossauros; e atividade com óculos de realidade virtual, em que é possível ver como era a região onde hoje fica Minas Gerais no período Cretáceo.

A proposta do evento é aproximar a pesquisa científica da rotina da população e mostrar soluções inovadoras desenvolvidas no país. No estande do Sesc-DF, a educação ganha destaque com jogos, telas interativas sobre pesquisadoras brasileiras e experimentos práticos da sala de ciências.

Demetrius Leão, responsável por atividades de educação não formal no Sesc-DF, fala sobre a participação no evento: "Tentamos combinar o tema das mulheres na ciência, pensamos nos nomes de algumas cientistas muito relevantes e quisemos mostrar um pouco da nossa rotina." Sobre o estande com experiências interativas para todas as idades, Demetrius diz que "a gente trouxe um pouco dessa potência do Sesc para mostrar a ciência de forma popular e bem próxima do público."

Nos dias de feira, estudantes, professores e famílias circulam entre os estandes, testam equipamentos e acompanham as atividades. A visitante Neide Gomes conta que viu a divulgação da feira na televisão e decidiu levar o filho para conhecer as atrações.

"Acho importante que eles tenham a oportunidade de explorar, conhecer e ampliar os horizontes. No começo, meu filho não queria vir, mas eu insisti. Agora, depois de ver as atrações, ele já disse que não quer mais ir embora", contou Neide.

Além das atividades nos estandes e das mostras de estudantes das escolas públicas do Distrito Federal, a feira conta com programação cultural para atrair famílias, com shows gratuitos de Leci Brandão e Samba Delas na sexta-feira, às 18h30, MC; Luanna, no sábado, às 20h, e o grupo infantil Tiquequê no domingo, às 16h. A expectativa do MCTI é superar o público de 100 mil visitantes registrado na edição anterior.

A SNCT é uma realização do MCTI, por meio do Programa Nacional de Popularização da Ciência (Pop Ciência). O evento conta com o patrocínio do Conselho Federal de Química (Sistema CFQ/CRQs), da Caixa Econômica Federal, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), além do apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e dos ministérios das Comunicações, da Educação (MEC), da Integração e do Desenvolvimento Regional e do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

*** Estagiária sob a supervisão de Márcia Machado**



Grupo de crianças interage com cachorro-robô

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: *esportes.df@dabr.com.br* Telefone: (61) **3214-1176**

Mercado do Candangão

O mercado da bola do Candangão segue aquecido. O Ceilândia fechou as contratações do volante Danilo Borges, de 25 anos, ex-Primavera de Mato Grosso, e do ponta-direita João Victor, também de 25, com passagens por Samambaia, Brasiliense e Ceilandense. O Sobradinho também reforça o setor ofensivo. Ontem, confirmou a chegada de Dudu Albaceta, que jogou recentemente pelos mineiros Boa Esporte e Uberlândia. O Gama trouxe o volante Du Fernandes, com experiência recente pelo Volta Redonda.

BRASILEIRÃO Corinthians encaminha vitória contra o Atlético-MG até os acréscimos, mas leva empate. Resultado, lamentado pelos paulistas e comemorado pelos mineiros, mantém equipes dependendo de si para obter vaga na Libertadores e escapar do Z-4

Ponto que pode fazer a diferença

VICTOR PARRINI

Pedro Souza/Atlético-MG



Atlético-MG teve volume ofensivo até a expulsão de Thiago Borbas e ameaçou abrir o placar contra o Corinthians no primeiro tempo

Terceiro time com mais jogadores expulsos nesta edição do Campeonato Brasileiro, com seis atletas mandados mais cedo para o chuveiro, o Corinthians não soube aproveitar a vantagem numérica quando ela esteve a seu favor. O Atlético-MG passou praticamente metade do segundo tempo com um homem a menos na Arena MRV, após a expulsão de Thiago Borbas, aos 22 minutos, por uma entrada dura no tornozelo de Kaio César. Dos vestiários, viu baixinho corintiano abrir o placar de cabeça e encaminhar a vitória paulista. Até que, aos 47 da etapa final, Tomás Cuello acertou um chute rasteiro e arrancou o empate por 1 x 1.

O Corinthians manteve a sina de visitante comportado. Dos 18 jogos longe da Neo Química Arena, venceu apenas três: contra Athletico-PR, Grêmio e Red Bull Bragantino. Felizmente para o Timão, a quarta-feira na Arena MRV foi um daqueles dias em que o mínimo valeu muito. O pontinho conquistado levou o clube aos mesmos 41 pontos de Grêmio e Mirassol. O alerta, porém, seguiu ligado: o Corinthians permaneceu à frente dos concorrentes pelo saldo de gols.

O Atlético-MG não corre risco de rebaixamento, mas continua em dívida com o torcedor. Como se não bastasse a perda do título da Copa Sul-Americana para o Boca Juniors, o Galo ampliou o jejum de vitórias para nove partidas. O último triunfo havia sido em 17 de outubro, quando venceu o Coritiba por 1 x 0, pela 31ª rodada do Brasileirão.

A próxima rodada será determinante para as pretensões de Atlético-MG e Corinthians. Ambos dependem das próprias forças para conquistar vaga na Libertadores e escapar do rebaixamento. Entretanto, derrota do Galo para o Vasco, no domingo, às 19h30, combinada com vitória do Bahia, pode acabar com as chances de classificação pelo G-6 do Brasileirão. O Athletico-PR garantiu lugar na fase prévia.

Nesse cenário, os mineiros dependeriam da ampliação da zona de acesso à Libertadores para sete ou oito clubes. Por isso, terão motivos para apoiar o Timão diante do Grêmio, também no domingo, às 18h30, na Neo Química Arena. Caso os gaúchos sejam rebaixados, a vaga continental conquistada como finalistas da Copa do Brasil seria repassada à Série A. Derrotar o tricolor e empatar com o Remo no Pará assegura mateticamente a permanência da equipe entre os 20 principais times do país. Com o desfecho da rodada, o Vitória escapou do Z-4.

SÉRIE A

		P	J	V	E	D	GP	GC	SG
LIBERTADORES	1º Flamengo	80	36	24	8	4	74	31	43
	2º Palmeiras	74	37	21	11	5	64	29	35
	3º Cruzeiro	66	36	20	6	10	59	50	9
	4º Fluminense	63	36	18	9	9	57	42	15
	5º Athletico-PR	57	36	16	9	11	56	47	9
	6º Bahia	54	36	14	12	10	50	46	4
	7º Atlético-MG	52	36	14	10	12	45	41	4
	8º Bragantino	50	36	14	8	14	46	41	5
	9º Santos	50	36	13	11	12	51	51	0
	10º Vasco	47	36	13	8	15	47	52	-5
	11º São Paulo	45	36	12	9	15	40	41	-1
	12º Coritiba	45	36	12	9	15	41	52	-11
	13º Vitória	44	36	12	8	16	42	54	-12
	14º Botafogo	43	36	11	10	15	47	58	-11
	15º Corinthians	41	36	10	11	15	41	43	-2
	16º Grêmio	41	36	10	11	15	40	47	-7
REBAIXADOS	17º Mirassol	41	36	10	11	15	39	49	-10
	18º Internacional	38	36	9	11	16	41	49	-8
	19º Remo	32	36	7	11	18	41	61	-20
	20º Chapecoense	24	37	5	9	23	37	74	-37

Agenda

36ª RODADA

Sábado

Palmeiras 1 x 1 Flamengo
Bahia 0 x 1 Coritiba
Chapecoense 1 x 2 Cruzeiro

Domingo

Athletico-PR 4 x 2 Remo
Fluminense 1 x 0 Mirassol
Bragantino 1 x 0 Vasco

Segunda-feira

Internacional 2 x 5 Vitória
Botafogo 1 x 1 São Paulo
Santos 0 x 2 Grêmio

Ontem

Atlético-MG 1x1 Corinthians

37ª RODADA

Terça-feira

Chapecoense 3 x 0 Palmeiras

São Paulo joga para não repetir pior campanha na elite

O tempo inocentou Hernán Crespo. Em janeiro, o então técnico do São Paulo ativou o modo sincerão ao estabelecer 45 pontos como meta tricolor no Brasileirão. A franqueza do argentino desagradou à diretoria, que torceu o nariz e o demitiu. Dez meses depois, o clube confirmou a projeção do treinador e pode chegar, no máximo, a 51 até o fim do campeonato. Para isso, precisa vencer o Remo, hoje, às 20h, na despedida do Morumbi em 2026, e o Athletico-PR, na última rodada, em 2 de dezembro.

"Acho que temos futuro, mas o futuro, como falei, no Brasileirão (a meta é) 45 pontos. Esse é o futuro: 45 pontos e tentar construir como a gente jogou hoje", projetou após a derrota no clássico contra o Palmeiras pelo Paulistão, em 24 de janeiro.

A arrogância da diretoria prevaleceu. Os cartolas mais influentes se deixaram iludir pela liderança nas rodadas 5 e 6 e consideraram pouco que um clube do tamanho do São Paulo assumisse publicamente a permanência na Série A como meta. O campo deu a resposta. O Flamengo conquistou o título com 80 pontos, 35 a mais do que o tricolor. Agora, o clube corre o risco de ficar fora da Libertadores, mesmo com a possibilidade de ampliação do G-6 para G-8.

O time do Morumbi ainda pode igualar ou estabelecer a pior pontuação na era dos pontos corridos. Em 2021, o único tricampeão consecutivo do Brasileirão terminou na 13ª colocação, com 48 pontos. A marca está ameaçada.

O cenário para a próxima temporada também é de incerteza. A crise política, os atrasos salariais e o desgaste na relação com o elenco podem provocar uma reformulação profunda no Morumbi. Segundo o GE, até oito jogadores têm futuro indefinido. Wendell, Arboleda, Ferreirinha e André Silva avaliam a possibilidade de sair, enquanto Rafael Toloi e Cauly não terão os contratos renovados. As permanências de Iago e Artur dependem de negociações. Por enquanto, nenhum dos oito formalizou pedido de saída.

Erico Leonan/São Paulo FC



Dorival Júnior tem contrato até 31 de dezembro e futuro indefinido

A crise financeira também contaminou a relação entre diretoria e jogadores. Mesmo depois da saída de estrangeiros do elenco, os atrasos continuaram e chegaram aos salários registrados em carteira, além dos direitos de imagem. O desgaste aumentou quando, em conversa com lideranças do grupo, dirigentes atribuíram a demora nos pagamentos à oposição política, que estaria retardando a votação do contrato com a Ticketmaster.

A empresa, especializada na venda e gestão de ingressos, foi escolhida para administrar as entradas do Morumbis e o programa de sócio-torcedor. O acordo previa R$ 140 milhões em recursos para o clube, sendo R$ 110 milhões em antecipação de receitas futuras e R$ 30 milhões pela exploração de um camarote. O Conselho Deliberativo aprovou o contrato em 30 de setembro, por 184 votos a 44. Ainda assim, o episódio aprofundou a desconfiança no vestiário.

A cobrança por mudanças também partiu de Dorival Júnior. Após o empate por 1 x 1 com o Botafogo, na segunda-feira, o treinador reconheceu que a temporada ficou abaixo das expectativas e pediu uma reestruturação interna. "Foi um ano bem difícil, bem complicado. Espero que essa reestruturação aconteça e o São Paulo seja muito feliz no ano seguinte, porque um clube dessa grandeza merece uma entrega muito maior do que aquilo que acabou acontecendo esse ano", afirmou. Com contrato até 31 de dezembro, o técnico deixou a definição sobre o futuro para depois das duas últimas rodadas do Brasileirão.

FLAMENGO

Mesmo sem a garantia de que seguirá como diretor de futebol do Flamengo, José Boto confirmou negociações em andatamento para renovar com Pedro e Léo Pereira. O dirigente português também não assegurou a permanência de Samuel Lino, em alta no mercado europeu: "Não há jogadores inegociáveis".

BOTAFOGO

Derrotado em cinco dos oito jogos à frente do Botafogo no Brasileirão, Tite tem a saída descartada. A diretoria enxerga melhora na postura do time contra o São Paulo, depois da goleada por 4 x 0 para o Corinthians. Internamente, o clima é de união para evitar resultados negativos nas últimas duas rodadas.

FLUMINENSE

O Fluminense renovou o contrato do atacante Germán Cano, de 38 anos, até 30 de junho de 2027. O jogador aceitou redução salarial de 60%. As justificativas são a representatividade como ídolo na conquista da Libertadores 2023, além da necessidade de repertório ofensivo diante da grave lesão de John Kennedy.

INTERNACIONAL

A Promotoria do STJD denunciou o Inter pelas confusões do lado de fora do Beira-Rio, após a goleada sofrida por 5 x 2 para o Vitória. O julgamento será hoje e pode resultar na perda de até 10 mandos de campo, além de multa de até R$ 100 mil. Mesmo que penalizado, o jogo contra o Bragantino, no domingo, está confirmado para Porto Alegre.

SELEÇÃO

Carlo Ancelotti lamentou o fim do ciclo da geração de Neymar, com Casemiro, Danilo e outros na Seleção Brasileira. O treinador da Amarelinha destacou que o principal objetivo para 2030 é formar um novo grupo. "Em março, vamos fechar um pouco mais. Essa Data Fifa teve críticas, mas a prioridade não era o resultado, era ver jovens."

GUARDIOLA

Pep Guardiola revelou, em entrevista à Romário TV, qual equipe do futebol brasileiro trabalhar. "Treinaria o Bahia. Não sei se tem muito dinheiro para me pagar, mas o Bahia eu treinaria. É o clube do meu coração", afirmou durante agenda de compromissos pelo Grupo City, dono da SAF do tricolor.

ESPORTES

Saiba como o abismo entre as premiações da CBF e da AFA favorece o Brasil na balança comercial da rivalidade contra a Argentina

O peso real do desequilíbrio

GLÓRIA ETERNA

MARCOS PAULO LIMA

O futebol brasileiro chega ao fim de 2026 com uma vantagem econômica expressiva sobre o argentino. A diferença aparece nas premiações, nos contratos comerciais e na capacidade de geração de receitas dos clubes. Em campo, a rivalidade sobrevive: Palmeiras e Estudiantes decidirão a Libertadores neste sábado, às 17h, no Centenário, em Montevidéu, uma semana depois de o Boca Juniors derrotar o Atlético-MG por 2 x 0 na decisão da Copa Sul-Americana. Os times candidatos à Glória Eterna desembarcaram ontem na capital uruguaia, com direito a "aeroporco" em São Paulo para a trupe de Abel Ferreira.

A presença argentina nas duas finais contrasta com o retrospecto recente da Libertadores. Desde a adoção do formato de decisão em jogo único, todos os campeões foram brasileiros. O Flamengo (2019, 2022 e 2025) abriu a sequência. Depois, vieram as conquistas do Palmeiras (2020, e 2021), Fluminense (2023) e do Botafogo (2024). A última glória argentina teve o River Plate protagonista em 2018.

A vantagem brasileira não é aleatória. Está relacionada à dimensão do mercado consumidor, à valorização dos direitos de transmissão, à presença de patrocinadores e à profissionalização da administração dos clubes. "A diferença financeira entre Brasil e Argentina é resultado de fatores estruturais que vão além do tamanho dos clubes. O Brasil conseguiu desenvolver um mercado interno mais robusto, com maior capacidade de comercialização dos direitos de transmissão, atração de patrocinadores e geração de receitas", analisa ao **Correio** Pedro Weber, sócio-fundador da Chenus Holdings, empresa em processo de aquisição da SAF do Paraná Clube.

Os números das competições nacionais ajudam a dimensionar esse cenário. No Brasileirão de 2026, o decacampeão Flamengo receberá aproximadamente R$ 48,1 milhões, enquanto o vice, Palmeiras, ficará com R$ 45,7 milhões. Na Argentina, o Boca Juniors conquistou a Liga Profissional diante do Defensa y Justicia. Pelo título, recebeu US$ 500 mil (R$ 2,9 milhões). A quantia é quase 16 vezes inferior à premiação destinada ao campeão da nossa Série A.

Para Eduardo Carlezzo, advogado especializado em direito desportivo e sócio do Carlezzo Advogados, a diferença de recursos continuará relevante mesmo diante de possíveis mudanças no cenário comercial brasileiro causados, por exemplo, pela veto às bets. "O fim dos patrocínios de apostas pode pressionar o caixa dos clubes no curto prazo, mas não altera os fundamentos dessa vantagem nem deve mudar a posição dos brasileiros nas competições sul-americanas", avalia. Na visão dele, mesmo com eventuais ajustes orçamentários, o volume financeiro disponível no Brasil permanece superior ao do futebol argentino.

Nas competições eliminatórias, a distância aparece de maneira significativa. A Copa do Brasil de 2026 terá uma decisão inédita em jogo único, em 6 de dezembro, no Mané Garrincha, em Brasília. Palmeiras e Grêmio disputarão o título. O campeão receberá R$ 78 milhões pela final, podendo acumular até R$ 96 milhões com as premiações das etapas anteriores. O vice ficará com R$ 34 milhões na decisão. A projeção é de alcançar R$ 52 milhões no total. Na Copa Argentina, a premiação acumulada destinada ao campeão é de 496,6 milhões de pesos, o equivalente a US$ 360 mil, o equivalente a pouco mais de R$ 2 milhões.

"A discrepância é grande, hoje, e vem crescendo muito. Esse efeito é natural, mas difícil de ser captado pelo torcedor comum, pelo fato de ser exponencial. O ganho de um ano não se soma apenas ao do ano seguinte. Ele se exponencia, uma vez que o ponto de partida do crescimento do ano seguinte é uma base maior", explica ao **Correio** Moisés Assayag, sócio-diretor da Channel Associados e especialista em finanças no futebol.

As competições de menor duração também revelam o contraste. Na Supercopa do Brasil, o Corinthians recebeu R$ 11,55 milhões. O vice ficou com R$ 6,35 milhões. Na Argentina, a Supercopa oferece US$ 100 mil ao vencedor (R$ 582 mil). A decisão de 2026 do torneio nacional será entre Estudiantes e Independiente Rivadavia.

A disparidade alcança competições brasileiras de menor projeção nacional. O título da Série B do Campeonato Brasileiro rende ao campeão entre R$ 3,5 milhões e R$ 4 milhões em premiação direta, além de cotas de participação superiores a R$ 8,5 milhões. O Campeonato Paulista pagou R$ 5 milhões líquidos ao Palmeiras em março deste ano, além dos R$ 35 milhões de cota fixa.

Cesar Greco/Palmeiras



Aeroporco: o Palmeiras partiu rumo a Montevidéu nos braços do povo no trajeto do CT do clube, na Barra Funda, ao eroporto Internacional de Guarulhos

»Programe-se

Final da Libertadores
Quando: sábado
Onde: Estádio Centenário, em Montevidéu (Uruguai)
Horário: 17h
Transmissão: TV Globo, ESPN, Disney+, Paramount+ e GE TV



HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua míngua em Câncer. O mau humor é mau mesmo e, infelizmente, é mais fácil de acontecer do que o bom humor, porque, vamos combinar, vivemos num mundo em que, apesar de pagarmos caro para existir, os governos nos devolvem serviços que não funcionam e as corporações nos enfiam goela abaixo a inteligência artificial para atender nossas reclamações e pedidos, ou seja, nada solucionam, e ficamos nós à sós com nossa irritação. Preservar o bom humor apesar de todas as contrariedades é um exercício mental que requer muita presença de espírito para dar certo e não é todo dia que estamos com essa bola toda. Já que o mau humor é estatisticamente mais provável do que o bom humor, pelo menos cuida para não tomar decisões nesse momento, mas ganhar sequer um minuto antes de te precipitar em qualquer direção.



ÁRIES
21/03 a 20/04

As necessidades corriqueiras sequestram o tempo que sua alma gostaria de dedicar a voos mais amplos e elevados, mas é assim que as coisas se apresentam e seria melhor não brigar contra elas, para não perder tempo.



TOURO
21/04 a 20/05

Para fazer o que você gosta sem ter sua alma perturbada pelas críticas alheias, você precisa fazer amizade com o tempo, pois, sem se precipitar e com o tempo ao seu favor, sua vontade prevalecerá sobre as críticas.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

Cuide para que os efeitos de sua impaciência sejam sentidos pelas pessoas que merecem ser criticadas por qualquer coisa que esteja incomodando você e que precise dos devidos ajustes. Impaciência com alvo definido.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Quando as palavras duras e ferinas começam a surgir no que deveriam ser diálogos de entendimento, cuide para não se deixar abduzir pela situação, mas, ao contrário, procure sair pela tangente e poupar seu fôlego.



LEÃO
22/07 a 22/08

O que é seu por merecimento pode até ser contestado, porque qualquer pessoa é livre para fazer o que quiser, mesmo que equivocada, mas no fim você verá que sua vontade prevalece e tudo dá mais ou menos certo.



VIRGEM
23/08 a 22/09

A irritação não há de ser responsabilizada nos acontecimentos exteriores, porque mesmo que haja situações que mereçam a irritação, ao mesmo tempo é sua atitude a que impede a alternativa de tratar tudo com bom humor.



LIBRA
23/09 a 22/10

Faça seus movimentos com mais discrição do que o habitual, porque nesta parte do caminho seria melhor você não atrair tanto a atenção sobre os assuntos do seu interesse, senão as pessoas atrapalharão e se intrometerão.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Para haver entendimento chega uma hora em que a simpatia e os sorrisos não são mais suficientes. Há uma hora em que as palavras firmes, vigorosas, que não deixem lugar a dúvidas, se tornam essenciais. Entendimento.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

A partir de agora, mesmo que continue havendo limitações e desentendimentos, valerá a pena você colocar em prática seus intuitos e observar os resultados para ir ajustando a pressão que você exerça sobre as pessoas.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Levantar a voz nem sempre é a maneira mais eficiente de fazer com que suas ideias prevaleçam. É bom lembrar que é impossível convencer uma pessoa de qualquer coisa se ela não estiver disposta a tanto.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

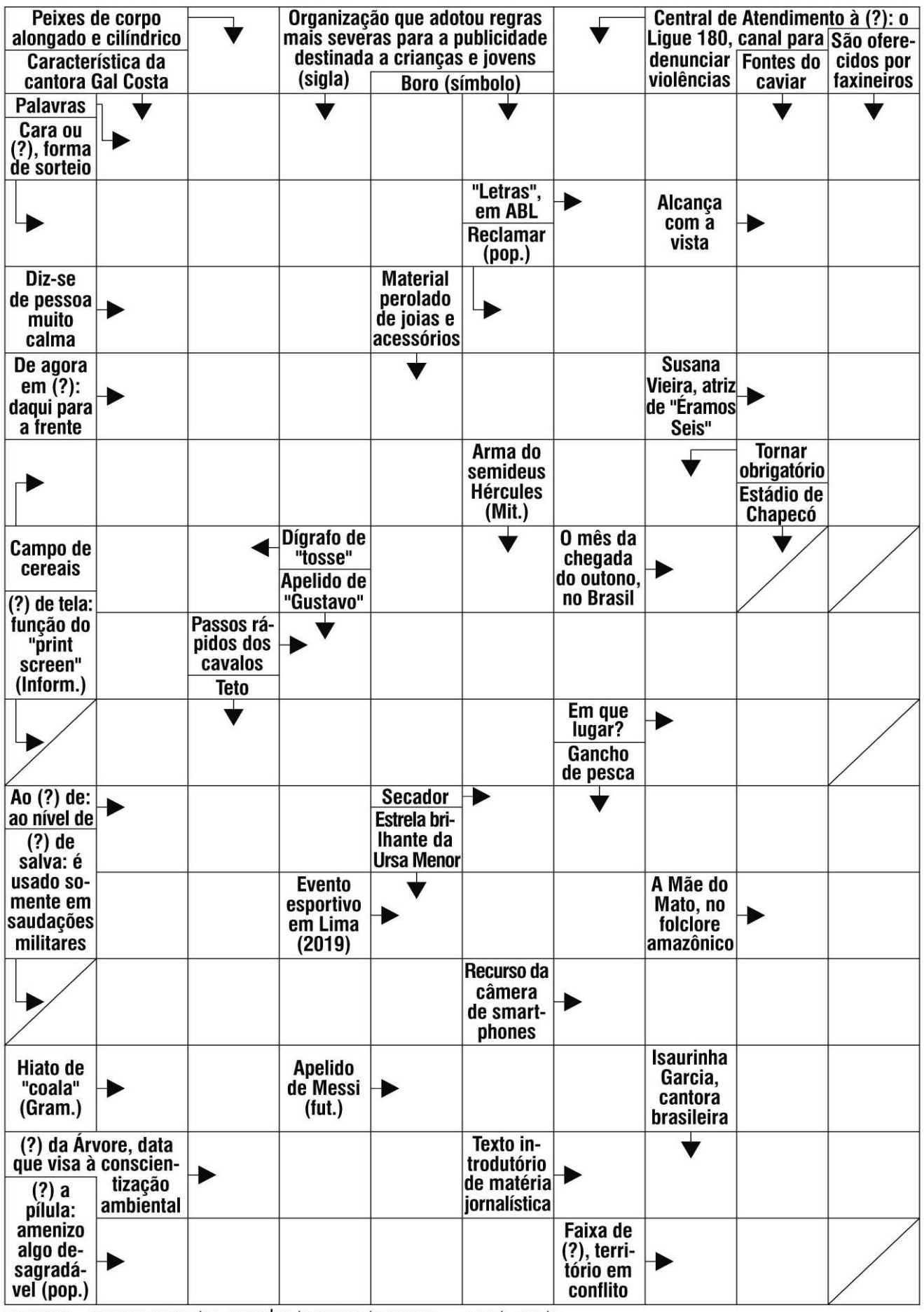
A paciência está acabando e a urgência a substitui. Pode ser que esse seja o efeito da iminência das festas de fim de ano, mas pode ser também que sua alma esteja com necessidade de resolver tudo com rapidez.



PEIXES
20/02 a 20/03

As atitudes hostis não precisam ser respondidas por você, porque, a não ser que você tenha presença de espírito suficiente para responder com elegância e altura, a coisa toda degringolaria num show de grosserias.

CRUZADAS



BANCO 3/IIo. 4/Ilde — zoom. 5/conar. 7/captura. 10/arena conda.

64

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

		E				I		
O	R	N	A	M	E	N	T	O
	A	C	R	E	S	C	E	R
	D	I	A	S	P	O	R	A
	I	L	L		A	N	E	L
	O	H		I	N	S	S	
I	T	A	T	I	A	I	A	
	E	D	O		R	S		N
	R	O	M	A		T	I	A
	A		A	L	B	E	R	T
	P	A	R		A	N		U
D	I	N	A	M	I	T	A	R
	C	A	R	A	T	E	C	A
	O	L		O	A		A	L

SUDOKU DE ONTEM

5	7	1	6	4	2	3	8	9
8	9	4	7	1	3	2	6	5
2	3	6	5	8	9	1	7	4
4	2	8	3	9	6	7	5	1
3	6	7	1	5	8	9	4	2
9	1	5	4	2	7	6	3	8
1	8	3	9	7	4	5	2	6
7	4	9	2	6	5	8	1	3
6	5	2	8	3	1	4	9	7

LIVRO

Geovana Albuquerque/Divulgação



Fernando Marques lança livro sobre o teatro brasileiro na Livraria Circulares

Teatro em foco

» MARIANA REGINATO

Como uma forma de explorar o teatro brasileiro como espaço de resistência e transformação social, o novo livro de Fernanda Marques, Metáfora Insubmissa: Novos Ensaios Sobre Teatro (2014-2026), será lançado hoje na livraria Circulares. A obra reúne 24 artigos produzidos ao longo dos últimos 12 anos e propõe um olhar crítico sobre a história, a estética e a originalidade da produção teatral brasileira.

A coletânea reúne textos publicados em veículos especializados de diferentes regiões do país, como Teatrojornal (SP), Dramaturgia em Foco (PE), Cerrados (DF), Ephemera (MG) e Arteriais (PA), além de trabalhos originalmente editados em livros em Portugal. Os artigos estão organizados em cinco seções: Peças e Seu Entorno,Espetáculos,Entrevista e Perfis, Em Torno do Imponderável e Alguma Teoria.

Professor do departamento de Artes Cênicas da Universidade de Brasília (UnB), Fernando teve duas licenças para pós-doutorado, uma em 2017 e outra em 2023, períodos em que começou a estudar o teatro nacional. "Os textos então produzidos, somados aos feitos entre 2014 e 2017, formaram uma sequência: a dramaturgia brasileira, do século 19 ao 21; depois, espetáculos vistos em Brasília, São Paulo e Lisboa; textos que refletem sobre a finitude; artigos mais longos sobre o teatro épico à brasileira e, ainda, sobre peças de Vianinha lidas com apoio no personagem "típico", conceito devido a Georg Lukács. Achei que pudessem compor um livro", afirma.

O escritor acredita que existem muitos traços valiosos no teatro moderno e contemporâneo que podem ser destacados. "Eu me ative aos traços épicos, narrativos, porque fiz o doutorado estudando os musicais políticos dos anos 1960 e 1970, do Teatro de Arena, Oficina e Opinião, e esses grupos buscavam praticar o épico, estilo que nos dá não só a psicologia dos personagens, mas sobretudo o contexto social que os condiciona e o modo como eles respondem a isso", conta.

Fernando notou que textos e espetáculos recentes exibiam traços semelhantes aos de seis décadas atrás. " Me pareceu constituir uma tradição em pleno movimento. Esses paralelos estão descritos no artigo "Narrador e personagem: para uma teoria do teatro épico a partir da prática brasileira", que consta do livro", ressalta.

METÁFORA INSUBMISSA: NOVOS ENSAIOS SOBRE TEATRO (2014-2026)

De Fernando Marques. Hoje, às 19h, na Livraria Circulares (714/715 Norte, bloco H, loja 9). Entrada gratuita.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

O morcego

Meia noite. Ao meu quarto me recolho.
Meu Deus! E este morcego! E, agora, vede:
Na bruta ardência orgânica da sede,
Morde-me a goela ígneo e escaldante molho.
"Vou mandar levantar outra parede..."
— Digo. Ergo-me a tremer. Fecho o ferrolho
E olho o teto. E vejo-o ainda, igual a um olho,
Circularmente sobre a minha rede!
Pego de um pau. Esforços faço. Chego
A tocá-lo. Minh'alma se concentra.
Que ventre produziu tão feio parto?!
A Consciência Humana é este morcego!
Por mais que a gente faça, à noite, ele entra
Imperceptivelmente em nosso quarto!

Augusto dos Anjos

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

	5						8	
1				9				6
				6		9		3
		7	9	5			6	
	3					7		
4						3		
2			7		1		9	
						8		
9			8			4		

Grau de dificuldade: difícil

www.cruzadas.net

EXPOSIÇÃO REÚNE 11 OBRAS DE PIERRE-AUGUSTE RENOIR NO CENTRO CULTURAL DO TCU. PINTURAS PERTENCEM AO MASP E FAZEM CIRCUITO POR CIDADES BRASILEIRAS

IMPRESSÕES DA LUZ NA PELE



Fotos: Divulgação

***Vênus vitoriosa* (1916): escultura foi inspirada na mitologia grega**



As banhistas são um tema clássico na história da arte, e Renoir gostava de pintar mulheres

» NAHIMA MACIEL

Simetria excessiva, peles que não interagem com a luz, mulheres muito magras, figuras masculinas e traços perfeitos não tinham interesse algum para Pierre-Auguste Renoir. O pintor de retratos mais celebrado do impressionismo queria modelos cuja pele "pegue bem a luz" e não tinha problemas em declarar: "Não preciso de belezas clássicas". É exatamente esse o fio condutor da exposição *Renoir*, que reúne, no Centro Cultural do TCU, 11 das 13 obras do pintor francês pertencentes ao acervo do Museu de Arte de São Paulo (Masp).

É uma oportunidade única de conferir um conjunto que é, também, o maior de um pintor europeu na coleção do museu paulistano. A exposição, que tem curadoria de Adriano Pedrosa, Fernando Oliva e Rodrigo Ferreira, faz parte do projeto *Masp em dois tempos: Renoir e Joseca Yanomami*, que leva obras dos dois artistas para uma circulação nacional. Renoir pode ser visitada até 14 de fevereiro de 2027. Depois, o TCU recebe a produção de Yanomami. "Fico muito contente que essas obras estejam saindo do Masp, porque é importante do ponto de vista de formação do público", diz Juliana Guide, historiadora e professora da Escola Masp, que veio a Brasília para acompanhar as obras.

Pierre-Auguste Renoir foi um pintor extremamente produtivo e um retratista dedicado. Enquanto Claude Monet mirava as paisagens, Renoir queria saber de rostos e corpos e tinha um interesse especial pelos universos feminino e infantil. "É muito fácil falar do Renoir nessa exposição porque a gente consegue ir passando de uma fase para outra com muita tranquilidade", avisa Juliana. O registro das cores sob a luz natural, pinceladas rápidas aparentes e temas cotidianos formavam a tríade do impressionismo que conquistou um grupo de pintores franceses interessados em romper com as diretrizes da arte acadêmica predominante no fim do século 19.

Depois de quase 300 anos de tradição na busca da perfeição das ilusões de ótica que permitiam imprimir realismo, volumetria, profundidade, movimento e perspectiva às pinturas em duas dimensões, esses jovens franceses decidiram deixar os truques de lado e explorar técnicas mais cruas e naturalistas. "O que os impressionistas estão tentando fazer é não usar esses truques", explica Juliana. "Eles querem pintar de outro jeito, eles concebem a maneira como a luz interage com as coisas de outra maneira e querem fazer isso nas obras. E essa ruptura vai acontecer na pintura. O Monet vai fazer isso pintando paisagem, mas o Renoir gosta da figura humana, gosta de gente e gosta, principalmente, de representar mulheres e crianças."



O olhar cansado da Condessa Pourtalès (1877) revela as nuances das expressões pintadas por Renoir

A exposição reúne obras nas quais é possível acompanhar o desenvolvimento técnico do interesse do artista. De um tratamento mais acadêmico em *A banhista e o cão griffon — Lise à beira do Sena* (1870), ao desprendimento total da precisão dos traços em *Dama sorrindo (retrato de Alphonsine Fournaise - 1875),* o pintor transita entre a devoção ao clássico da luz e sombra e o experimento total com as cores e a luminosidade. A crise diante do impressionismo levado ao extremo aparece em *Menina com as espigas* (1888), cujo olhar tem uma profundidade marcante. O tema da nudez também perpassa algumas obras, como *Banhista enxugando o braço direito* (1912) e *Banhista enxugando a perna direita* (1910), uma cena frequente na história da pintura e na qual Renoir podia explorar as texturas surgidas da interação entre pele e luz. Em retratos como o de *Marte Bérard* (1879) e da *Condessa Portalès* (1877), é nas expressões e nos jogos de cores que dão uma sensação de translucidez e maciez aos tecidos — o pintor era filho de costureira e alfaiate — que repousa o mistério.

Obras como essas causaram uma revolução na cena artística europeia e permitiram a abertura de portas para novas maneiras de representar. Formado na tradicional Escola de Belas Artes de Paris, Renoir trabalhou como decorador, pintor de cortinas e de porcelana antes de rejeitar a pintura acadêmica. Foi reconhecido em vida, sobretudo graças aos retratos que fazia para a elite francesa. O mais conhecido deles na coleção do Masp é o *Rosa & Azul,* que não está emprestado e, por isso, não integra a exposição em Brasília, mas é tema de uma sala imersiva que conta a história do quadro e das duas meninas.

As obras do museu foram compradas logo após a Segunda Guerra, quando muitas famílias e colewcionadores tentavam se reorganizar após a devastação causada pelo nazismo. Com dinheiro angariado junto às elites brasileiras, Assis Chateaubriand e Pietro Maria Bardi rodaram a Europa em busca de obras dos nomes mais importantes da arte mundial para formar a coleção da instituição. É desse período a aquisição das 13 pinturas de Renoir, reunidas pela primeira vez em uma única exposição para o projeto itinerante que hoje desembarca em Brasília.

RENOIR

Curadoria: Adriano Pedrosa, Fernando Oliva e Rodrigo Ferreira. Visitação até 14 de fevereiro, e terça a domingo, das 9h às 18h, no Centro CUltural TCU (Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 3)

JULIANA GUIDE//TRÊS PERGUNTAS

Quais seriam os três pontos aos quais o visitante deve ficar atento quando se trata da obra de Renoir?

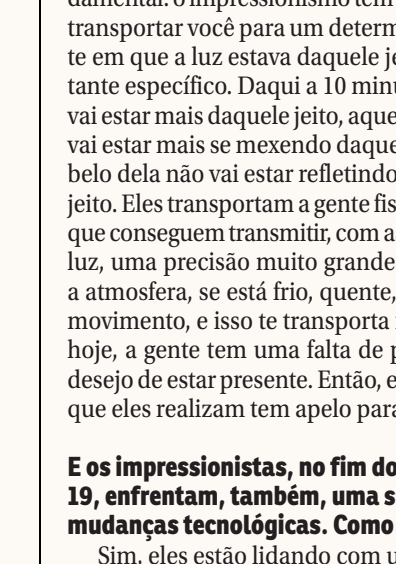
Primeiro, o impacto que essas pessoas que estão representadas trazem. O que que você consegue perceber sobre elas? O Renoir é um exímio retratista, ele é particularmente bom em captar, através de sutilezas, coisas da personalidade das pessoas, do estado de espírito. E a primeira impressão que você tiver provavelmente vai informar alguma coisa sobre esse sujeito. A segunda coisa é que ele é um grande fã do corpo feminino, do nu feminino. Então, é importante observar como esse nu feminino aparece pelo olhar de alguém que o acha esteticamente belo em muitos níveis. Observe como o corpo feminino se comporta tridimensionalmente e sensorialmente, em termos de textura. É um corpo mais curvilíneo, algo que interessa ao Renoir como artista. E outra coisa é perceber fases diferentes da produção. Em uma, ele está mais conectado com as modificações do impressionismo, em outra, ele mistura isso com a tradição da pintura, com coisas novas de técnica, com diferenças de foco. Isso vai informar sobre como ele está pensando e essa é uma contribuição muito legal dessa exposição.

Por que o impressionismo continua mobilizando tanto público? São pinturas que têm mais de 120 anos e Renoir conhecido no mundo inteiro...

Sim. Olha, essa é uma boa pergunta. Hoje você precisa lembrar às pessoas que esses eram artistas muito radicais . Eles eram disruptivos, estavam à margem, estavam fazendo uma coisa que ninguém achava razoável fazer. Entre eles, tinha aceitação, mas, via de regra, era visto como uma coisa 'nossa, aí não!'. O impressionismo, para a época, é como se fosse um esboço de quadro. E, para nós, hoje, é o contrário. São artistas que a gente consegue ter uma fruição que não passa por nada desse tipo. E acho que isso tem a ver com os temas e com uma coisa fundamental: o impressionismo tem como objetivo transportar você para um determinado instante em que a luz estava daquele jeito. É um instante específico. Daqui a 10 minutos, a luz não vai estar mais daquele jeito, aquela criança não vai estar mais se mexendo daquele jeito e o cabelo dela não vai estar refletindo a luz daquele jeito. Eles transportam a gente fisicamente porque conseguem transmitir, com as condições da luz, uma precisão muito grande de como está a atmosfera, se está frio, quente, se tem vento, movimento, e isso te transporta fisicamente. E hoje, a gente tem uma falta de presente e um desejo de estar presente. Então, esse transporte que eles realizam tem apelo para nós.

E os impressionistas, no fim do século 19, enfrentam, também, uma série de mudanças tecnológicas. Como isso influi?

Sim, eles estão lidando com uma revolução tecnológica tão profunda quanto a que a gente vive. Eles vão pegar a segunda revolução industrial em cheio, então, é ferrovia, são os materiais industriais, sintéticos, na própria pintura, a fotografia, o desenvolvimento da medicina científica, de todas as disciplinas científicas, anestesia, roda gigante, sorvete, o que você quiser. Eles têm que lidar com uma modificação muito geral do que é ser uma pessoa e, nesse sentido, a gente está próximo deles, a gente consegue entender o desafio. E eles registram isso de uma maneira tão forte que, até hoje, boa parte da imagem que a gente tem dessa época vem das imagens que eles criaram.



Em *Menina com as espigas*, o pintor cria luminosidade a partir do domínio das cores

Direito & Justiça

Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

Entrevista — Procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Georges Seigneur faz balanço após quatro anos à frente do MPDFT

Maria Eduarda Lavocat

O procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Georges Seigneur, se prepara para deixar o cargo em 12 de dezembro, após quatro anos à frente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Integrante da instituição desde 2002, Seigneur foi eleito para o comando do órgão pela primeira vez em 2022 e reconduzido ao cargo em 2024, para um segundo mandato.

*Durante o **Correio** Entrevista, o procurador-geral fez um balanço de sua gestão e destacou o fortalecimento institucional, a aproximação do Ministério Público com a sociedade e a modernização tecnológica. Entre as principais iniciativas, mencionou o aprimoramento do atendimento e do acolhimento às vítimas, o fortalecimento do combate ao crime organizado, além da ampliação da atuação conjunta com outros Ministérios Públicos e nos tribunais superiores.*

A sucessora de Seigneur foi escolhida e nomeada pelo presidente Lula: a promotora de Justiça Cláudia Braga Tomelin, atual secretária-geral da instituição, que ficará à frente do MPDFT no biênio 2026-2028.

Confira os principais trechos da entrevista:

Ed Alves/CB/D.A Press



O que marca esses quatro anos à frente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios?

Foram quatro anos intensos, nos quais a preocupação foi construir um Ministério Público mais próximo da sociedade e mais forte. Temos ampliado cada vez mais os espaços de atendimento ao cidadão, não apenas presencialmente, mas também no ambiente digital, nas unidades e nas promotorias de Justiça, para que a população seja bem atendida. A sociedade precisa ter o Ministério Público muito perto dela e reconhecê-lo como um grande aliado de seus interesses. Afinal, o Ministério Público é o defensor da sociedade. Outro aspecto muito importante é o avanço tecnológico dentro da própria instituição. Hoje, temos um consórcio entre Ministérios Públicos voltado especificamente para a tecnologia da informação, chamado Brasil.IA. É uma iniciativa em que os Ministérios Públicos atuam de forma coordenada e que tivemos a oportunidade de presidir. Precisamos estar conectados e contar, internamente, com as ferramentas necessárias para uma atuação cada vez mais rápida e efetiva.

Você coordenou essa iniciativa quando foi presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, correto?

Exatamente. O consórcio foi criado durante a minha presidência, justamente para que tivéssemos uma atuação mais firme e pudéssemos estar mais próximos da população. Precisamos lembrar que os crimes digitais são uma realidade em todo o país. Há, inclusive, uma migração da prática criminosa para o ambiente digital. Esses crimes não respeitam fronteiras, o que gera uma dificuldade maior quando não estamos preparados para enfrentá-los. Da mesma forma, temos intensificado o combate às organizações criminosas. O nosso Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) passou a atuar de maneira mais contundente no enfrentamento às facções e às organizações criminosas. Nesse contexto, é importante destacar também o fortalecimento do Centro de Inteligência, com um trabalho mais aprofundado de análise de dados. Buscamos oferecer ao promotor de Justiça um acesso melhor às informações, que muitas vezes estão disponíveis na internet, mas dispersas. A ideia é reuni-las de forma sistematizada, permitindo consultas mais rápidas e, consequentemente, um combate mais efetivo à criminalidade. Hoje, por exemplo, um promotor de Justiça consegue verificar rapidamente se uma pessoa que está sendo investigada ou acompanhada tem vínculo com alguma facção criminosa dentro do sistema carcerário.

Houve uma operação do Gaeco, unidade subordinada diretamente ao procurador-geral de Justiça, que identificou uma comunicação entre presos e visitantes, conectados ao PCC. Qual importância de uma operação como essa?

Foi uma operação muito importante. Se você não tem as informações bem organizadas, não consegue estabelecer essas conexões. Quando conseguimos oferecer essa base de informações, torna-se possível chegar aos dados necessários e, com isso, realizar operações mais bem-sucedidas. Outro aspecto que trabalhamos foi o fortalecimento da atuação nos tribunais superiores, tanto na origem quanto no encerramento dos processos. Isso significa atuar desde a investigação inicial, passando pela ação penal e pelas políticas públicas, até a etapa dos recursos nos tribunais superiores.

Você acredita que a doutora Cláudia, que vai sucedê-lo, dará continuidade ao seu trabalho?

Com certeza. A doutora Cláudia é uma pessoa extremamente capacitada, uma gestora muito querida pela classe, profissional e bastante atuante. Costumo lembrar uma frase atribuída a Isaac Newton: "Se enxerguei mais longe, foi porque estava sobre os ombros de gigantes". Tive antecessores que realizaram trabalhos muito importantes para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Cito aqui as doutoras Fabiana, Renata Peça e Eunice. É importante que, a partir desses exemplos, procuremos sempre aprofundar o trabalho, especialmente nas áreas em que eventualmente precisamos de aperfeiçoamento. Nosso desafio deve ser, como costumo brincar, transformar o Ministério Público do Distrito Federal no melhor Ministério Público do Brasil. A doutora Cláudia, sem sombra de dúvida, é muito capacitada, vai trazer inúmeros avanços e aperfeiçoar ainda mais a atuação do Ministério Público.

Foi implementado o Núcleo de Apoio às Vítimas nas promotorias. Como esse projeto auxilia no atendimento ao publico?

Exatamente. O atendimento ao público se divide em algumas etapas, e uma das principais é justamente o trabalho do Núcleo de Apoio às Vítimas. Temos uma estrutura específica para isso, que reflete uma preocupação do Ministério Público brasileiro com a questão da vítima. A vítima precisa de apoio. Ela sofreu uma violência e necessita de acolhimento. Quando estudamos o direito penal, aprendemos que o crime tem, sem dúvida, um aspecto social. Mas existe também uma vítima que sofreu e precisa receber um apoio mínimo. Ela é, na verdade, uma das principais razões de existir do processo criminal. É a ocorrência do crime, que a coloca na condição de vítima, que pode dar início à persecução penal. Se não conseguimos proporcionar acolhimento, não há como minimizar os danos que ela sofreu.

Gilmar Mendes avalia atuação e protagonismo do Supremo

Maria Eduarda Lavocat

Rosinei Coutinho/STF



O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu entrevista à *Rádio Perfil*, da Argentina, na última sexta-feira, durante visita ao país para participar do II Fórum de Buenos Aires. Em conversa com o jornalista Jorge Fontevecchia, o magistrado falou sobre as razões que levaram o Supremo brasileiro a conquistar tanto poder e protagonismo político e institucional, em contraste com a trajetória da Suprema Corte argentina.

Fontevecchia iniciou o programa com uma apresentação do entrevistado o descrevendo como uma das figuras centrais da história política e judicial brasileira nas últimas duas décadas. O jornalista ressaltou a visibilidade pública dos ministros do STF e a influência da Corte nas decisões nacionais. Para ilustrar essa dimensão, comparou o reconhecimento da corte com a seleção brasileira de futebol.

"O cidadão [brasileiro] comum conhece os nomes dos 11 membros do STF tão bem quanto, e às vezes até mais do que, os nomes dos 11 jogadores da seleção nacional de futebol. Isso ressalta a importância deles", afirmou.

Questionado sobre as razões para essa influência, Gilmar explicou que, embora o STF tenha suas origens na Proclamação da República, em 1889, suas atribuições foram significativamente ampliadas pela Constituição Federal de 1988.

Segundo ele, o modelo brasileiro combina dois sistemas de controle de constitucionalidade: o difuso, de inspiração norte-americana, que permite a juízes e tribunais analisar a validade de leis em casos concretos; e o concentrado, de influência europeia, que atribui ao Supremo a competência para examinar diretamente a constitucionalidade de leis e normas em ações específicas. "O Supremo Tribunal Federal tornou-se, assim, de certa forma, um Tribunal Constitucional", declarou.

Ao ser questionado sobre as crises enfrentadas pela Corte, Gilmar reconheceu que o Supremo talvez tenha se tornado poderoso demais e admitiu a necessidade de uma reflexão sobre os limites de sua atuação. "Em parte porque o caminho para a provocação é tão aberto que o tribunal é constantemente chamado a intervir. Talvez haja uma falta de autocontrole", afirmou.

O ministro apontou o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro como um período particularmente desafiador, marcado por controvérsias políticas e institucionais. Entre os episódios, mencionou a condução da pandemia de covid-19 e os ataques ao STF.

"Era um governo negacionista, que rejeitava intervenções para controlar a pandemia e acreditava que tudo seria resolvido pela imunidade de rebanho. Então, o tribunal foi chamado diversas vezes por governadores e prefeitos para intervir. E interveio", justificou.

Na avaliação de Gilmar, a atuação durante a pandemia ampliou a importância e o reconhecimento do Supremo. Porém, esse protagonismo também provocou uma reação contundente de Bolsonaro e de seus apoiadores, que passaram a atacar sistematicamente a instituição e a questionar a confiabilidade das urnas eletrônicas.

Segundo o ministro, as investidas contra o sistema eleitoral fizeram parte dos preparativos para uma tentativa de golpe de Estado, cujo planejamento acabou comprovado. Nesse contexto, o STF teve papel central na responsabilização do ex-presidente e de militares envolvidos na trama golpista.

"Diferentemente da Argentina, nunca antes um general havia sido levado ao banco dos réus. Quatro generais foram condenados. Bolsonaro foi condenado. Isso provocou, por um lado, manifestações de aplauso, mas também gerou agitação e uma profunda polarização no país", afirmou.

Nesse momento da entrevista, Fontevecchia aproveitou para contextualizar que, diferentemente da Argentina, o Brasil não responsabilizou rigorosamente os militares envolvidos na ditadura. O histórico de impunidade, segundo o apresentado pelo jornalista, torna as condenações recentes ainda mais significativas.

Para Gilmar, o desfecho do processo inaugurou uma nova etapa de questionamentos sobre a atuação do Supremo. Entre as reações, citou os movimentos pela anistia dos condenados, as acusações de excessos por parte da Corte e a apresentação de projetos de lei no Congresso Nacional.

O ministro também relacionou o debate sobre os limites de atuação do Judiciário e as controvérsias mais recentes envolvendo o Banco Master. Para ele, as suspeitas de possíveis benefícios a integrantes do Supremo e as falhas na fiscalização e na regulação do sistema financeiro exigem uma análise mais abrangente, que não concentre a responsabilidade exclusivamente nos três Poderes.

Gilmar lembrou que, durante anos, o banco comercializou certificados de depósito bancário (CDBs) por meio de outras grandes instituições financeiras e destacou a atuação de órgãos reguladores, como o Banco Central. Na avaliação do ministro, o episódio evidencia a necessidade de discutir os mecanismos de fiscalização e as responsabilidades das diferentes instituições.

"Aqui, obviamente, houve um problema de fiscalização e regulação. Por muito tempo, esse banco vendeu certificados por meio de outros grandes bancos. Portanto, tive a oportunidade de dizer que o problema do Master não deve recair apenas sobre os ombros dos três Poderes. É necessário um entendimento mais amplo", declarou.

Ao final da entrevista, Fontevecchia destacou a atuação do Supremo diante dos ataques de 8 de janeiro de 2023 e estabeleceu um paralelo com a invasão do Capitólio, nos Estados Unidos, por apoiadores do então presidente Donald Trump, após a derrota eleitoral de 2020.

O jornalista questionou como o Brasil conseguiu responsabilizar judicialmente Jair Bolsonaro e os demais envolvidos na tentativa de golpe, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos. "Qual é o segredo do STF brasileiro para conseguir responsabilizar um ex-presidente por tentativa de golpe, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos?", perguntou.

Gilmar atribuiu essa diferença à trajetória histórica de independência do Judiciário brasileiro. Segundo ele, a autonomia institucional não depende apenas das garantias previstas na Constituição, mas também da postura dos integrantes das instituições e da capacidade de preservar sua missão diante de pressões políticas.

O ministro ressaltou que o STF é maior do que seus integrantes individualmente e afirmou que uma das principais atribuições das Cortes Constitucionais é proteger a democracia e impedir rupturas institucionais. Na avaliação dele, esse foi justamente o papel desempenhado pelo Supremo ao atuar para conter a tentativa de ruptura democrática e, posteriormente, responsabilizar os envolvidos.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Juiz é afastado por transformar o gabinete em motel no Paraná

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Um juiz de direito do Paraná foi afastado após investigação apontar que estaria utilizando o próprio gabinete como uma espécie de suíte particular para encontros íntimos com uma assessora. Segundo a apuração, a rotina teria se repetido durante, aproximadamente, três anos. O Diário da Justiça descreve uma programação que começava por volta das 17h, quando o gabinete era trancado e, pouco depois, começavam os sons suspeitos: gemidos, ruídos ritmados, saltos batendo no chão e móveis sendo arrastados.

Assessora despida

O detalhe é que o gabinete do juiz não era exatamente à prova de som. Servidores, vigilantes e até uma zeladora conseguiam acompanhar, involuntariamente, os acontecimentos. A guarita localizada logo abaixo também oferecia uma espécie de transmissão acústica do que acontecia no andar de cima. A investigação ainda registra uma peça íntima feminina encontrada no chão da assessoria, um colar esquecido no sofá do gabinete e duas ocasiões em que a funcionária teria sido vista parcialmente despida. Ela usava o banheiro coletivo para se lavar até que uma ducha higiênica foi instalada no banheiro privativo do juiz.

Explicação ao Tribunal

Em um dos episódios mais constrangedores, sons e falas atribuídos a uma relação sexual teriam sido ouvidos durante um plantão de sábado, enquanto uma audiência acontecia na sala ao lado. Diante do repertório de acontecimentos, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná decidiu, por unanimidade, instaurar processo administrativo disciplinar para apurar as condutas. Agora, o magistrado terá de explicar por que um espaço destinado à prestação jurisdicional teria sido transformado, segundo as acusações, em ambiente de encontros íntimos.

Ed Alves/CB/D.A Press



No momento certo

A avaliação de juristas é de que, apesar da composição desfavorável no Senado, o presidente Lula deve deixar a indicação do ministro da AGU, Jorge Messias, ao STF para 2027. É que existe entendimento de que uma nova tentativa deve ocorrer em legislatura distinta. Lula não vai querer correr o risco de criar mais uma aresta que possa provocar uma nova recusa de Messias.

Maior e mais importante tribunal

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), Maria do Carmo Cardoso, foi escolhida neste ano para receber o Prêmio JK-**Correio Braziliense**, na categoria Direito&Justiça. A magistrada recebeu o troféu das mãos do presidente da OAB-DF, Paulo Maurício Siqueira, o Poli. Em seu discurso de agradecimento, a desembargadora ressaltou a importância do tribunal que preside. "Sou presidente do maior e mais importante tribunal desse país, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. São 12 estados mais o Distrito Federal sob a jurisdição direta. É um tribunal que cuida de cinco biomas, que cuida de populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas. É um tribunal que merece este prêmio. Não sou eu que recebo, mas meu tribunal", afirmou sob aplausos.

Reprodução/Unifor



Cidadão de Brasília

Em uma noite marcada por homenagens à trajetória de superação, ao compromisso com a Justiça e às raízes nordestinas que ajudaram a construir Brasília, a Câmara Legislativa concedeu, em solenidade realizada na semana passada, o título de Cidadão Honorário de Brasília ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Teodoro Silva Santos. Nascido em Juazeiro do Norte (CE), o ministro atuou como policial militar no Ceará, delegado de Polícia Civil em Rondônia, promotor de Justiça no Ministério Público do Ceará (MPCE) por 18 anos e desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) de 2011 a 2023. A homenagem foi proposta pelo deputado distrital Ricardo Vale (PT), vice-presidente da Câmara Legislativa.

Fim da isenção de pena por crimes patrimoniais entre familiares

Quem furta dinheiro dos pais ou se apropria de um bem do cônjuge pode responder pelo crime sem a isenção de pena que o Código Penal previa em razão do parentesco ou do casamento. O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento que derrubou essa regra. Para Hangra Leite, advogada especialista em direito de família e direito da mulher, o julgamento corrige uma contradição antiga. "Desde 2006, a Lei Maria da Penha trata a violência patrimonial como violência doméstica contra a mulher. Mesmo assim, o Código Penal continuava garantindo impunidade ao marido, filho ou pai que se apropriasse dos bens dela. Na prática, uma lei reconhecia a agressão, e a outra a perdoava", afirma.

Rompimento da relação abusiva



Divulgação

A advogada Hangria Leite destaca que o controle sobre o dinheiro e os bens da vítima pode dificultar o rompimento de uma relação abusiva. "O vínculo familiar, que deveria pesar contra o agressor, funcionava como proteção para ele. Ao derrubar essas regras, o Supremo reconhece o que vemos todos os dias na advocacia: o controle financeiro é uma das principais formas de prender a mulher a uma relação abusiva, e costuma vir junto com a violência psicológica e física." O advogado Fábio Souto, especialista em Direito Penal, concorda com o fim da isenção. Para ele, o vínculo familiar não deve impedir a responsabilização por crimes patrimoniais, mesmo quando o prejuízo é de pequeno valor.



Luiz Roberto/TSE

"Em 10 anos, o Brasil teve 500 mil homicídios e 7% desses casos chegaram a júri. Então, esse sistema processual — não é culpa do Poder Judiciário é do sistema de Justiça e do sistema processual e aí fez menção o eminente ministro Alexandre de Moraes sobre a necessidade do aprimoramento legislativo, mas eu vou além. Sei que há resistências a isso, mas seguindo aquela premissa de que há ideias que um dia seu futuro chega, no sentido de que temos de acabar com o tribunal do júri"

Ministro Dias Toffoli, do STF

Entrevista — Jamil Chade / Jornalista, correspondente internacional e escritor

"O direito de defesa é um escudo contra o arbítrio do Estado"

Ana Maria Campos

Correspondente internacional e um dos mais reconhecidos jornalistas brasileiros, Jamil Chade tem dedicado boa parte de sua trajetória a investigar as relações entre poder, política e direitos humanos. Em sua nova incursão como biógrafo, ele escolheu contar a história do criminalista Nélio Machado, cuja carreira de mais de cinco décadas se confunde com momentos decisivos da vida política e jurídica do país. Nesta entrevista, Chade — que acaba de lançar seu 11° livro — fala sobre a construção da obra O Escudo da Lei, *o legado do advogado e a importância do direito de defesa para a preservação da democracia.*

Arquivo Pessoal



Como surgiu a ideia de escrever um livro sobre Nelio Machado?

Eu sempre quis escrever a história da construção da democracia a partir de diversos pontos de vista e dos diversos pilares da democracia. O estado de direito é um dos fundamentais e contar como foi a transição entre um regime autoritário para uma democracia, a partir da visão dos direitos fundamentais, me parece que é importante para entendermos o que está em jogo quando falamos em proteger a democracia. Não estamos falando apenas na garantia do voto. Estamos lutando por garantias de que não teremos prisões arbitrárias, acusações espúrias e uma Justiça que apenas cumpra a função corrupta de legitimar o poder.

Por que Nelio Machado?

Ele é o fio condutor que eu usei para contar a história dolorosa e incompleta da construção de uma sociedade livre da opressão do poder. Poucos advogados contam com uma carreira de meio século como ele, atravessando os períodos de maior desafio na história do país, de transição econômica, de abusos e de desilusões. Nélio Machado não apenas viveu tudo isso, como foi um ator ativo da missão de dar a um cidadão o direito à defesa, seja quem ele for. Rubens Paiva, brasileiros que lutaram contra a ditadura militar, Pelé, Castor de Andrade ou banqueiros.

Como foi o seu trabalho de apuração?

Foram muitos meses de entrevistas com Nélio Machado, além da consulta minuciosa das centenas de páginas cada um dos processos no qual ele participou, seja no STF ou no STM durante a Ditadura. Tivemos, ainda, a sorte de contar com o áudio dos julgamentos durante o regime militar, ainda dos anos 1970. São peças que fazem parte da história da América Latina. A apuração também envolveu uma pesquisa aprofundada dos diferentes momentos históricos, a partir de arquivos oficiais e diplomáticos tanto no Brasil como no exterior.

Como o livro e a trajetória do criminalista em defesa do estado democrático de direito contribuem para o debate sobre o Judiciário neste momento do país?

A mensagem do livro é uma só: não se constrói uma democracia sólida sem o estado de direito. Vivemos um debate acalorado e perigoso sobre as instituições da democracia. Os desafios são reais. Tão preocupantes como eles são os esforços por parte de golpistas de usar a situação para enfraquecer o estado de direito. Instrumentalizar uma crise com objetivos políticos é uma ameaça. Fechar os olhos para os abusos também. O livro, portanto, é uma tentativa de mostrar que a construção de uma democracia passa, necessariamente, por um sistema judicial capaz de blindar uma sociedade de arbitrariedades. Todas elas.

Nelio Machado é conhecido por sua atuação em casos de grande repercussão. Como você definiria sua personalidade?

Obstinado e ousado. Mesmo quando casos pareciam perdidos ou profundamente desafiadores, ele jamais desistiu de buscar o caminho da lei. Outra de sua marca é a intransigência em relação ao papel da defesa.

Qual episódio da vida pessoal dele melhor revela quem ele realmente é?

Desafiar, diante de todo o Brasil, o então juiz Sergio Moro pode ter sido uma espécie de resumo de sua vida. Nélio Machado não se dobrou diante dos juízes fardados nos anos 1970 e nem diante daqueles que, numa democracia, borravam artigos fundamentais de uma Constituição Cidadã. Anos antes da Vaza Jato, Nélio Machado alertava ao país que um atropelo sem precedentes estava ocorrendo nas cortes. Ele não estava defendendo um cliente. De fato, ele perdeu todos seus clientes, que optaram por se dobrar à pressão da delação premiada. Sua indignação era a de ver a Constituição sendo violada, enquanto a opinião pública e parte da imprensa aplaudiam.

Na sua avaliação, os brasileiros compreendem verdadeiramente a importância do direito de defesa ou ainda confundem o advogado com o seu cliente?

A democracia não é apenas o direito ao voto. Educar uma sociedade para a democracia envolve muito mais que campanhas políticas ou incentivos para que compareçam às urnas. Precisamos assumir que construir uma sociedade livre implica construir cidadãos. E o único caminho é a educação de jovens para assumir as instituições da democracia. Depois da Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional entendeu que esse princípio precisava fazer parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No artigo 10, o documento diz: "Todos têm direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública perante um tribunal independente e imparcial, para a determinação de seus direitos e obrigações, bem como de qualquer acusação de caráter penal contra eles formulada". No artigo seguinte, aqueles artífices do documento que serve de bússola para a humanidade iriam além: "Toda pessoa acusada de um delito penal tem o direito de ser presumida inocente até que sua culpa seja provada, de acordo com a lei, em um julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias para a sua defesa".

Qual foi a principal contribuição de Nelio Machado para a advocacia brasileira?

Ousar recorrer ao instrumento do Habeas Corpus e, de uma certa forma, normalizá-lo como uma arma da democracia. Ao levar uma prisão ilegal ou uma ameaça à liberdade ao exame de um juiz ou tribunal, Nélio procurava erguer um escudo entre o indivíduo e o arbítrio do Estado. A autoridade que dispunha do poder de prender devia justificar seus atos perante a Justiça. Essa compreensão acompanharia o advogado para além dos processos políticos. O habeas corpus não ficaria reservado ao momento em que todas as outras tentativas houvessem fracassado. Podia ser, e muitas vezes seria, o primeiro movimento da defesa. O instituto do Habeas Corpus é o "não" que a Justiça dirige à violência e à ilegalidade, e o "sim" dado a quem confia nas garantias de uma democracia.

Visão do Direito



Rodrigo Trindade
Juiz do Trabalho

Assédio e discriminação eleitoral serão punidos

O fim das eleições não encerrou as pressões políticas no ambiente de trabalho. Denúncias recebidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) apontam uma nova onda de retaliações contra empregados em razão de suas escolhas políticas. Nos três primeiros dias após o segundo turno, foram registradas 1.143 denúncias. Em 2026, o total já supera três mil registros.

A prática também se espalhou pelas redes sociais, onde publicações incentivam empresários a demitir funcionários por suas convicções políticas. Não se trata de uma simples discordância, mas da incapacidade de conviver com posições políticas diferentes, da tentativa de impor submissão e de instaurar um ambiente de medo. Esse comportamento causa graves prejuízos à democracia.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vieira de Mello Filho, resumiu o limite dessa relação: o trabalhador "empresta a sua força de trabalho para o empregador, não empresta sua alma". A subordinação contratual não transforma a liberdade política em obrigação de obediência. O trabalhador permanece cidadão, livre para escolher e manifestar suas opiniões, independentemente da preferência de seu empregador.

A legislação brasileira é clara: a discriminação por opinião política é vedada, e a violência política constitui crime. Uma dispensa motivada pelo voto pode resultar em reintegração ou indenização, além da reparação por danos morais. O MPT já recorreu à Justiça para interromper publicações que estimulavam perseguições, enquanto o Ministério do Trabalho estuda a criação de uma lista suja de empresas que pratiquem esse tipo de conduta.

Além disso, a Justiça do Trabalho manterá, até o final de 2026, um regime de juízes plantonistas mobilizados para receber e apreciar pedidos urgentes relacionados ao assédio e à discriminação política, com tramitação preferencial. A medida permite uma atuação rápida diante de ameaças, demissões retaliatórias e outras violações, sem afastar a garantia do devido processo legal.

A democracia não termina na cabine de votação. Empregadores e empregados podem defender candidatos diferentes, mas ninguém pode condicionar a permanência no emprego à submissão política. O voto pertence ao cidadão — nunca ao patrão.

Visão do Direito



Alan Bousso
Advogado e mestre em direito pela PUC São Paulo

Internet é direito! Não aceite menos do que o contratado

Uma conexão confiável com a internet já foi artigo de luxo. Mas há tempos o acesso deixou de ser algo supérfluo para se transformar em artigo de primeira necessidade, dada a centralidade de seu papel nas nossas atividades diárias. Trabalhamos, estudamos, movimentamos a economia e nos comunicamos por meio de redes digitais que exigem estabilidade e confiança. Diante dessa dependência absoluta, a relação entre o usuário e as empresas provedoras de internet ganhou contornos jurídicos complexos que afetam diretamente o bolso e a produtividade do cidadão. Apesar disso, o que a rotina da advocacia nos revela diariamente é um cenário de desconhecimento generalizado por parte dos consumidores. A maioria dos usuários de planos de internet sequer suspeita de que possui uma série de garantias legais desenhadas especificamente para protegê-los contra abusos de mercado e, por isso, é fundamental romper com a cultura da passividade e compreender que o contrato assinado com um provedor não é uma via de mão única. Existe uma legislação robusta que assegura o equilíbrio nessas relações contratuais, e o primeiro passo para fazer valer esses direitos é a informação clara e acessível. Ao entender as prerrogativas que o amparam, o consumidor deixa de ser refém de um serviço ineficiente e passa a ser um agente ativo na exigência de um mercado mais justo, transparente e eficiente.

O primeiro aspecto dessa conscientização diz respeito ao direito à transparência na velocidade da conexão contratada — uma queixa universal e diária é que usuário contrata um plano robusto, mas, na hora de carregar uma página, realizar uma videoconferência de trabalho ou assistir a uma aula, o sinal falha, oscila ou se mostra visivelmente lento. Há um entendimento equivocado de que o consumidor deve simplesmente aceitar essas oscilações como se fossem características normais da tecnologia. A realidade jurídica é que o usuário tem o direito legítimo de receber exatamente a velocidade que foi contratada e pela qual ele paga mensalmente. Se a velocidade entregue pela operadora estiver constantemente abaixo do prometido no momento da venda, configura-se uma quebra de expectativa contratual e uma falha evidente na prestação do serviço diante da qual o consumidor tem respaldo legal para exigir ajustes técnicos imediatos ou reivindicar o abatimento proporcional dos valores na sua fatura. A transparência na velocidade significa que a empresa deve ser honesta sobre o que entrega, e qualquer entrega deficitária deve ser formalmente questionada e corrigida.

Além da questão técnica da velocidade, a dignidade do consumidor nas plataformas digitais depende diretamente do acesso a informações claras por parte das prestadoras. O mercado de telecomunicações é historicamente conhecido por contratos de adesão complexos, muitas vezes repletos de termos técnicos e cláusulas confusas que escondem as reais condições do serviço. A lei determina que a empresa provedora deve fornecer todas as informações sobre o plano de forma absolutamente clara e acessível para qualquer cidadão, sem ambiguidades, o que significa que o usuário tem o direito de saber, de forma detalhada e compreensível, quais são os limites de dados da sua franquia e quais são as políticas de uso que regem aquele contrato. Não é permitido que as empresas apliquem restrições surpresas ou reduzam a qualidade do serviço com base em regras que não foram explicadas detalhadamente e previamente ao cliente, pois a clareza na informação é o que garante que o consumidor saiba exatamente o que está comprando, eliminando as famosas pegadinhas contratuais e permitindo uma escolha consciente entre as opções disponíveis no mercado. Qualquer omissão sobre limites ou políticas de tráfego representa uma violação direta aos direitos do usuário.

O encerramento do contrato com o provedor também costuma ser um momento de desgaste para os usuários. É comum que o cidadão decida mudar de operadora ou encerrar o serviço e se depare com uma verdadeira maratona burocrática, projetada para fazê-lo desistir da decisão. O direito ao cancelamento sem complicações é uma garantia fundamental de liberdade de escolha do consumidor e quem decide cancelar o plano de internet, por qualquer motivo que seja, tem o direito garantido de fazer isso de forma simples, rápida e direta, sem a necessidade de enfrentar processos longos, cansativos e desnecessariamente complicados. O cancelamento também não pode ser oportunidade para a imposição de taxas ocultas ou cobranças surpresas que não foram claramente combinadas no início da relação. A saída do cliente deve ser tão desimpedida quanto foi a sua entrada, sendo o respeito ao momento do distrato reflexo da boa-fé que deve reger os contratos do início ao fim. Eventuais obstáculos operacionais para reter o cliente são condutas abusivas que encontram severa oposição nos tribunais.

Quando os canais tradicionais de atendimento das empresas falham em corrigir uma velocidade abaixo do prometido, em fornecer informações claras sobre os limites de dados ou em realizar um cancelamento limpo e sem taxas ocultas, o amparo jurídico especializado torna-se a ferramenta mais eficaz para restabelecer a justiça. Documentar as falhas do serviço, guardar as comunicações com a empresa e exigir o cumprimento integral do que foi anunciado não é apenas um exercício de direito individual, mas uma contribuição indispensável para que todo o mercado de internet se torne mais transparente, ético e eficiente para a sociedade.

Visão do Direito



Guilherme Filardi
Advogado, com atuação em fusões e aquisições (M&A), direito societário, contratual e corporativo

Do celular ao prato de comida: por que os minerais estratégicos podem transformar o Brasil

Do celular que nos desperta aos equipamentos hospitalares e aos fertilizantes da lavoura, os minerais fazem parte da vida cotidiana. O acesso a essas matérias-primas influencia a competitividade de indústrias inteiras e tornou-se questão econômica, tecnológica e geopolítica.

Com a Lei 15.506/2026, o Brasil instituiu a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Em novembro, 27 substâncias foram classificadas em três níveis de prioridade. Entre elas, terras raras, lítio, grafita, cobre, níquel, silício, fosfato, potássio, nióbio e ferro. A classificação considera riscos de abastecimento, concentração da oferta, substituição e oportunidades para a indústria. É um mapa das vulnerabilidades e possibilidades do país.

Crítico é o mineral cuja oferta instável ameaça setores essenciais; estratégico é aquele cujas reservas e aplicações podem fortalecer a economia. A criticidade não pressupõe raridade: gargalos no processamento e poucos fornecedores também criam riscos. Lítio e grafita integram baterias; cobre, redes elétricas; silício, semicondutores; e terras raras, ímãs de alto desempenho. Fosfato e potássio expõem um paradoxo: potência agrícola, o Brasil continua dependente de fertilizantes importados, vulnerável a choques externos.

Reconhecer jazidas é apenas o começo. O Brasil se destacou como exportador de matérias-primas, atividade importante, mas que captura só parte da riqueza possível. Para ampliá-la, precisamos avançar da pesquisa e extração para o beneficiamento, refino, produção de insumos, componentes e bens finais. Cada etapa agrega inovação, empregos qualificados, tributos, fornecedores e conhecimento.

No lítio, há enorme diferença entre exportar concentrado e produzir compostos de alta pureza, eletrodos e baterias. Com as terras raras, separar e refinar elementos precede a fabricação de ligas e ímãs para motores e tecnologias avançadas. O mesmo vale para cobre transformado em cabos e equipamentos e minerais convertidos em fertilizantes. É assim que recursos naturais se tornam capacidade industrial.

Não se trata de fabricar tudo no Brasil a qualquer custo, mas de escolher etapas nas quais temos vantagens, atrair parceiros e dominar competências decisivas. Sem isso, permaneceremos fornecedores de insumos para indústrias instaladas fora. A expansão da energia limpa, da eletrificação e da inteligência artificial cria oportunidades, mas também intensifica a disputa mundial por materiais e tecnologia.

Refino e transformação exigem energia competitiva, transporte, portos, laboratórios, financiamento e profissionais qualificados. Em contrapartida, criam redes de fornecedores de equipamentos, engenharia e logística, capazes de dinamizar regiões distantes dos grandes centros. O desenvolvimento, porém, precisa sobreviver à exaustão das jazidas: economias locais não podem depender indefinidamente de uma mina.

A política prevê estímulos ao beneficiamento, à transformação e à mineração urbana — recuperação de metais de baterias, eletrônicos e resíduos —, além de fundo garantidor com aporte federal possível de até R$ 2 bilhões. Esses instrumentos só terão efeito duradouro com critérios transparentes, metas verificáveis e uma estratégia industrial coerente.

Há uma dimensão jurídica relevante. Mudanças de controle e operações envolvendo ativos minerais estratégicos podem requerer avaliação governamental, além da análise societária, regulatória e concorrencial. Para o mercado de fusões e aquisições (M&A), soberania e segurança econômica entram na equação. Proteger interesses nacionais não deve afastar investimentos e tecnologia estrangeiros. Projetos de longa maturação exigem regras previsíveis, prazos claros e respeito aos contratos.

O avanço industrial exige responsabilidade ambiental e social: proteção da água e do solo, gestão de rejeitos, recuperação de áreas e benefícios às comunidades. A reciclagem complementa, mas não substitui, a extração. O sucesso não se mede apenas pelo volume produzido, mas pela qualidade dos empregos e pelos benefícios duradouros à sociedade.

Geologia diversificada, indústria, universidades e mercado consumidor dão ao Brasil condições para avançar. Falta transformar essas vantagens em cadeias produtivas competitivas, investindo em ciência, infraestrutura, qualificação e segurança jurídica. A classificação dos minerais é ponto de partida. A verdadeira riqueza não está apenas no minério extraído, mas na tecnologia, nos produtos e nas oportunidades criadas a partir dele.

Visão do Direito



Francelino Valença
Presidente da Fenafisco

A classe média tem que entrar no orçamento

Com a reeleição do presidente Lula, abre-se um novo período de discussão sobre as prioridades econômicas e sociais do país. É necessário ampliar o olhar para um segmento que enfrenta dificuldades com a tributação e a perda do poder de compra: a classe média trabalhadora.

Em 2022, Lula popularizou a frase "o pobre tem que entrar no orçamento". A valorização do salário mínimo e a ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R$ 5 mil mensais buscaram responder a essa prioridade. São avanços importantes, que devem ser preservados. Mas a inclusão social também precisa reconhecer as dificuldades de trabalhadores, aposentados e pensionistas da classe média.

Esse segmento enfrenta uma tributação sobre a renda e o consumo que compromete parte significativa de seus rendimentos. Muitas famílias ainda recorrem à rede privada de saúde e educação diante das limitações dos serviços públicos. Na prática, contribuem para financiar o Estado e reservam outra parcela da renda para atender às necessidades básicas.

É preciso discutir a distribuição da carga tributária e seus efeitos sobre o orçamento familiar. Uma política fiscal socialmente justa deve considerar a capacidade de pagamento e buscar equilíbrio entre tributos, renda disponível e acesso aos serviços públicos.

Duas medidas merecem atenção do próximo governo. A primeira é extinguir a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do serviço público a partir dos 75 anos. A cobrança sobre os benefícios dos servidores inativos, instituída na reforma previdenciária de 2003, reduz a renda na velhice. Sua revisão, com critérios claros e avaliação dos impactos fiscais, protegeria pessoas que frequentemente enfrentam despesas crescentes com saúde e cuidados pessoais.

A segunda é estabelecer a correção periódica da tabela do Imposto de Renda, especialmente para quem recebe acima de R$ 7.350 mensais. Apesar dos ajustes recentes, a falta de atualização regular continua gerando distorções: reajustes salariais destinados apenas a recompor a inflação podem resultar em maior tributação. É necessário criar mecanismos transparentes e permanentes de atualização.

As políticas de redução da pobreza e das desigualdades devem continuar como prioridade nacional. São fundamentais para ampliar oportunidades e assegurar condições dignas às parcelas mais vulneráveis. Mas isso não dispensa atenção à classe média, que também enfrenta dificuldades para equilibrar o orçamento doméstico e preservar seu poder de compra.

Nesse segmento, há a percepção de que suas necessidades recebem pouca atenção nas prioridades públicas, apesar de sua contribuição expressiva para financiar o Estado. Esse sentimento merece ser considerado, não para colocar grupos sociais em disputa, mas para construir políticas mais abrangentes.

Se o Estado precisa olhar para todos, o orçamento público também deve refletir esse compromisso. Incluir a classe média não significa retirar direitos dos mais pobres, mas reconhecer que justiça social exige equilíbrio tributário, proteção da renda e oportunidades para todos. A classe média também precisa entrar no orçamento.

Visão do Direito



Eduardo S. Toledo
Advogado, ex-diretor-geral do STF

Uma investigação que pode moldar as próximas eleições

A Polícia Federal instaurou, nesta semana inquérito para investigar se houve interferência estrangeira nas eleições de 2026, em cumprimento à decisão do min. Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal. O pedido foi feito pelo Partido dos Trabalhadores, mas a questão também foi objeto de questionamento pelo Partido Missão ao Tribunal Superior Eleitoral. Em ambos os casos, foram considerados fatos que supostamente beneficiariam candidatos do Partido Liberal.

O pedido feito pelo PT utiliza dispositivo legal próprio dos partidos políticos (art. 31, I, da Lei 9.096/1995) e pretende que a vedação alcance "recursos intermediados, publicidade remunerada e bens e serviços economicamente aferíveis (...), inclusive quando a publicidade dirigida ao eleitorado brasileiro for contratada no exterior".

A base da investigação é a acusação de que a Rockbridge Network, fundada por J. D. Vance, direcionou recursos para a campanha de Flávio Bolsonaro. A investigação vai além, alcança o uso de redes sociais e de plataformas preditivas em benefício de determinados candidatos. É razoável presumir que a investigação terá amplo espectro de fatos e situações a serem considerados.

O curioso é que essa investigação tem paralelo com outro embate político ocorrido há 80 anos, cujo resultado marca a história política brasileira. Após conseguir o seu registro em 1945, o Partido Comunista do Brasil participou das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, elegendo o senador Luiz Carlos Prestes e outros quatorze deputados.

Em 1947, foram apresentadas duas denúncias ao TSE pedindo o cancelamento do registro do PCdoB, afirmando que o partido representava interesses estrangeiros e que seu estatuto continha cláusulas que atentavam contra o regime democrático. A Constituição de 1946, aprovada com a participação do PCdoB, não foi suficiente para proteger o partido. O TSE, à época, acolheu as denúncias, cancelando o registro partidário. Como consequência, os mandatos dos deputados eleitos pelo PCdoB foram declarados extintos. O STF, de então, rejeitou todas as tentativas de reverter esses resultados.

Voltemos a 2026. A alienação de um partido político ou de um candidato não se limita a recursos financeiros ou alinhamento ideológico externos, podendo a ajuda chegar em formatos que dificultam o seu rastreio. É mais difícil demonstrar que algoritmos de redes sociais favorecem um candidato (conduta estimável em dinheiro) do que identificar recursos financeiros estrangeiros alimentando o caixa de uma campanha eleitoral.

Cancelar o registro de um partido, no entanto, tornou-se muito mais difícil sob a Constituição de 1988. Diante do próprio precedente do PCdoB, atualmente a Constituição proíbe expressamente (art. 17, II) e a lei dos partidos políticos exige prova de recebimento efetivo de recursos financeiros ou de subordinação a entidades ou governos estrangeiros (art. 28, I e II).

Por isso, um partido não pode sofrer as consequências de condutas individuais e isoladas de seus filiados. Mas, se houver uma conduta sistemática de quantidade expressiva de filiados de um mesmo partido na defesa de intervenção estrangeira ou de adoção de medidas econômicas contra o país, abre-se margem a interpretações, principalmente se forem identificados suportes financeiros ou instrumentais estrangeiros.

A questão tem contornos mais objetivos quando passamos a avaliar as condutas individuais dos políticos. A perda de mandato com fundamento no uso de recursos estrangeiros, seja de forma direta ou por meio de ajuda estimável em dinheiro, não depende de cancelamento do registro do partido político, mas também não é automática. A vedação é objetiva, mas a perda do mandato depende da análise mais aprofundada do contexto.

A dificuldade maior está na expressão "estimável em dinheiro", pelo seu conteúdo subjetivo, interpretativo, podendo abranger desde o mero apoio de influencers ao recebimento de auxílio de qualquer natureza de entidades ou governos estrangeiros. O alcance da expressão "estimável em dinheiro" dependerá da interpretação do arcabouço legal na atual realidade tecnológica e geopolítica.

Por essa razão, trata-se de uma investigação sem precedentes, e seus resultados servirão de marco para as próximas eleições. Embora a decisão não diga expressamente, os fatos que motivaram a abertura da investigação alcançam principalmente candidatos da direita radicalizada, que em grande parte estão filiados ao Partido Liberal. Retomando o paralelo histórico, os "Liberais" que estarão no Parlamento em 2027 poderão ter de se defender como se fossem os "Comunistas" de 1947.

Visão do Direito



Thainá Pierucetti
Advogada especialista em Internacionalização de patrimônio

Herança com bens no exterior exige planejamento sucessório

A internacionalização do patrimônio tem ampliado os desafios jurídicos relacionados à transmissão de heranças. Imóveis, investimentos, contas bancárias e participações societárias mantidos fora do Brasil podem transformar um inventário aparentemente simples em um processo que envolve diferentes legislações, jurisdições e obrigações tributárias.

Quando uma pessoa residente no Brasil falece deixando patrimônio em outro país, a família precisa compreender que a sucessão não será necessariamente resolvida em um único procedimento. O Brasil adota o princípio da pluralidade dos juízos sucessórios, segundo o qual os bens localizados no exterior devem ser submetidos aos procedimentos da jurisdição competente no país onde estão situados.

O tema ganhou destaque na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em entendimento divulgado em janeiro de 2025, a Terceira Turma reafirmou que a Justiça brasileira não pode decidir sobre a sucessão de bens situados no exterior, inclusive para determinar eventual compensação entre as legítimas dos herdeiros. A decisão evidencia que a legislação brasileira não pode ser aplicada indistintamente a todo o patrimônio deixado pelo falecido.

Essa particularidade exige atenção redobrada ao planejamento sucessório. As regras sobre herdeiros necessários, direitos do cônjuge, validade de testamentos e distribuição da herança podem variar significativamente entre os países. Uma organização patrimonial que desconsidere essas diferenças pode resultar em disputas familiares, demora na liberação dos bens e custos adicionais.

Outro aspecto fundamental é a tributação. A Lei Complementar nº 227/2026 estabeleceu normas gerais para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), incluindo critérios de competência para a cobrança do tributo em transmissões que envolvam bens no exterior. A nova regulamentação trouxe parâmetros para definir qual estado ou o Distrito Federal poderá instituir o imposto, considerando, entre outros fatores, o domicílio do falecido e a natureza dos bens transmitidos.

Também é necessário avaliar a possibilidade de incidência de tributos no país onde o patrimônio está localizado. Dependendo da legislação estrangeira, a transmissão poderá gerar obrigações fiscais próprias, exigindo análise para evitar surpresas e identificar eventuais situações de tributação em mais de uma jurisdição.

Diante desse cenário, o planejamento sucessório internacional não deve ser visto como uma preocupação exclusiva de famílias com grandes fortunas. Mesmo um imóvel adquirido no exterior ou uma conta bancária mantida em outro país pode trazer dificuldades aos herdeiros.

A identificação dos bens, a análise das legislações aplicáveis, a organização documental e a avaliação antecipada dos impactos tributários são medidas essenciais para reduzir conflitos e custos. Mais do que antecipar a divisão do patrimônio, planejar uma sucessão internacional significa garantir segurança jurídica aos herdeiros e evitar que a distância entre países se transforme em um obstáculo à transmissão da herança.

Visão do Direito



Souza Prudente

Desembargador Federal aposentado. Mestre e doutor em direito ambiental pela UFPE. Pós-doutor em direitos humanos pelas Universidades de Salamanca (Espanha) e de Pisa (Itália). Advogado militante.

A proteção do meio ambiente equilibrado no plano internacional

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, representantes de 175 países se reuniram para diminuir a degradação ambiental e preservar a existência das presentes e futuras gerações. A tônica do desenvolvimento sustentável dominou os quarenta capítulos da Agenda 21, cuja lista de prioridades foi agrupada pela professora Edith Brown Weiss nas seguintes categorias:

1 – atingir um crescimento sustentável, pela integração do meio ambiente e do desenvolvimento aos processos decisórios;

2 – fortalecimento de um mundo de equidade, pelo combate à pobreza e pela proteção da saúde humana;

3 – tornar o mundo habitável, pelo tratamento das questões de suprimento de água às cidades, da administração de rejeitos sólidos e da poluição urbana;

4 – encorajar o uso eficiente de recursos, categoria que inclui o gerenciamento de recursos energéticos, o cuidado com o uso de água doce, o desenvolvimento florestal, a administração de ecossistemas frágeis, a conservação da biodiversidade e a administração dos recursos da terra;

5 – proteger os recursos regionais e globais, incluindo-se a atmosfera, os oceanos, os mares e os recursos vivos marinhos;

6 – gerenciar os resíduos químicos, perigosos e nucleares.

Na fala preambular dessa Conferência, a Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios deste século, refletindo um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito ao desenvolvimento e à cooperação ambiental. Neste propósito mundial de sustentabilidade, foi aprovada pela Unesco, em 14 de março de 2000, a Carta da Terra, alertando-nos de que:

"Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações".

No olhar guardião da Carta da Terra, assim, nesta dimensão, visando a um modo de vida sustentável como critério comum, por meio do qual a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais será guiada e avaliada, necessitamos, com urgência, construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas e sustentáveis, assegurando, assim, que as comunidades, em todos os níveis, garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial; promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável; proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida; prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução, orientando ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais, mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva; impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará danos significativos; e fazer com que os responsáveis sejam responsabilizados pelo dano ambiental, principalmente por meio da cobrança precautória, segundo o princípio do poluidor-pagador, que, antes, deve investir em técnicas e programas eficazes para não poluir, garantindo, enfim, que a decisão a ser tomada se oriente pelas consequências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.

Na perspectiva do neoconstitucionalismo afirmativo dos direitos fundamentais, a Carta Política Federal consagrou, no pacto fundante de 1988, que "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte" (CF, art. 5º, § 2º).

Nesta visão de uma sociedade sustentável e global, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura de paz, com responsabilidades pela grande comunidade da vida, numa perspectiva intergeracional, promulgou-se a Carta Ambiental da França (02.03.2005), estabelecendo que:

"O futuro e a própria existência da humanidade são indissociáveis de seu meio natural e, por isso, o meio ambiente é considerado um patrimônio comum dos seres humanos, devendo sua preservação ser buscada, sob o mesmo título que os demais interesses fundamentais da nação, pois a diversidade biológica, o desenvolvimento da pessoa humana e o progresso das sociedades estão sendo afetados por certas modalidades de produção e consumo e pela exploração excessiva dos recursos naturais, a se exigir das autoridades públicas a aplicação do princípio da precaução nos limites de suas atribuições, em busca de um desenvolvimento durável".

Visão do Direito



Filipe Denki

Advogado especialista em em direito empresarial com foco em agronegócio

O produtor rural não é o vilão da crise

As declarações da presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, atribuindo parte da deterioração do crédito rural à intencionalidade dos produtores (o chamado risco moral) invertem responsabilidades. Sem individualização nem demonstração empírica, a suspeita criminaliza moralmente a inadimplência e deslegitima as dificuldades reais do setor. O próprio banco reconheceu depois que cerca de 90% dos clientes rurais seguem adimplentes.

A inadimplência não é, por si só, uma escolha nem prova de má-fé. O produtor enfrenta juros altos, insumos caros, volatilidade das commodities, clima adverso e restrição de crédito, riscos que fogem ao seu controle. Oportunistas existem e devem ser combatidos, mas não se pode transformar exceções em narrativa contra todo um setor.

O banco também precisa assumir sua parte. É um dos principais agentes da crise, responsável por conceder, precificar e renegociar o crédito. O risco de crédito integra a atividade bancária e não pode ser transferido ao campo moral do devedor quando se materializa. Isso exige rever gestão de riscos, garantias e cronogramas de amortização compatíveis com o ciclo produtivo.

Renegociar, tampouco, é impor condições. Exigir entradas e garantias que o produtor não tem equivale, na prática, a inviabilizar o acordo, e isso não é falta de vontade. A renegociação real pressupõe concessões recíprocas e adequação à capacidade de pagamento.

A recuperação judicial, prevista na Lei 11.101/2005, é instrumento legítimo de reorganização, com transparência e controle jurisdicional. Abusos devem ser reprimidos, mas isso difere de desacreditar o instituto. Muitas vezes, é a ausência de negociação efetiva que leva o produtor à recuperação judicial, e não o contrário.

O Banco do Brasil tem legitimidade para cobrar, mas não para generalizar juízos morais. O campo precisa de crédito, diálogo e soluções, não de acusações.

DIÁRIOS ASSOCIADOS | **Diretora de Redação:** Ana Dubeux; **Edição:** Ana Maria Campos; **Repórter**: Maria Eduarda Lavocat; **Diagramação:** Tiago Motta

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 26 de novembro de 2026

Para anunciar ▸ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA
2 IMÓVEIS ALUGUEL
3 VEÍCULOS
4 CASA & SERVIÇOS
5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES
6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

QUITINETES

AV JEQUITIBÁ - Ed Bahamas Kit mobiliada, elevador ar cond. 40m2 de frente, desocucpada só R$230mil doc 100% ok. 98199-6100 c12388

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíite, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 24 Sul Unite 3 suítes pronto p/;morar 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
R 24 Sul Unite 3 suítes pronto p/;morar 99557-8243 c/19540

1.2 ÁGUAS CLARAS

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES



PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

2 QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
208 BLOCO K apto reformadíssimo 2qts ste c/ closet cj5211 33223443

1.2 ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 48 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

QI 23 Guará Nobre 3qts garagem elevador desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada , garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada , garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS



1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

1.3 GAMA

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

PARA INVESTIDOR
TENHO casa p/reformar 3qts (suite) 1 escritório 1wc social 2 salas coz ár/serv dce 99872-0907

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS



1.3 TAGUATINGA

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

VICENTE PIRES

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

301 Oportunidade! Loja térrea vazada desocupada phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. › tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitacion al V.Pires , localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO CHÁCARA
CORUMBÁ IV 20.984 m2 quit cs poço artesiano energia solar, frutíferas, tanque peixe 345 mil. Ac imóvel no DF/ carro (61) 9 8621-4352

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

SANTO ANTONIO do Descoberto aprox. 39 alq., Cor. IV, Fazenda Lag - Gleba 3, muita água - Tr: 99590-6692

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

QUITINETES

705 NORTE Bloco C, KIT, sala, WC e pequena copa. R$950 Tr: 61 98123-6045

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395
OS MELHORES IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!
(62) 98280-1111

PARA CADA MOMENTO DA VIDA EXISTE UM LUGAR CERTO

Acesse e encontre o seu.



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

lugarcerto.com.br

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

2.2 GUARÁ

2.2 APARTAMENTOS

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA **AE 02** apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA **AE 02** apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

2 QUARTOS

QSE 19 AE 11 TAG SUL **COND** Varandas do Parque Alugo apto 2qts suite arms, wc social, sala 2 ambts, varanda gourmet , porcelanato, coz americana, ár/serv , garagem, pisc churrasq. Qd poliesportiva etc Whatsapp: (61) 98127-1580

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA **101 BLOCO** I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA **101 BLOCO** I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

2.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA **QSF 05** casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

CLN 410 alugo ou Vendo 3 lojas de galeria c/ banheiros 98123-6045

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA **QOF** conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

PÁTIO BRASIL **ALUGO OU VENDO** sala 55m2 , reformada, desocupada, excelente localização, 5 andar, porcelanato, proj. iluminação, wc, copa, ar condicionado. Whatsapp (61)98127-1580

SCS QD 01 Ed Antônio Venancio da Silva. Sala 408. Alugo p/ escritório de advocacia , totalmente mobiliada, Por motivo mudança outro estado. Tr. (61) 99646-1315

J RIBEIRO ALUGA **SHLS 716** sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

SCS QD 01 Ed Antônio Venancio da Silva. Sala 408. Alugo p/ escritório de advocacia , totalmente mobiliada, Por motivo mudança outro estado. Tr. (61) 99646-1315

3 VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED **Q3/20** Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED **TIGGO/22** 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

3.1 VOLKS

VOLKS

AUTOCRED **VRUM.COM.BR** Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED **RENEGADE/17** Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED **RENEGADE/17** Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

TOYOTA

HILUX 21/21 CD, 4x4, diesel, manual, 233mil km , R$ 160.000,00 Tr.(81) 98288-1108

HILUX 21/21 CD, 4x4, diesel, manual, 233mil km , R$ 160.000,00 Tr.(81) 98288-1108

4 CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

SOARES NETO **ASSESSORIA** Jurídica em todo Brasil. E-mail: caetanojose1414@gmail.com (61) 99318-7858 (62) 99630-0702

4.6 SOM E IMAGEM

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

ELETRÔNICA MAXWELL **QI 02** Conj K cs 15 Guará I - Assistência Técnica Especializada em TVs, Som, DVDs e Eletrônicos . Eng Eletrônico pelo ITA e MsC pela UnB, Técnico pelo CIB e Instituto Monitor Klaus Ribeiro Monteiro. 3382-5629 (61) 99802-0201

4.7 CÃES

4.7 DIVERSOS

ANIMAIS DOMÉSTICOS

CÃES

CANIL Brasão de Ouro. Venda permanente de pastor alemão c/ pedigree (61) 99603-1965

CANIL Brasão de Ouro. Venda permanente de pastor alemão c/ pedigree (61) 99603-1965

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

CARTA DE COMPARECIMENTO

A(O) SR(A) Alef José Rocha, Prezado Senhor (a), solicitamos seu comparecimento no endereço situado no: SIG Sul, Quadra 08, Lote 2397 - Sudoeste, Brasília-DF, no prazo de 48 horas, no intuito de justificar suas faltas que vem ocorrendo desde o dia 14/10/2026, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho conforme dispõe o artigo 482, letra "i "da CLT. Citadel Confeitaria LTDA. Brasília-DF, 26 de novembro de 2026.

MÍSTICOS

CODÓ DO MARANHÃO **A MÃE** de Santo do Codó do Maranhão traz seu amor de volta arrastando em poucas horas, faz trabalhos , também p/ saúde , financeiro , tira vício de drogas, faz passar em concurso, resolve problemas de justiça, afasta rivais. Zap: (61) 99149-8430 Tenho milhares de testemunhos.

PAI AKAYRAN **JOGA-SE BÚZIOS** e trabalhos em geral. Aqui tiramos todas suas dúvidas com assertividade, e realizamos qualquer tipo de trabalho com segurança e resposta imediata. (61) 98160-2275

5.3 WEBSITE

5.3 INFORMÁTICA

WEBSITE

TENHA UM SITE PROFISSIONAL E CONQUISTE MAIS CLIENTES A sua empresa merece estar na Internet! Criamos sites modernos, rápidos e profissionais , otimizados para o Google e adaptados para celulares. Valorize sua marca, conquiste novos clientes e aunente suas oportunidades de negócio. Solicite seu orçamento pelo WhatsApp (61) 99278-4283

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

MASSAGEM RELAX

MASSAGEM PROSTÁTICA **INVERSÃO DE** papéis. Relaxante e Tailandesa. 61 99200-4541

PRECISA-SE **MASSAGISTAS** p/ Massagem sensual. ›timos ganhos 61 98184-6503

MASSAGEM PROSTÁTICA **INVERSÃO DE** papéis. Relaxante e Tailandesa. 61 99200-4541

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

HOTÉIS BITTAR CONTRATA **CAMAREIRA, SECRETÁRIA,** Recepcionista, Manutenção Predial e Cozinheiro. Enviar currículo p/deptopessoal@hoteisbittar.com.br

6.1 NIVEL BÁSICO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CASEIRO Que saiba tirar leite Tratar: 61 3367-0108

NÍVEL MÉDIO

CONTRATA - SE

ATENDENTE, COZINHEIRO (A) e Chapeiro. Interessados entrar em contato: (61) 98176-9286/(61) 99513-9179

URGENTE!

CONTRATA-SE!

ATENDENTE DE LANCHONETE Com experiência . Enviar curriculo p/ rhfulodoacai@gmail.com

CONTRATA-SE

ATENDENTE de Loja de Artigos Religiosos . Trab. Jardim Botânico (61) 99957-1946 Whats

BRASIL TEMPER CONTRATA

AUX. DE PRODUÇÃO e EXPEDIÇ O e ASSISTENTE de RH. p/ trabalhar na ADE de guas Claras. Enviar currículo para: Zap RH (61) 9.9680-9278 ou e-mail: brasiltemper.brasiltemper@gmail.com

RENDA EXTRA Ganhe 40 dólares cadastrando no link https://deshawai.com/reg?tid=LD3451 - banco30hs@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE

AUXILIAR Financeiro c/ experiência em cobrança e financeiro em geral. Enviar currículo (61) 99576-0761

COZINHEIRA, Sushimam , Atendente e Subgerente. Restaurante contrata . Salário inicial a partir de R$ 1.750,68 podendo chegar até R$ 2.200,00 + comissão . Enviar curriculo para email: curriculum.guara@gmail.com

EMPRESA DE ENGENHARIA CONTRATA

MARCENEIRO Com Experiência em Obras de Construção Civil. Enviar CV c/pretensão salarial p/: dpempresa02@gmail.com

PRECISA-SE

MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. ›timos ganhos 61 98184-6503

RECEPCIONISTA

CLÍNICA CETFISIO Que seja proativa, organizada, receber pacientes, monitorar agendas e horários de consultas, etc. Salário R$ 1.621,00 + VA R$ 30,00 por dia + VT R$ 11,00 por dia. Segunda a sexta - horário comercial . Enviar CV : gestaooperacional.cetfisio@gmail.com

WILLIAM BUFFET CONTRATA

VENDEDORA ramo de festas e eventos. Salário R$ 2.500, + comissão das vendas. Almoço + vale transporte. Tr. 98622-6464

6.1 NÍVEL MÉDIO

PRECISA-SE

MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. ›timos ganhos 61 98184-6503

NÍVEL SUPERIOR

COLÉGIO CONTRATA

EQUIPE PEDAGÓGICA Professores Educação Infantil / Professores Ensino Fundamental - Anos: Inicias e Finais/CoordenadoresPedagógicos.-Administrativo e Apoio: Secretária Escolar/ Recepção / Serviços Gerais. Polo de Modas - Guará II, Brasília. Envie o seu currículo para: contato.colegiopolo@gmail.com ou Telefone: (61) 3536-1276 Whatsapp: (61) 99268-2957

6.2 NÍVEL BÁSICO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

DIARISTA PASSADEIRA ofereço-me c/ exper. e referência, Dia apartir R$180 / noite apartir R$ 150. Ligação ou mensagem somente no Whats 98542-2168 Elita

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também : Secretaria do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá , Passadeira , Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista . Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 220/2026

Objeto: Registro de preços para aquisição de sofás em couro natural. Data da sessão pública: 09 de dezembro de 2026 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 26 de novembro de 2026
MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Contratação nº 347/2026
Pregão Eletrônico

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção dos sistemas de detecção, alarme e combate automático a incêndio instalados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, com fornecimento de materiais.
ABERTURA: 15/12/2026, às 09H30, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: **www.senado.leg.br** (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), **www.compras.gov.br** ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

SUZANA MARTINS MENDES
Pregoeira

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
AVISO DE ALTERAÇÕES
Pregão Eletrônico n.º 217/2026

Objeto: Registro de preços para aquisição de licenças de subscrição do software Adobe Creative Cloud for Enterprise Edition 4. Data da sessão pública: 11 de dezembro de 2026 às 09h. O Edital encontra-se disponível nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 26 de novembro de 2026
MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 258/2026

Objeto: Aquisição de microcomputadores tipo workstations e monitores de vídeo. Data da sessão pública: 09 de dezembro de 2026 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 26 de novembro de 2026
MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar ELIENE DE OLIVEIRA SOBRINHO, brasileira, solteira, técnica em enfermagem, CPF nº 052.901.245-60, residente e domiciliada nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas ao Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção datado de 26 de abril de 2023, do qual fica uma via aqui arquivada, do qual fica uma via aqui arquivada, registrado sob os nº R.10 na matrícula nº 30.840 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 04 do Bloco A1, a ser edificado no Lote nº 10 do Conjunto 01 da Quadra 401 do Itapoã Parque, situado no Setor Habitacional Itapoã, Região Administrativa do Itapoã - RA XXVIII. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R$ 9.114,99, posição de 25/11/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar ALAN DE OLIVEIRA SILVA, brasileiro, solteiro, motorista, CPF nº 049.428.031-01, residente e domiciliado nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas ao Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção datado de 28 de abril de 2023, do qual fica uma via aqui arquivada, registrado sob os nº R.10 na matrícula nº 30.906 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 102 do Bloco C1, a ser edificado no Lote nº 10 do Conjunto 01 da Quadra 401 do Itapoã Parque, situado no Setor Habitacional Itapoã, Região Administrativa do Itapoã - RA XXVIII. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R$ 9.014,87, posição de 25/11/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar DANIEL LIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, açougueiro, CPF nº 019.423.763-08, residente e domiciliado nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas ao Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção datado de 07 de março de 2023, do qual fica uma via aqui arquivada, registrado sob os nº R.10 na matrícula nº 30.540 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 104 do Bloco A2, a ser edificado no Lote nº 06 do Conjunto 01 da Quadra 401 do Itapoã Parque, situado no Setor Habitacional Itapoã, Região Administrativa do Itapoã - RA XXVIII. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R$ 5.432,55, posição de 25/11/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar LAURA DO NASCIMENTO RAMALHO, brasileira, solteira, consultor, nº 058.139.311-20, residente e domiciliada nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas ao Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção datado de 26 de março de 2024, do qual fica uma via aqui arquivada, registrado sob os nº R.19 na matrícula nº 29.217 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 302 do Bloco D1, a ser edificado no Lote nº 04 do Conjunto 02 da Quadra 401 do Itapoã Parque, situado no Setor Habitacional Itapoã, Região Administrativa do Itapoã - RA XXVIII. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R$ 5.503,78, posição de 25/11/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar PINK FELIX PAZ, brasileira, solteira, agente administrativa, CPF nº 047.253.901-94, residente e domiciliada nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas ao Instrumento particular datado de 08 de novembro de 2024, do qual fica uma via aqui arquivada, registrado sob os nº R.15 na matrícula nº 180 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 310 da Projeção B do Conjunto C da Quadra Central, Sobradinho- DF. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R$ 9.885,41, posição de 25/11/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2° Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo Ofício nº 155727/2026 CESAV/BU de 25/06/2026, requereu a este Serviço Registral as intimações de **TATIANA RABELO LEMOS**, brasileira, solteira, empresária, inscrita no **CPF sob o nº 064.758.536-47**, residente e domiciliada, nos seguintes endereços: **1)** Unidade Autônoma nº 23, do Conjunto 02, destinada ao uso Residencial Unifamiliar, do Condomínio "Residencial Le Jardin 01", Lote 01, da Quadra C2 – via de acesso - do Loteamento Urbano Santa Felicidade – Setor Habitacional Tororó; e, **2)** Apartamento nº 211, Bloco "J" – SQNW 111, na qualidade de DEVEDORA FIDUCIANTE nos termos da Lei n° 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R$96.575,87 (noventa e seis mil e quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), atualizada até o dia 07/12/2026, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimações. Tal dívida é originária do instrumento particular de compra e venda com alienação fiduciária da Unidade Autônoma nº 23, do Conjunto 02, destinada ao uso Residencial Unifamiliar, do Condomínio "Residencial Le Jardin 01", Lote 01, da Quadra C2 – via de acesso - do Loteamento Urbano Santa Felicidade – Setor Habitacional Tororó, nesta cidade, registrada sob os n°s R.8 e R.9, na matrícula n° 161.994. A Devedora Fiduciante não foi localizada nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica a DEVEDORA FIDUCIANTE, acima qualificada, CONSTITUÍDA EM MORA E INTIMADA, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B n° 60" – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade da Unidade Autônoma nº 23, do Conjunto 02, destinada ao uso Residencial Unifamiliar, do Condomínio "Residencial Le Jardin 01", Lote 01, da Quadra C2 – via de acesso - do Loteamento Urbano Santa Felicidade – Setor Habitacional Tororó, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do Correio Braziliense.

Pequenos anúncios
(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados
(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp
61 98167-9999

E-mail:
classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:
Sig QD 02 Bl 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções

@classificadoscb @classificadoscb

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE